

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OS ALEMÃES ESTÃO CHEGANDO: DISCURSOS SOBRE O  
IMIGRANTE ALEMÃO EM S. C. (1850-1890)**

**Santino de Andrade**

**Florianópolis  
2000**

**SANTINO DE ANDRADE**

**OS ALEMÃES ESTÃO CHEGANDO: DISCURSOS SOBRE O  
IMIGRANTE ALEMÃO EM S. C. (1850 – 1890)**

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História, sob a orientação, do Professor Doutor Sérgio Schmitz.*

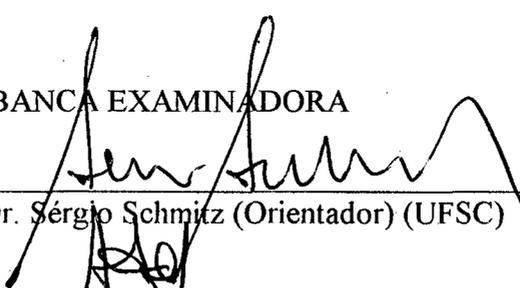
**Florianópolis  
2000**

OS ALEMÃES ESTÃO CHEGANDO:  
DISCURSOS SOBRE O IMIGRANTE ALEMÃO EM S.C. (1850-1890)

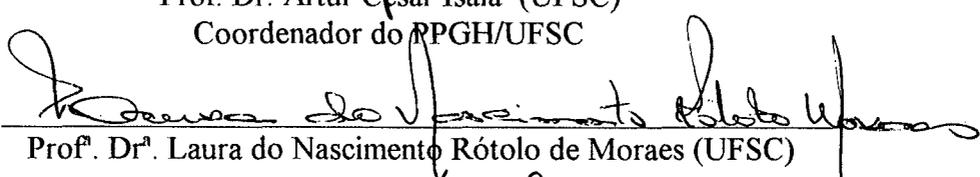
**SANTINO DE ANDRADE**

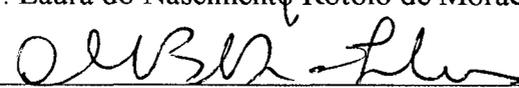
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de  
**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Sérgio Schmitz (Orientador) (UFSC)

Prof. Dr. Artur Cesar Isaia (UFSC)  
Coordenador do PPGH/UFSC

  
Prof.ª Dr.ª Laura do Nascimento Rótolo de Moraes (UFSC)

  
Prof.ª Dr.ª Maria Bernardete Ramos Flores (Suplente) (UFSC)

Florianópolis, 29 de novembro de 2000.

**Ficha catalográfica**

---

A553a

ANDRADE, Santino de.

Os alemães estão chegando:  
discursos sobre o imigrante alemão em  
S.C. (1850-1890)/

Santino de Andrade.

Florianópolis: [mimiografado].

120p.

Inclui bibliografia

1. Imigração. 2. Imigração em Santa  
Catarina. 3. Imigração Alemã.

I. ANDRADE, Santino de. II. Título.

CDU 325. 3(816.4)

---

*Esta dissertação é dedicada para Anilbo Manoel de Andrade ("Seu Nibo") e Zólia de Pinho de Andrade ("Dona Zola") meus pais, com todo o carinho do mundo.*

## AGRADECIMENTOS:

*“O homem que nasce nunca morre e o  
homem que morre nunca nasceu”.*  
S.A.

*Agradeço,*

- *A Deus, a Jesus e a todos os bons espíritos;*
- *Aos meus irmãos Adilson, Odair e Saulo pelo convívio, carinho e emoção;*
- *Aos colegas de mestrado (turma 1997) Aldonei, Antônio, Cláudia, Diana, Emerson, Erondy, Luciana, Márcia, Marli, Rogério, Silmara, Sônia e Wanderlei pois; juntos compartilhamos a presença e a ausência de momentos alegres;*
- *Aos professores e funcionários do Mestrado em História da UFSC;*
- *Ao meu orientador Professor Doutor Sérgio Schmitz, pela sua paciência e capacidade crítica; por estar sempre presente quando da minha ausência;*
- *A todas as “silenciosas” inteligências que tive e tenho a honra de trocar e debater idéias, quando da leitura de suas obras;*
- *A Débora por ter “indireitado” o meu português;*
- *A Solange pela cumplicidade ...*

### A Parábola da verdade da verdade\*

Era uma vez, uma aldeia situada numa região de solo e clima bons, onde viviam pessoas saudáveis, inteligentes e trabalhadoras. Eles, eram liderados por um ancião. Este ancião era rigoroso, rancoroso e muito rico. Ele reuniu em um certo dia, um grupo de homens: os quais eram fortes e corajosos. A estes homens o ancião designou uma grande missão. Pois este velho queria conhecer e ter a grande verdade antes que chegasse o pôr do sol de sua existência já que, passou grande parte da sua vida guardando riquezas. Incumbiu então, este grupo de homens para acharem a verdade e trazê-la até a sua presença.

Os homens, após um preparo ( rezas feitas por um feiticheiro), arrumaram mochilas com “tudo” o que achavam necessário para tal intento, partindo então, em busca da verdade. Percorreram as montanhas, os rios, os mares, as cavernas, as florestas; observaram os animais e as aves, pesquisaram e interrogaram tudo em busca da tal verdade; mas não a encontraram. Após uma longa jornada, abatidos resolveram voltar, mesmo receosos da reação do líder sobre o “vulgo” fracasso. Assim, quando estavam a meio caminho da volta para a aldeia encontram um velho que cuidava de um pomar localizado em uma região montanhosa e de solo pobre; um homem de aparência frágil, que teimava em continuar andando e vivendo, desprovido, na sua existência, de qualquer sofisticação. Os homens estranharam encontrar ali tal idoso, tão longe de qualquer “lugar”, mas o cansaço e a fome superava qualquer dúvida, então, solicitaram pernoite ao velho idoso. Este, com desenvoltura, prontamente concordou, oferecendo ao grupo o “pouco” que tinha: pão e vinho.

Ao amanhecer os homens puseram-se de pé pretendendo continuar assim, o mais rápido possível, o retorno à aldeia. Foi quando o velho, calejado pelo tempo, com grande capacidade de observação, chegando junto ao grupo, indagou: o que estavam buscando de uma forma tão ansiosa e penosa? Os homens entreolhando-se, narraram-lhe parte da história, eles buscavam a verdade. O velho abaixou a cabeça e em seguida, erguendo o rosto, encarou-os dentro dos olhos e com um sorriso disfarçado mencionou que a verdade estava “ai”. Os homens, de imediato perguntaram: aonde! Aonde esta ela? foi então que o idoso após alguns instantes, olhando cuidadosamente o grupo, indicou-lhes um caminho. Deveriam seguir uma trilha marcada no chão a qual adentrava em um bosque, percorreriam caminhos que margeavam um riacho, subiriam e desciriam partes da montanha, atravessariam pântanos e lagos tendo que passar por cavernas e assim; finalmente chegariam a uma clareira aberta em uma parte escondida da floresta, lá encontrariam um gramado verde muito bonito.

Os ansiosos homens, de uma forma apreçada e atabalhoada, puseram-se a correr na direção indicada pelo ancião. Após um bom tempo e já cansados, pelos obstáculos enfrentados na trilha, mesmo sendo jovens, avistam a clareira. Ao centro dela vislumbrava-se um objeto. Ao aproximarem-se deste, perceberam que tratava-se de um enorme espelho de formas arredondadas. O grupo, de imediato, se pôs a examinar o objeto que deveria, segundo o idoso, ser a verdade. Ficaram apavorados quando, de repente, após terem tocado nos contornos do artefato, este passa a brilhar e dele começa-se a ouvir vozes e sons. Formou-se um grande silêncio junto aos homens. Em seguida todos começaram a fazer perguntas e a querer respostas, formou-se uma verdadeira balbúrdia sonora, onde ninguém entendia ninguém. Neste momento, para a surpresa de todos, chega o velho. E... percebendo o que estava ocorrendo, fala em voz alta: Parem! vocês devem perguntar um de cada vez. Assim, após a observação do ancião, o homem que estava mais próximo do espelho perguntou: você espelho é a verdade que procuramos? podemos saber tudo através de você? O espelho respondeu: sou a verdade que vocês precisam. Nisto, todos do grupo, ao perceberem que ali estava a verdade correram e passaram a disputar, entre si, quem iria ficar com o espelho.

Após uma longa disputa entre os homens, que não levou a solução alguma, o espelho acabou caindo e quebrando-se em vários pedaços. Um silêncio formou-se no ambiente, mas logo interrompido; os pedaços do grande espelho, cada um por sua vez, passam a emitir sons e ruídos, respondendo também, parte das perguntas que lhes foram feitas. Cada homem, por seu turno, pegou um pedaço do espelho e saiu correndo de volta a aldeia. Sairam da clareira deixando tudo destruído. Lá ficaram vários pedaços do espelho sobre o gramado. Sentado junto a uma árvore estava o velho que cuidava do pomar, o ancião tinha um olhar distante e cheio de lágrimas. O mesmo, levantou-se passando a juntar os pedacinhos do espelho que o grupo deixou para traz. O ancião com os “cacos” do espelho nas mãos caminhou em direção ao centro do gramado, ali chegando corre um olhar em torno de si, em seguida, arca-se e recoloca os pedaços do espelho no local, depois o ancião começa a sair da clareira, tendo um olhar profundo e um sorriso suave nos lábios.

Ao chegar na aldeia, o conhecido grupo se pôs a dizer que haviam achado a grande verdade. O ancião chefe, ao perceber o ocorrido, ficou furioso e mandou prender todos. Assim, na frente do ancião os homens narraram cuidadosamente toda a história e a forma como cada um conseguiu a verdade. Neste interim, um grande tumulto teve início na aldeia: os habitantes queriam ver e conhecer a verdade. O povo queria invadir o local onde estava os espelhos, os guerreiros da aldeia foram chamados e passaram a proteger o “ambiente”, isolaram o lugar mantendo os habitantes afastados. O velho líder, diante dos acontecimentos, com a sabedoria dos chefes, mandou que cada homem levasse o seu pedaço do espelho para um lugar reservado, o local escolhido foi a casa do próprio chefe. Reunidos os pedaços o ancião ordenou que fossem reencaixados. Mas, para surpresa do líder, não conseguiram. Pois no retorno, com as dificuldades enfrentadas pelo grupo, alguns homens morreram, outros desistiram, perdendo-se assim... alguns espelhos.

Cada homem, além dos que tinham “perecido” pelo caminho, haviam polido ou quebrado as partes cortantes do seu espelho. Cada espelho estava com suas bordas lisas, quase arredondadas, todos alegaram que não dava para transporta-las com aquelas pontas, pois poderiam ferir alguém ou ferir-se a si mesmos, caso ocorresse um simples contato. Além disto, eles também haviam esquecido inúmeros pedacinhos do espelho lá na clareira. Diante disto, o velho chefe, indignado e possesso, mas com ares de quem controlava a situação, ficou com o espelho maior e mandou que todos fossem embora da aldeia, exilando-os para sempre. Todos os homens obedeceram contrariados mas... obedeceram; levando cada um o “seu espelho”. Estes homens foram para outras aldeias, com seus espelhos e passaram a fazer e obter algumas perguntas junto a este. E, todos assim diziam ter a verdade.

---

\* Por Santino de Andrade.

## RESUMO

*Esta dissertação versa acerca dos discursos, as polifonias, que foram erigidas no centro e ao largo das questões que envolveram a imigração alemã da segunda metade do século XIX no Brasil. Para galgar tal propósito o texto está composto em várias partes. Na parte inicial, “De Desterro...”, é realizado um percurso pelos meandros da história do Brasil, no citado período. Questões econômicas, políticas e sociais são percebidas nas “falas” modernizantes da elite imperial e seus associados. Os projetos para a agricultura, as “soluções” para a escravidão e a busca de um “novo” país, são discursos vistos. Nestes discursos se têm a visibilidade das preocupações com a substituição da mão-de-obra escrava. Substituição esta, identificada e realizada via imigração-imigrante, italiano e alemão principalmente. Na segunda parte, “Da Alemanha...”, as circunstâncias sociais, políticas e econômicas, que conduziram um contingente populacional a optar pela emigração são percorridos. Tendo como meta, nesta “andança”, compreender as circunstâncias que envolveram o sujeito, que veio a tornar-se imigrante no Brasil e em Santa Catarina de uma forma pontual. Por último, “Das Falas...”, é buscado as polifonias que cruzaram e foram cruzadas por inúmeros significados emergidos no “ambiente” da imigração. Na cidade de Desterro, nos seus jornais, todo um jogo discursivo que “circulava” pelo Império, que falava de um mundo de urbanidade e progresso, foi ali ambientado e espargido sobre a Cidade e Província. Nesta busca pelo “novo”, por uma nova cidade, Província e País, é que o imigrante foi situado. O imigrante “visto” como “modelo” para aformosear espaços, corpos e idéias.*

**Palavras Chaves:** discursos – imigração – imigração alemã em Santa Catarina.

## ABSTRACT

This dissertation deals with the speeches and the polyphonies (multiplicity of ideas) that were built in the center and around the issues which were involved in the German immigration in the second half of the XIX century in Brazil. To advance such purpose, the text is made-up of various parts. In the initial part, “De Desterro...”, a journey is conducted through the twists and turns of the history of Brazil, in the given period. Economic, political and social issues are seen in the modern ways of speaking of the imperial elite and their associates. The projects for agriculture, the “solutions” for slavery and the quest for a “new country”, are speeches analyzed. In these speeches, one can visibly see the preoccupations with the substitution of slave labor. This substitution is identified and carried out via Italian and German immigration, mainly. In the second part, “Da Alemanha...”, (of Germany), the social, political and economic conditions, which led a group of people to opt for immigration, are explored. Having as a goal, in this “walk”, to understand the circumstances around the individual who became an immigrant in Brazil and in Santa Catarina, in a timely manner. Finally, in “Das Falas...”, a search is conducted for the polyphonies which crossed and were crossed by innumerable meanings, which emerged in the immigration environment. In the city of Desterro, in its newspapers, a whole set of discourses, which “got around” the Empire, which spoke of a world of urban life and progress, was in this place conditioned by the environment and spread out over the City and Province. In this search for the “new”, for a new city, Province and Country, is where the immigrant was situated. The immigrant was seen as a “model” to bring beauty to spaces, bodies and ideas.

**Key words** – speeches – immigration – German immigration in Santa Catarina.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>11/21.</b>
<b>DE DESTERRO: lugar das falas e “esperas” .....</b>	<b>22/59.</b>
<b>DA ALEMANHA: de emigrante a imigrante no Brasil.....</b>	<b>60/90.</b>
<b>DAS FALAS: “outros” discursos sobre homens, espaços e idéias.....</b>	<b>91/121.</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122/132.</b>
<b>FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>133/141.</b>

*“A história não é do passado, é do presente”.*

José Honório Rodrigues

*“No mô fraco modo ...”*

Fala dos “antigos” residentes da Ilha de S. C.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Ao percorrermos a história de Santa Catarina, particularmente a partir de meados do século passado, defrontamo-nos também com a questão da imigração. Imigração que, obedecendo a certos interesses, sofreu vários revezes e teve como sujeitos homens e mulheres de diversas etnias e nacionalidades. Mas, ao adentrarmos nos meandros desta história: imigração para a então Província Catarinense, questões emergem aos nossos “olhares” de historiador. Uma indagação inicial é quem veio: italianos e alemães, entre outros, aqui aportaram. Por trás dessa questão podemos imaginar o lugar de onde procediam as condições políticas, econômicas e sociais. Essas questões no seu conjunto, a princípio, já foram objeto de estudos pela historiografia.

No entanto, uma outra questão também surge neste contexto e tão importante quanto a anterior. Considerando que esse emigrante ao tornar-se em Santa Catarina imigrante e sendo possuidor de especificidades, projetos, sonhos coletivos ou individuais, aos quais aqui deveriam ser implementados como então, o grupo “local” – os brasileiros de Desterro – em particular sua elite percebe, em termos de discurso, estes novos homens e mulheres.

Tendo presente, em termos gerais, os objetivos do texto: O de estudar os discursos que versaram acerca do imigrante alemão neste período, a partir das “falas”<sup>1</sup> veiculadas nos “jornais” editados em Desterro, buscamos como preocupação central, compreender em termos aproximativos, as circunstâncias que possibilitaram a imigração. Quais os interesses que predominaram e foram ampliados discursivamente, as possibilidades e alternativas que tiveram ou não apoio e voz pois; nestes “jogos de falas” circunscritos à imigração, imigração alemã, houve um antes, um durante e um depois no que tange aos discursos. E são os fragmentos destes discursos que buscamos “capturar” para então, ter-se um “esboço” do que foi a imigração, em especial a imigração alemã na Província Catarinense.

Temos também por preocupação construir uma “compreensão” da forma como um grupo em um certo local e época percebeu e/ou realizou o contato/convívio com outro grupo que, de forma definitiva, chegava para incorporar-se a esta sociedade: Em que circunstâncias então, teria ocorrido o contato e a conseqüente produção de um discurso por parte “da” elite de Desterro, sobre e a partir do imigrante nessa época. Tal procedimento é pertinente. Um leque de possibilidades é aberto para que ocorra uma releitura junto aos sujeitos envolvidos e a margem daquela realidade, a partir do aproximar-se destas fontes, sobre a imigração alemã.

Portanto esta questão de como um grupo populacional percebe a chegada e/ou contato com um outro contingente populacional, podemos ter uma compreensão de uma realidade particular: que foi a da presença dos alemães na Província Catarinense à partir de meados do século XIX. No presente persistem esses projetos/posições, respeitando as distâncias espaciais, culturais e temporais, de grupos que apresentam problemas ao entrarem em contato com outras comunidades, lutam por manter uma autonomia cultural,

---

<sup>1</sup> BRANDÃO, Hilena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7. Ed. Campinas: unicamp, [199-?]. P.11-12, considera que a fala deve ser utilizada no sentido aproximativo da idéia que envolve a palavra linguagem, “(...) é lugar de conflito, de confronto ideológico em que a significação se apresenta em toda a sua complexidade”. Estudar ou trabalhar a fala é envolvê-la neste emaranhado, é apreender o seu funcionamento que envolve não só instrumentos de linguagem mas, também, “outros” recursos fora da fala, o ambiente que a produz.

identitária e étnica, entre outros aspectos. Além dessas questões temos na atualidade, bem forte e sedimentado em Santa Catarina, “traços” da presença do imigrante alemão, os quais remetem ao período da imigração: o trabalho, as festas e a cultura dos descendentes, os teuto-brasileiros, são referenciais para cidades e regiões no Estado de Santa Catarina

Assim, ao indagarmos também, como o imigrante de origem germânica, o alemão, foi percebido na Província Catarinense à partir de Desterro através dos discursos produzidos/veiculados pela elite e seus representantes, poderemos obter subsídios para compreendermos como teria sido este “encontro” entre nacionais e os imigrantes alemães. Devemos considerar, também, que o imigrante era possuidor de uma língua (o idioma alemão ou um dos dialetos deste), de uma cultura, uma etnia, e principalmente uma identidade. Com referência aos nacionais – os luso-brasileiros em Desterro – têm-se as mesmas características, mas o idioma, religião, cultura e identidade, são diferentes e foram moldados sobre e a partir de “outros” referenciais que não aqueles dos imigrantes alemães.

No percurso que hora iniciamos, discorrer sobre os discursos que margearam ou não a imigração em Santa Catarina, uma questão é apresentada: Qual “lanterna” iremos utilizar para “lumiar” o nosso caminho? pode ser uma “lanterna” a gordura animal, a óleo, a querosene ou a pilha elétrica. Dependendo da lanterna e o combustível utilizado, obtem-se uma luminosidade diferente. Conseqüentemente, provocando assim, uma visibilidade particular sobre as “coisas”, as quais dirigimos o “foco” da lanterna. Não podemos “utilizar” em uma jornada, “todas” as lanternas mas; necessariamente, neste percurso, como o fizemos em outros, vamos usar uma lanterna. A escolhida, pelas circunstâncias inerentes a ela, foi a de “querosene”.

Em cada época a forma como os “escrituradores” da história elaboraram os seus alfarrabos, apresentando colorações particulares, os quais são resultantes também, da maneira como era percebido e compreendido aquele mundo e o seu contexto. Então a história, por assim dizer, acompanhou

o percurso das formas de como o homem, ao seu tempo, percebeu e percebe os seus e a si próprio.

Na década de 1980 aproximadamente, aproximado pois os “limires” são perigosos, tivemos o início de uma forma de “construir” a história, a qual mostrou ser diferente, mais “saborosa”, logo “readaptada” e recomendada. Aceita por uma grande maioria de escrituradores das verdades de “Clio” os quais passaram a propor também, ao seu turno, novas formas de fazer a “escrita da história”<sup>2</sup>.

Surgiu assim a construção da compreensão de que a história tem sua base em todas as atividades desenvolvidas com e pelo homem. “A *base filosófica da nova história* [ para Peter Burke<sup>3</sup> ] é a *idéia de que a realidade é social ou culturalmente construída*”. Portanto uma história cultural. A história – a “lanterna a querosene” do nosso percurso – é a que, diante desta nova concepção que adentra as formações e os momentos conjunturais de uma sociedade e de uma época, possui pessoas que, por sua vez, constróem e são sujeitos<sup>4</sup> na e da história. História esta situada em um tempo, espaço e cultura específica, portanto, particular e ambientada.

Tendo como matriz teórica, definição de um norte, a Nova História, a história na atualidade apresenta várias “vertentes”<sup>5</sup>. A história que permela o presente texto, não de uma forma exclusiva, é a que tem como centro o homem e a mulher contextualizados social e temporalmente, participando na elaboração da sua própria história. Um homem e uma mulher plenos, concientizadores de si e dos seus. Esta história é a nossa “lanterna a querosene”, é aquela da Nova História que possibilitou outras formas de

<sup>2</sup> BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 1992.P.37, Nesta obra o autor apresenta uma relação das novas formas de fazer história com seus respectivos autores. E considera, ao falar da Nova História, que: “(...), a sociedade e a cultura são agora encaradas como arenas para a tomada de decisões, e as Histórias discutem a política da família, a política da linguagem, (...)”.

<sup>3</sup> BURKE, Peter (org.). *A escrita da história* ..., op. Cit. P11.

<sup>4</sup> Para ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e o seu funcionamento: As formas do discurso*. 4. Ed. São Paulo: Pontes, 1996, “(...), o sujeito da linguagem é ele mesmo e o complemento do outro, ao mesmo tempo. (...) Daí não se pode afirmar, segundo o que cremos, em um sujeito absolutamente dono de si, nem um sujeito totalmente determinado pelo que lhe vem de fora. O espaço da subjetividade na linguagem é tenso.”

<sup>5</sup> Entre estes historiadores que trabalharam e trabalham dentro desta nova perspectiva histórica, temos: no Brasil, seriam: Lilia Moritz Schwarcz, José Murilo de Carvalho e José Carlos Reis, entre outros; europeus, principalmente, temos: Carlo Guinsburg, Peter Burke e Roger Chartier, entre outros.

“contar” a história. E, é dentro desta perspectiva histórica que o presente texto está alinhavado. Nos dizeres de José Carlos Reis<sup>6</sup>, ao analisar a Nova História, menciona:

*“O que estava esquecido na lixeira da história retorna: o indivíduo e seus gêneros – o romance histórico, a biografia, a ficção. O eu retorna. Fragmentado, com suas convicções e incertezas: ele não é uma neutralidade uma passividade, (...). Chegou, finalmente, o momento de um olhar em migalhas, assistemático, antiestrutural, antiglobal, curioso de fatos e de vidas individuais. (...). A análise pessoal substitui neutralidades do autor e a longevidade das estruturas”.*

Esta forma de fazer história, permite utilizar como “ferramentas” na sua construção vários “métodos teóricos”; é o caso de quando trabalhamos com os discursos. Os discursos<sup>7</sup> serão utilizados de nossa parte, com o intuito de adentrar aos meandros das “falas e falas” existentes nas fontes consultadas.

Portanto, consideramos o discurso como sendo um efeito e fazendo efeito no processo de trocas significativas, ele é; necessariamente, aberto. Ele é assim, efeito do meio socio-histórico onde é elaborado. Portanto os discursos sendo abertos e transpassados de sentidos e significados, são constituídos por inúmeras vozes, as polifonias. São estas polifonias, as múltiplas vozes e intenções que compõem um discurso, as quais iremos realçar, visando, através

<sup>6</sup> REIS, José Carlos. Nouvelle Histoire: e tempo histórico. São Paulo: Ática, 1994.P.153; Para REIS, José Carlos. A história, entre a filosofia e a ciência. São Paulo : Ática, 1996. P.92, ao analisar esta forma de escrever a história considera que: *“O historiador é nada mais nada menos do que ‘o mediador de um diálogo’, de um debate, entre os homens passados, cuja presença torna-se viva, e os homens presentes, que se sentem menos solitários e desprotegidos. Este diálogo promovido pelo historiador oferece aos homens do presente uma interlocução, um conforto, uma melhor localização de si no tempo, o sentido específico da diferença, da autoridade e da identidade”*; Sérgio Buarque de Holanda citado por CANDIDO, Antônio (org.). Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. P.17, faz considerações acerca dos contornos existentes quando nos defrontarmos com uma questão do passado, e querendo adentrar, em termos de conhecimento, os meandros desta, coloca: *“Para estudar o passado de um povo [isto é pertinente ao historiador], de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes que outros. (...)”*.

<sup>7</sup> A definição de discurso com a qual buscamos uma maior proximidade é a representada por Eni Puccinelli Orlandi e Michel Pêcheux; Para ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e o seu funcionamento..., op. Cit.P 157, O discurso é entendido na perspectiva da interação, *“(…), aquele que considera a linguagem em relação as suas condições de produção, (...)”*, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos

de sua polissemia e incompletude, compreender as situações e os sujeitos envolvidos nesta história.

O discurso entende o texto e a palavra como sempre fazendo sentido. E, também, tendo um horizonte social como moldura, como referência. Um “ambiente discursivo” onde certas idéias são reforçadas, aceitas ou combatidas, perdendo ou não a validade e capacidade de permanência neste ambiente. Assim, os discursos, “(...) *Os contextos [ para Mikhail Bakhtim<sup>8</sup>] não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto. (...)*”. Então, o discurso – que é o “foco” da nossa lanterna a querosene – permite uma melhor compreensão, uma “lumição” da nossa história que tem como fio condutor a imigração alemã na Província de Santa Catarina.

Desta forma o corpo do presente texto apresenta-se subdividido em capítulos onde cada parte terá um enfoque particular, mas no conjunto as partes apresentam um embrincamento e sintonia entre si. Cada capítulo tem um título e uma indicação por onde deverá percorrer em termos de conteúdo. Os títulos de cada capítulo estão ligados ao conteúdo e a idéia central do título da dissertação, “Os alemães estão chegando...”, e entre si de uma forma consecutiva.

Alguns recortes, neste texto apresentam-se como sendo necessários. Em termos de temporalidade adotamos os limites das décadas de 1850 a 1890, não de uma forma rígida, mas são fronteiras. A década de 1850 é uma data onde temos, em termos nacionais, A Lei de Terras, a proibição do tráfico de escravos e crescimento de um discurso abolicionista. Para a Província Catarinense, constatamos a inserção desta, de uma forma definitiva, no mercado agro-exportador e em Desterro ocorre a configuração de uma elite ligada ao comércio. Ao mesmo tempo, temos a fundação das colônias Blumenau e D<sup>a</sup>. Francisca (futura Joinville) e, também, tem-se o aumento do

---

*interlocutores, assim o contexto, são constitutivos de significados de que se diz, (...), o discurso é lugar social”.*

<sup>8</sup> BAKHTIM, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: JUCITEC, 1995. P.107.

fluxo de imigrantes para a Província. Na década de 1890 ocorre a “consolidação” do advento da República, o que levou a uma nova composição político-social no país. Em Santa Catarina, os “marcos” deste período foram significativos. Desterro morre literalmente enquanto nome, “projeto”, também, parte do seu “corpo físico” – um segmento de sua elite/grupo dominante é “emparedado” na fortaleza de Anhatomirim. Ao largo, temos o nascimento de uma “nova” cidade à Florianópolis de hoje e com ela todo um “novo” arranjo político-social para Santa Catarina. Nesse período, as regiões de colonização, com predominância do elemento alemão, especialmente Blumenau e Joinville, passam a ter importância e participação econômica e, conseqüentemente, a questionar e a “obter” espaços na estrutura político-econômico-social do Estado Catarinense.

Quanto ao recorte espacial, optamos por deixar este direta e indiretamente ligado ao recorte das fontes consultadas/pesquisadas, referentes a temática em foco. Consideramos que não seria de vital importância definir a “priori”, qual a região/cidade que poderíamos nos ater em detalhe no transcorrer deste percurso. Devido as circunstâncias de espraiamento que tomou a imigração alemã na Província neste período, indo da região de Desterro e imediações até a região de Blumenau e afins; abrangendo grande parte do território Catarinense. Por conseqüência os discursos sofreram deste natural espraiamento também. Assim, optamos em deixar o recorte espacial submetido, isto é, a “reboque” do recorte das fontes.

Em termos pontuais, como fontes, temos os relatórios, falas, correspondências e “comunicações” recebidas ou produzidas por autoridades da Província sediadas em Desterro. Além destas, temos principalmente, os jornais editados em Desterro, os quais pela sua brevidade, periodicidade e quantidade exigem precauções no ato de “aproximar-se” dos seus conteúdos. A parte considerada flexível do recorte das fontes estaria ligada a outros lugares que produziram fontes da mesma natureza, as quais dizem respeito ao tema. Estas outras fontes oferecem uma possibilidade de cotejamento dos dados e ampliação destes.

No entanto, para seguirmos na exposição, devemos marcar o que consideramos, à princípio por fonte: seria todo suporte físico ou “abstrato” que contenha em si ou traga registrado em si, no seu “corpo”, alguma forma de conhecimento ligado ao tema. No caso particular indo de fotos, objetos de uso particular, documentos particulares e oficiais, jornais, folhetins, literatura da época e atual, livros “científicos” da época ou não, entre outras formas de suporte. Ao dar preferência pelo suporte físico entendido por documentos e jornais, produzidos/editados em Desterro, neste período, estamos também, fazendo um recorte nos sujeitos que produziram ou estiveram nas “mediações” destes.

Agora, sobre este texto em particular, cabe algumas considerações. Inicialmente, que o mesmo está estruturado de uma forma mais “clássica”, indo preferencialmente, do geral para o particular. De início observamos alguns aspectos do País, Província e Cidade que recebeu os imigrantes, especialmente os de origem germânica. Posteriormente, percorremos rapidamente a sociedade dos homens e mulheres que tornaram-se emigrantes. Por fim, visitamos os discursos, os projetos dos nacionais, os brasileiros representados pela elite local: a de Desterro. Concomitantemente também, buscamos perceber como estes discursos do grupo dominante estavam sendo produzidos e “contestados” nos jornais de então.

Devemos registrar, que certos aspectos do conteúdo trabalhado em algumas partes do texto, ressurgem ao lado de questões tratadas em outras partes do texto. Ocorre esta “circularidade interna”, estas aparentes “idéias fora de lugar”, porque certas situações pontuais, ao serem tratadas apresentam a margem, ressurgências “importadas” de outras partes do texto, o que “melhora” sua compreensão. Portanto, as validades discursivas ressurgem para além de auxiliar a “memória”, reforçar as intensionalidades destes. Pois, os discursos espacialmente fixados, estariam sempre situados no presente, olhando um futuro e “grávidos” de uma passado. Mesmo porque, os discursos são “conversas” onde as histórias vão, as histórias voltam, são esquecidas, são lembradas, mas, a “conversa”... continua.

Além disto, consideramos que o presente texto está necessariamente permeado pela idéia de incompletude; o que o deixa aberto para releituras e outros enfoques sobre as questões que margearam a imigração alemã na Província Catarinense. Sobre as condições, os desvelamentos, ligadas a idéia de leitura e incompletude existentes em um texto, Eni Puccinelli Orlandi<sup>9</sup> considera:

*“A leitura, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade. (...). Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente”.*

Iremos então, preferencialmente priorizar, em termos de fontes, os discursos publicados nos jornais do período, editados ou produzidos em Desterro (antigo nome da cidade de Florianópolis). Os jornais publicavam uma miscelânea de temas os quais visavam “agradar” ao “paladar” dos leitores. Nessa gama de assuntos que iam de anúncios de compra e venda, receitas, poesias, propagandas..., até assuntos específicos e perigosos. Os pontos considerados delicados ocupavam uma posição chave no corpo do jornal – capa ou as páginas centrais – e eram tratados com um leque de “cuidados” e “intenções”.

Poderemos então, perceber como em Desterro, através de um discurso, como o imigrante alemão vindo para Santa Catarina no período em foco, foi construído e inserido em um certo contexto particular. Assim, também com o apoio dos autores analisados, quando da ida aos documentos/fontes da época, no caso os jornais editados em Desterro, podemos verificar fragmentos

<sup>9</sup> Essa noção de incompletude permite ao texto ser polissêmico e polifônico, uma pluralidade discursiva, por que aceita inserções no seu “corpus” por parte de quem lê, “eles”, e de quem fala, “eles” ou “nós”. É nessa realidade que um texto é socialmente escrito ou lido. E é, também, particularmente, no embate de “estoques sociais” específicos de quem o produz ou lê que o mesmo é compreendido. ORLANDI, Eni Puccinelli *Discurso e leitura*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1996. P.09; Mas para BRANDÃO, Hilena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. ..., op. Cit. P.77, ao abordar aspectos constitutivos de um texto menciona: “Assim(...), na medida em que retiramos de um discurso fragmentos que inserimos em outro discurso fazemos com que essa transposição mude suas condições de produção. Mudadas as condições de produção, a significação desses fragmentos ganha nova configuração”

dessa percepção através dos discursos emitidos sobre o imigrante alemão. Estes discursos para , Ingedore Grunfeld Villaça Koch<sup>10</sup> seria percebido dentro da idéia de que: “(.), *todo e qualquer discurso é desenvolvido intencionalmente, no sentido de que faz eco a enunciados anteriores. Só podemos dizer coisas particulares, de forma particular, porque ouvimos outros dizer coisas similares de forma idêntica ou similar*”. Isto permite pensar a idéia de um “já dito”, que seria sempre reapresentado e reelaborado quando da construção discursiva sobre algo. Entendemos que polifonia é a qualidade que um discurso possui de ser e estar tecido no e pelo discurso do outro, de estar transpassado por falas do outro. Consideramos então, que a existência de uma percepção “fragmentada,” da imigração, abre para uma compreensão que envolva aspectos polifônicos, os quais margeiam os discursos sobre o tema.

Os estudos sobre a imigração alemã<sup>11</sup>, a sua historiografia, no caso catarinense, estariam divididos em história temática, história regional e micro-história. Outros enfoques são poucos desenvolvidos; assim, é a partir de Desterro então, principalmente nos seus jornais, que iremos buscar perceber a construção de discursos acerca do imigrante alemão na Província Catarinense.

<sup>10</sup> KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos..., op. Cit. P. 95; Ao teorizar sobre o discurso, PÉCHEUX Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997. P. 53, menciona: “(…), *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro*”. Mesmo assim, esse “tornar-se outro” permaneceria com reminiscências de um “já dito”, podemos perceber isto quando BAKHTIM, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem..., op. Cit. P. 95, ao mencionar que: “(…), *a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial, (...)*”, estaria presente, nessa idéia, os contornos de um “a priori” ao ato do discurso: uma multidiscursividade faria parte desse discurso e das condições de enunciação deste. Na polissemia presente nas falas/discursos, como vimos, o novo tem como conducto um saber socializado; Para ROBIN, Regine. História e lingüística. São Paulo: Cultrix, 1977. P. 118, ao trabalhar que existe, também, no texto a presença de um “já dito” menciona: “*O pré-construído remete ao que todos sabem, aos conteúdos do pensamento do ‘sujeito universal’, ao que cada um, numa dada situação, pode ver e ouvir, aos conteúdos do ‘contexto situacional’ pressupostos pela comunicação. O pré-construído remete às representações e, em particular, à imagem da ‘realidade’, à evidência empírica. É assim que uma mesma frase será construída por dois elementos heterogêneos um ao outro: o discurso pré-construído e, encaixando-o, em um outro discurso, sendo a ligação realizada pela imagem da realidade*”. Essa “imagem da realidade”, entendemos, está baseada, sua construção, no vivencial dos sujeitos que permeiam um discurso: o discurso, por isso, está ligado a cotidianidade e as condições de sua produção e reprodução ao nível do vivido.

<sup>11</sup> KLUG, João. A comunidade alemã de Desterro. Florianópolis: Papa-livro, 1994. P. 22 e 23, considera que: “*A maior parte dos estudos realizados, tem privilegiado, ora aspectos sócio-econômicos e de distribuição geográfica da imigração e sua contribuição ao desenvolvimento de algumas regiões e centros coloniais em fase de expansão urbana, ora na análise político-administrativo dos núcleos coloniais, deixando assim*

Desta forma, temos por intenção, abordar os discursos realizados sobre e a partir da chegada dos imigrantes de origem germânica – os alemães – na Província Catarinense de meados do século XIX em diante. Em particular, quando esses discursos abrem para uma pluralidade discursiva realizada pela elite local com e a partir do imigrante alemão. Esta diversidade discursiva, polifonia, onde um discurso transpassa e é transpassado por muitos sentidos, seria compreendida, “(...), *do ponto de vista da construção dos sentidos*, [para Ingedora Grunfeld Villaça Kock<sup>12</sup>], *todo texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadorees, ora concordantes, ora dissonantes, o que faz com que se caracterize o fenômeno da linguagem humana (...), como dialógico e, portanto, polifônico*”. Este dinamismo e pluralidade dialógica para Mikhail Bakhtim<sup>13</sup> estaria dentro da percepção de que o discurso, “(...), *constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. (...), a palavra [no caso o discurso], como signo, é extraído pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, (...)*”. Mas, o mesmo autor enfatiza que devemos ter presente todo um conjunto de relações sociais onde: “*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam, completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação*”.

---

*espaço aberto para novos enfoques*”. Dentro da idéia de buscar-se novas respostas, para antigas e novas questões, trabalhar os discursos e a sua análise configura-se, assim, uma abordagem possível.

<sup>12</sup> Na obra de STAM, Robert. BAKHTIM: da teoria literária a cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992. P. 97, este coloca que a noção de uma pluralidade discursiva, ou polifonia na perspectiva de Bakhtim, pretende: “(...), *enfatizar a coexistência em qualquer situação textual ou pretextual, de uma pluralidade de vozes que não se fundem em uma consciência única, mas que, em vez disso, existem em registros diferentes, gerando um dinamismo dialógico entre elas próprias*”; KOCH, Ingedora Grunfeld Villaça. O texto e construção dos sentidos..., op. Cit. P. 57.

<sup>13</sup> BAKHTIM, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem ..., op. Cit. P. 113.

*“Existe, em suma, diversas verdades para uma só coisa: é um pouco como, na pintura, uma questão de iluminação”.*

Sérgio Buarque de Holanda

*“Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa ...”*

Fala dos “antigos” residentes da Ilha de S. C.

## **DE DESTERRO : lugar das falas e “esperas”**

No presente capítulo vamos percorrer os contornos dos discursos que margearam a cidade de Desterro, local onde “aportou” este emigrante que veio tentar uma “nova vida”, tem-se o descortinar de um discurso “sobre” ele. Ele é visto, falado e é o objeto de um discurso. Nesta cidade está, também, a elite que o irá perceber. Os projetos pensados para espaços, corpos e mentes, são ali definidos ou redefinidos os quais incluem o imigrante. Como foi visto, falado, pensado e sentido, nos discursos encontramos fragmentos destas questões. Esta cidade faz parte do contexto político, social, econômico e ideológico do Império Brasileiro de então; é o local principal, de visibilidade, em termos de discurso, da chegada dos imigrantes de origem germânicas.

Temos por propósito, nesta parte do texto também, construir uma imagem acerca do Brasil da última metade do século XIX. Para tanto buscamos compreender diversos aspectos da economia, a decadência das diversas regiões do país, em particular do Rio de Janeiro e Vale do Paraíba. É a partir destas regiões que apresentavam decréscimo na sua atividade

econômica e que também, podemos perceber a definição de um novo período de aquecimento no setor produtivo, tendo agora as regiões de São Paulo e Minas Gerais como centro desse novo estágio de desenvolvimento. Os problemas relacionados a mão-de-obra para as áreas cafeeiras são apresentados, tendo neste questão surgido “duas” opções: incentivar o trabalho livre, com imigrantes europeus ou continuar com o sistema arcaico da escravidão.

Com a nova redefinição do setor produtivo, tendo o café como condutor desta etapa, uma nova configuração das posições e discursos ocupados e produzidos, respectivamente, são vistos. Um segmento social; a elite agrário-urbana principalmente, originária das novas fronteiras do café, passou a ter influência e a ocupar posições junto ao poder central. Então as questões que estiveram relacionadas com seus interesses foram foco de debates acirrados, tendo reflexo em todos os “grotões” do Império: a falta de desenvolvimento no setor manufatureiro, “industrial”, os meios de transporte ferroviário, estradas e de cabotagem, são motivos de cobranças e projetos; a urbanização e o saneamento das cidades foram exigidos. Mas, a grande questão que ocupou o centro da “oratória” foi a ligada a mão-de-obra – libertar os escravos e “importar” trabalhadores brancos era o “dilema”.

Ao largo, neste período, temos as posições dos sujeitos, os luso-brasileiros, “ancorados” no litoral da região meridional do Império. Em particular na capital da Província Catarinense, a Desterro. Estes homens e mulheres ali “fundeados” reelaboravam, ao seu interesse, as novidades vindas e queridas pelos representantes do Império.

Tendo o discurso abolicionista e imigracionista como “farol”, em torno deste, toda uma “tramóia” discursiva tinha sua emergência aflorada. Ao fazer este percurso, como mostrado acima, é possível identificar quais interesses estavam em voga no momento. E, por conseguinte, perceber os desnivelamentos havidos, em termos discursivos, em particular quando estes discursos trataram dos interesses envolvendo a imigração e os seus conseqüentes desmembramentos.

Assim, quanto a imigração, podemos considerar que foi na segunda metade do século XIX que ocorreu uma transformação, com maior ênfase, na política, sobre a vinda de outros povos para o Brasil: os imigrantes. A partir da Lei de Terras (1850), onde a terra passa a ser “cativa” e o trabalho “livre”, não de todo, mas a princípio livre, a imigração tornava-se objeto de uma maior atenção por parte das autoridades brasileiras. Para Vilma Elizia Trindade de Saboya<sup>14</sup> ao abordar as questões ligadas a terra no século XIX, menciona quais eram os objetivos de tal lei ao dizer : *“A Lei de terras passou a impor empecilhos à posse da terra para manter o trabalhador nas fazendas, impedindo-o de vir a tornar-se um novo proprietário num país riquíssimo em grandes extensões de terras, como é o caso do Brasil”*. No caso da Província Catarinense essa Lei, de uma forma direta, serviu para agregar valor a terra. Esta terra, pela procura por parte, principalmente dos imigrantes, passa a ter valor de troca, isto é, passa a ser objeto de compra e venda com maior regularidade. Emília Viotti da Costa<sup>15</sup> ao analisar os caminhos percorridos pela Lei de Terras até a sua aprovação, menciona:

*“(…),uma leitura dos debates parlamentares revela um conflito entre duas diferentes concepções de propriedade da terra e de política de terras e de trabalho – concepções estas que representam uma maneira moderna e outra tradicional de encarar o problema. O conflito entre esses dois diferentes pontos de vista reflete a transição, iniciada no século XVI mas concluída apenas no século XX, de um período no qual a terra era concebida como sendo domínio da Coroa, para um período no qual a terra tornou-se de domínio público; de um período no qual a terra era doada principalmente como recompensa por serviços prestados à Coroa, para um período no qual a terra é acessível apenas aqueles que podem explorá-la lucrativamente; de um período no qual a terra era vista com sendo uma doação em si mesma, para*

<sup>14</sup> SABOYA, Vilma Elizia Trindade de. A Lei de terra (1850) e a política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. Revista Brasileira de História: historiografia propostas e práticas. São Paulo: Contexto. v. 15, n. 30, 1995. P. 115-136.

<sup>15</sup> COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos decisivos. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.P.141.

*um período no qual ela representa uma mercadoria; de um período no qual a propriedade da terra significava essencialmente prestígio social, para um período no qual ela representa essencialmente poder econômico. A mudança de atitudes em relação à terra corresponde à mudança de atitudes frente ao trabalho; escravidão e certas formas de servidão foram substituídas pelo trabalho livre”.*

Ainda sobre a Lei de terras podemos considerar como um dos instrumentos adotados, visando também, a valorização da terra: áreas de interesse dos grandes proprietários e segmentos da elite – A Lei de Terras de 1850, no seu artigo 17 fixa:

*“Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem à sua custa exercer qualquer indústria no Paíz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residência pela forma porque afarão os da colônia de São Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município”<sup>16</sup>.*

Além disto, a terra passa também a ser compreendida como um bem monetário, portanto incluída na orla da mercantilização. Essa Lei teve reflexos

<sup>16</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. Os colonos alemães e a fomicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul (1849-1881). Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. P.66. Devemos mencionar que as citações de jornais e documentos do século XIX, no geral, irão manter o português do período; Sobre essa questão LAZARRI, Beatriz Maria. Imigração e ideologia : reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850 – 1875). Porto Alegre : ESTSLB; Universidade de Caxias do Sul, 1980. P. 125, coloca que as reações do Parlamento no período confirmaram, “(...), nitidamente a intenção de manter o domínio e privilegiamento da grande propriedade”; No jornal A Regeneração, Desterro, n. 267 de 14/04/1871. P.2, é mencionado uma crítica aos conservadores que estavam, nesse momento, comandando a política sobre a imigração, cita: “ O governo lançando suas vistas só para a tacanha política, fazendo a mais desenfreada reaccão, que se tem visto neste vasto Império do Cruzeiro, pouco cuidado lhe dava e dá a prosperidade da colonização e os melhoramentos materiais e moraes de que carece o paiz para seu desenvolvimento”; Em um outro momento no jornal “ A União”, Joinville, n.21 de 24/09/1884. P.83 – 84, traz uma pista sobre as “resistências” oferecidas ao imigrante, diz: “ A declaração da abolição do trafico que affectou os interesses de muitos potentados, sendo filha da pressão da civilização européia sob a selvageria: ainda mais exitou os ódios contra os estrangeiros no Brazil”. Esse “ódio” teria sua localização no grupo que obtinha lucros com a escravidão, particularmente os grandes proprietários de terra. Sobre o jornal A União no texto do livro BIBLIOTECA Pública do Estado (Santa Catarina) Catálogo de Jornais Catarinenses: 1850-1989. Florianópolis: F.C.C. 1990. P. 125, consta que o subtítulo desse periódico era: “(...),órgão destinado aos interesses da Província de St. Catharina e especialmente da Comarca de Nossa Senhora da Graça(...)”, o mesmo circulou de 1884 a 1885 e era semanal; Sobre o jornal A Regeneração no livro BIBLIOTECA Pública ..., op. Cit. P. 113, é mencionado que esse periodico circulou de 1868 a 1888. Era de circulação bissemanal e sua publicação era, também, irregular. Tinha ligação com o partido liberal.

em Santa Catarina em um artigo publicado na cidade de Joinville, assinado por E. C. J. onde temos o seguinte comentário:

*“A Lei das terras públicas cujas óbices tem proposital fim de impedir a formação da pequena propriedade, é outro obstáculo a colonização mesmo chamada nacional”.*<sup>17</sup>

As características ou finalidades principais determinadas para a imigração, no período (1850-1890), na Província Catarinense, em particular, foram: agricultura em pequenas propriedades e a ocupação de espaços, em tese e oficialmente, desocupados. Em um outro momento, quando o fluxo imigracionista aumenta, tem-se a formação de colônias, como a Colônia Blumenau (1850), formada por populações de origem germânica e em 1851, também é criada a Colônia Dona Francisca, futura Joinville. Várias outras iniciativas de cunho colonizador em Santa Catarina, com imigrantes alemães, foram realizadas nesse período. Na Província de Santa Catarina, devemos considerar que a ocupação do solo por parte do imigrante deu-se baseada na pequena propriedade. E esta ocupação, colonização, era principalmente de iniciativa particular, visto que, o Estado não possuía o aporte de recursos necessários<sup>18</sup> para financiar a vinda e o assentamentos destes imigrantes.

Dentro desse contexto podemos perceber que para a Província Catarinense, em meados do século XIX, teve início em definitivo e de forma gradativa, a vinda de imigrantes. Com os obstáculos impostos a utilização do trabalho-escravo a imigração foi encarada como a grande “alternativa” ao atendimento da demanda, que aumentava, por trabalhadores. Nas palavras do deputado Viriato Bandeira Duarte<sup>19</sup>, em 1853, junto ao Parlamento Brasileiro e representando Mato Grosso, verificamos a seguinte colocação: “*É justamente a ocasião de se formular uma lei geral de colonização bem pensada, e que faça encher o vacuo enorme em que em nossas terras laboradas vai deixando o decrescimo da população escrava, que ao contrário da população livre tende sempre a diminuir*”. Mas, de uma forma pontual, temos a análise que Maria

<sup>17</sup> Jornal *A União*, Joinville, n. 22 de 01/10/1884. P. 87.

<sup>18</sup> HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis : UFSC, 1981. P.15-44.

Thereza Schorer Petrone<sup>20</sup> fez da imigração voltada para a ocupação de espaços na forma da pequena propriedade, na qual considera: “(...), *interesses agrários atraíam os imigrantes não só para contarem com abundante oferta de braços, mas também para conseguir a valorização fundiária a baixo custo, obtida pelo próprio trabalho do pequeno proprietário*”. Valorizar faixas de terras ou regiões inteiras era uma das missões do imigrante.

Nesta procura por trabalhadores estavam inseridas outras questões como: a desqualificação do nacional e, também, certos princípios de excludência racial e social que pretendiam criar “novos” homens e mulheres para o Brasil. Esse fluxo populacional passa a ser constante, sendo que os alemães, dentro deste contingente populacional, foram os primeiros a chegarem na Província Catarinense. São Pedro de Alcântara foi este marco inicial.

Mas, devemos entender no geral que, o Brasil teve o seu desenvolvimento social e econômico ao longo de vários séculos atrelado aos interesses de Portugal. Portugal controlou em quase todos os aspectos as atividades existentes no Brasil, até as décadas iniciais do século XIX, onde buscava obter vantagens junto a sua colônia na América. Para tanto, definia quais prioridades e políticas deveriam ser realizadas na e pela Colônia como: a proibição da produção de diversos produtos manufaturados, os quais concorressem com os produtos de interesse “da” Coroa Portuguesa.

Com a vinda da Família Imperial Portuguesa (1808), como já mencionado, visando um funcionamento adequado da “nova” sede do Império, no Brasil, foi decretado a abertura dos portos, comércio, às “nações amigas”. Em decorrência destes acontecimentos também desencadeou-se um processo contínuo de mudanças e arranjos sócio-políticos que acabou por tornar o Brasil independente em 1822. Mesmo independente o país recentia-se das influências portuguesas.

---

<sup>19</sup> LAZARRI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia...*, op. Cit.P.55.

<sup>20</sup> Para LANDO, Aldair Marli, BARROS, Elaine Cruxém. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. 2. Ed. Porto Alegre: Movimento, 1981. P. 19, considera que: “(...), a política imigratória teve como finalidade principal atrair correntes de estrangeiros, formando núcleos de trabalhadores com que os fazendeiros pudessem contar na época de maior serviço em suas propriedades”.

Por ocasião da “independência” o modelo produtivo brasileiro era, ainda, definido como agrário exportador e apresentava-se em franco declínio. A região nordeste viu o preço do açúcar e do algodão cair sem controle; na região centro sul o sistema produtivo sofria uma séria crise; e, o sul por ser dependente das outras regiões estava com sua economia estagnada<sup>21</sup>. Assim, até meados do século XIX o Brasil sofreu com esta crise no seu sistema produtivo. Após este período ocorreu uma reação com as plantações de café, dando um novo ânimo social. Um “novo” segmento social, então, passa assim a delinear seu espaço de atuação.

O novo alento obtido pelo Brasil, junto a área de produção, foi consequência direta da atividade cafeeira. Esta utilizava técnicas agrícolas tidas como inadequadas, como a não utilização de adubação. Portanto, a lavoura de café dependia de grandes áreas de terras para permitir a expansão e produção de café; além da reposição das terras exauridas pela falta de técnicas de conservação da mesma<sup>22</sup>. Uma abertura de novas fronteiras agrícolas, principalmente na região centro-sul, ocorreu exigindo mais “braços” para a lavoura.

Com a ampliação do setor cafeeiro ocorreu a “falta” de trabalhadores. Na década de 1850 essa “escassez” de homens afeitos ao trabalho rural tem seu auge pois; o tráfico de homens escravos havia sido proibido com a Lei Eusébio de Queirós (1850). Houve no período verdadeira disputa por trabalhadores, no caso dos escravos. Isto levou, também, a uma elevação nos preços do café nas décadas de 1850 e 1860.

A produção de café na década de 1860 teve um declínio no seu preço, voltando a subir na década seguinte. A produção foi incrementada nas áreas cafeeiras, pela transferência de escravos das regiões produtoras de açúcar e algodão que estavam em crise. Além dos escravos, que eram buscados na região sul neste período, ocorreu o “esgotamento” do solo nas regiões do Rio

---

Isso para o conjunto da política nacional, particularmente na região cafeeira; PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. P. 19.

<sup>21</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. Ed. São Paulo: Nacional, 2000. P.111-121.

<sup>22</sup> LAPA, José do Amaral. *A economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.52-72.

de Janeiro e Vale do Paraíba, precisamente nas áreas de plantio de café, fazendo com que as fronteiras deste vegetal fossem deslocadas para as regiões de São Paulo e Minas Gerais. Concomitantemente, mesmo com o deslocamento dos trabalhadores escravos das regiões em decadência para as novas fronteiras, braços para a lavoura continuavam faltando.

A solução para tal “escassez” de trabalhadores, nas novas fronteiras, foi encontrada principalmente, na década de 1870, buscando-se imigrantes. Tentativas anteriores já haviam sido realizadas: a experiência da fazenda Ibicaba do senador Vergueiro com imigrantes alemães, resultando em estrondoso fracasso, foi o grande exemplo. Isto pela forma como o imigrante foi visto e tratado. Outras “experiências” com imigrantes foram realizadas pelos “barões do café”, na sua maioria sem êxito, pois os tratamentos e percepções acerca do imigrante não diferenciava dos destinados ao escravo. Carlos Perral Gentil<sup>23</sup> (1852) sobre as revoltas de imigrantes, em particular tratando-se do caso Ibicaba, fazenda do senador Vergueiro, que introduziu imigrantes alemães através do sistema de parceria, coloca:

*“(…), os proprietários etc. etc; habituados a só verem empregar-se braços escravos nos trabalhos agrícolas, consideravam os brancos, cultivadores pessoais, como uma raça que apenas a cor diferenciava daquela: e baseando seu raciocínio neste princípio errôneo, não tinham para os colonos nem tratamento consentâneo com os costumes europeus, nem mesmo opinião favorável em razão do valor e consideração que em toda parte merece o homem laborioso”.*

Só com a mudança na forma de tratamento do imigrante, via legislação e outras normas, é que o fluxo imigracionista foi garantido. Sendo este fluxo, para as regiões de café, nas sua maioria, formado por imigrantes italianos. Assim, a expansão da cultura do café, teve cada vez mais no imigrante o seu trabalhador.

---

<sup>23</sup> MOURA, Cloves. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. 3. Ed. São Paulo: LECH, 1981.P.41; DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

A região de São Paulo e afins, no geral, passou a ter na mão-de-obra imigrante o seu referencial, o que veio a facilitar a absorção do impacto provocado pela “libertação” dos escravos do seu sistema produtivo. Para a região do Rio de Janeiro e Vale do Paraíba, a abolição provocou verdadeira crise pois, já estavam apresentando uma crescente decadência na produção do café. Este fator só veio à agravar a situação. Isto levou São Paulo a obter vantagem no período que margeou a abolição pois o preço do café teve grande elevação nas décadas de 1880 e 1890, o que deu a esta região uma liderança econômica e política crescente. Uma das conseqüências, para São Paulo, foi o início do desenvolvimento de sua infra-estrutura de transporte, armazenamento e beneficiamento de café. Com o transporte realizado através da expansão da rede ferroviária mais áreas cafeeiras foram incorporadas<sup>24</sup>. E também, com o armazenamento e tratamento do grão, agora realizado através de técnicas melhoradas, o seu preço e capacidade de competição aumentaram.

No setor de subsistência: gêneros alimentícios, pequenos animais e artesanaria, entre outros, ocorreu nas décadas de 1860 e 1890 um retrocesso pois os trabalhadores, que atuavam nesta área, na sua maioria, “deslocaram-se” para as atividades relacionadas com o plantio do café. Os homens buscavam também, ocupação nos nascentes setores de transporte, processamento e armazenamento do café, além das atividades ligadas ao comércio de importação e exportação de mercadorias. No período, houve um acréscimo na importação de produtos de toda monta pois a capacidade manufatureira do Brasil era insignificante; neste sentido Delso Renault<sup>25</sup> menciona: *“Em 1871 importamos de tudo: desde os tecidos e a fibra, com exceção do algodão virgem, até os produtos manufaturados. A produção nacional ainda está limitada à manufatura e a pequenas fábricas”*. Entre os produtos buscados em outras regiões e países encontravam-se alimentos, vestimentas e produtos agrícolas.

---

<sup>24</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil..., op. Cit.P.131-154; LAPA, José do Amaral. A economia cafeeira..., op. Cit.

<sup>25</sup> RENAULT, Delso. Indústria, escravidão e sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.P.69.

Convém mencionar que nesta época, segunda metade do século XIX, havia uma enorme população trabalhadora não qualificada para as atividades rurais e afins. Em um periódico<sup>26</sup> que circulou na Capital do Império, no período, era colocado:

*“O trabalhador nosso é vagabundo por não encontrar regalia alguma; são homens oprimidos pela idéia de que são sempre intrusos e com justiça podem ser desalijados da terra que tem regado com seu suor. Daí a preguiça, o pouco amor ao local onde permanecem, mas que não lhes encute sentimento da estabilidade”*

O texto sugere que o nacional tem condições para ocupar, produzir e sobreviver na terra de forma idêntica ao imigrante, mas; considera que deve ocorrer uma modificação na forma de como ocorre a relação do nacional com a terra. Estas pessoas “viviam” nos centros urbanos, engrossando o número de marginalizados. Uma ocupação para essas pessoas foi alvo da atenção e preocupação de membros do governo central. Alguns donos de indústrias argumentavam que com a ampliação do setor o número de “marginalizados” tenderia a reduzir. Um argumento bem atual, “contemporâneo”.

Um situação que convém ser mencionada é a do setor de comércio ligada ao café, que era o de: transporte, compra, venda e financiamento da safra. O qual estava, também, sob o controle de grandes produtores de café, os “barões do café”. Esses barões do café passaram, com o tempo, a diversificar e ampliar seus interesses empresariais e financeiros, começando a ter interesses nas coisas do mundo urbano.

Na década de 1870 também se tem o surgimento econômico de um segmento ligado ao setor cafeeiro que, passou a financiar grande parte dos produtores e da produção do café. Isto ocorre porque os bancos, casas bancárias; existentes, que na sua maioria eram inglesas, consideravam “arriscado” financiar o setor cafeeiro<sup>27</sup>. Então, os comissários – os grandes proprietários e donos de casas bancárias, brasileiros na sua maioria – que

---

<sup>26</sup> **BOLETIM** da Sociedade Central de Imigração, Rio de Janeiro, n. 24 de 09/ 1867.P.4; PRADO JR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1969.P.196.

geralmente estavam ligados ao café, passaram a financiar a expansão dos cafezais e, por sua vez, a garantir espaço para suas “casas bancárias”.

O Brasil apresentava-se, nas décadas de 1880 e 1890, como um país onde os setores industrial, agrícola, de serviços e bancários eram incipientes. A exportação de alguns produtos “segurava” a economia e o café situava-se como o carro chefe dessa “carteira” de comércio exterior. Podemos assim, entender o adentramento nos bastidores do governo central realizado pelos “senhores do café” e as conseqüências advindas da influência adquiridas por estes.

Por outro lado, o povoamento do território restringia-se às áreas litorâneas, o interior tinha algumas “ilhas de gente”. A única exceção em termos de ajuntamento populacional era São Paulo e o seu espraiamento cafeeiro. Dentro deste contexto, ficava mais fácil para os brasileiros do nordeste e do centro-sul, ao período, entrar em contato com a Europa e outras partes da América do que entre si, pois, os meios de transporte: terrestre e de cabotagem eram precários. O que dificultava também a realização de um comércio regional entre as Províncias.

As questões de saneamento básico e de serviços públicos nas chamadas “grandes cidades” eram inexistentes ou funcionavam mal. As epidemias “campeavam” à vontade, levando quando surgiam, a população ao pânico. O Rio de Janeiro tinha algo próximo a meio milhão de pessoas, era a maior cidade do Império. Salvador girava as voltas de 170.000, Recife com 110.000 almas, São Paulo com 60.000 pessoas, Belém com 50.000 habitantes, as outras cidades<sup>28</sup> nesta época, década de 1880, não tinham influência junto a economia e poder central.

Além deste isolamento espacial – povoamento escasso, meio de transporte e comércio deficientes – tinha-se um governo central que além de centralizador, possuía uma estrutura administrativa e burocrática pouco funcional, o que dificultava o desenvolvimento do país e das Províncias. Além disto, por conseguinte, a forma como deu-se a estruturação do poder central,

---

<sup>27</sup> LAPA, José do Amaral. *A economia cafeeira...*, op. Cit.P.34.

<sup>28</sup> SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1977.P.208-313.

centrada no poder pessoal do Imperador: na forma do poder moderador, ampliava as dificuldades encontradas pelas Províncias na busca de uma maior autonomia e conseqüente desenvolvimento. Para José Murilo de Carvalho<sup>29</sup> ao analisar a elite imperial, considera:

*“O Estado Imperial se tornava, por sua elite, instrumento ao mesmo tempo de manutenção e de transformação das estruturas sociais(...). Daí também a posição ambígua que perante ele assumiam todos os reformistas políticos, econômicos ou sociais. Exigia-se a liberação do Estado pela redução do controle sobre a economia pela redução da centralização, pela abolição do Poder Moderador, mas recorria-se a ele para resolver os problemas da escravidão, da imigração, dos contratos de trabalho, do crédito agrícola, da proteção a indústria etc. A intervenção iria naturalmente redundar em posterior aumento do poder do Estado e, portanto, em novas e mais enfáticas críticas a sua natureza não-liberal”.*

Só com o crescimento da importância do setor cafeeiro, o interesse político deste setor agrário-exportador, passa a ocupar espaços e a influir na definição dos projetos políticos para o Brasil. Bem que também, resistências do grupo ligado ao setor importador-comércio, surgiram com o tempo; opor-se a criação e formação de um setor produtivo manufatureiro, era um dos objetivos deste grupo. Deveria reduzir-se o peso da balança comercial pois havia um déficit muito elevado. Presenciamos no decorrer de nossa história a reapresentação deste tema, o do déficit comercial, com muita freqüência.

Um setor da sociedade a época do Império, em particular no segundo reinado, que passou a ter uma maior definição de sua posição junto ao poder central foi o exército. O Imperador e seus colaboradores diretos não tinham grandes “amores” pelo Exército, enquanto que a marinha tinha um certo prestígio, o que deixava alguns dos oficiais do Exército insatisfeitos. Para John

---

<sup>29</sup> CARVALHO, José Murilo. A Construção da ordem: a elite política imperial e teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.P.214; SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento econômico e evolução urbana ..., op. Cit.P.308-313.

Schulz<sup>30</sup> o exército no período de 1850 a 1880 passa a ver no povo uma forma de aliado. Além de desenvolver uma consciência de classe, a qual podemos ver no jornal “O Soldado”, citado pelo autor. Este periódico representava a classe militar, os cadetes, no exemplar de 22 de março de 1881 trazia o seguinte:

*“Saudamos neste momento o povo, que é o nosso companheiro de desgraça, vítima como nós da prepotência e do massacre, (...). O soldado paga o imposto de sangue, com o valor de suas armas; o povo paga o imposto, tirando do seu trabalho manual o que poderia aplicar à família e à educação dos filhos, (...). No dia em que o sufrágio universal decidir da sorte dos governantes, nós seremos árbitros. Manifestaremos com o voto a opinião sincera do País. (...).”*

As questões fronteiriças e a Guerra do Paraguai, pelo seu desenlace, acabaram revertendo a situação, dando margem para que áreas de influência fossem ocupadas pelos oficiais do Exército que retornavam vitoriosos da região platina.

Um segmento da elite percebendo o crescente prestígio do exército passa a cooptar suas “estrelas” para compor o seu quadro político. Uma das idéias divulgadas e defendidas junto a grupos políticos de então, era a de por fim ao sistema escravagista; o qual teve no Exército, grandes defensores. Outra idéia encampada pelo Exército e por fim executada por este foi a da implantação da República, neste sentido Celso Castro<sup>31</sup> menciona que: *“Por inúmeras vezes, nos escritos de alunos da escola militar do final do Império, surgem referências explícitas ao positivismo, ao evolucionismo, ao*

<sup>30</sup> CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem..., op. Cit.P.173-175; CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.P.85-103; SCHULZ, John. O exercito na política: origem da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: EDUSP, 1994.P.89.

<sup>31</sup> CASTRO, Celso. Os militares e a República..., op. Cit.P.63, mas o mesmo autor na página 61 fala da Revista da Família Acadêmica que pertencia aos alunos da academia militar, que na sua apresentação nos informa: *“A Revista da Família Acadêmica, na sua qualidade de fenômeno superorgânica e tanto quanto um ser vivo que se modifica no sentido de suas conformações com o meio – sob a ação incoercível da lei biológica da adaptação, em virtude da mesma lei, também há de definir-se – no espaço e no tempo – por conformações adequadas ao movimento espiritual moderno, de modo a adquirir afeição local do momento histórico que atravessamos. (...) Isto claramente explica como ela deverá ser a tradução escrita, perpetuamente documentada, de uma das fazes evolutivas do pensamento contemporâneo, tanto em suas*

*abolicionismo e ao republicanismo*". Como consequência também, da falta de "tato" por parte do Imperador e seus associados para lidar com as "questões" relacionadas ao Exército, levando oficiais superiores a oporem-se as políticas do governo central, bem como a "aceitarem" outras idéias: a República adorou.

Podemos considerar que à partir de meados do século XIX teve início a configuração de um segmento social, o qual poderíamos chamar de elite agrário-urbana, visto serem seus membros oriundos de uma, a área rural e formadores/membros de outra; a urbana. Saíram do meio rural por não terem adquirido gosto pela "coisa", por terem visto seus projetos rurais ruírem devido a um gerenciamento incorreto ou por terem ampliado/transferido seus interesses econômicos para a cidade. Esta elite agrário-urbana incorporou-se ao segmento urbano e passou a comungar de novas idéias<sup>32</sup>. Convém no entanto, frisar que, inicialmente o seu posicionamento político em relação as questões relevantes do Império era conservador. Nesta postura conservadora os interesses do mundo cafeeiro mantinham-se firmes e faziam eco junto ao poder central.

Sendo o país notadamente agrário-exportador, no final do Império e, tendo no café o pilar deste sistema, era normal<sup>33</sup> assim que, as políticas e os interesses econômicos para esta área estivessem voltados. As principais deficiências apresentadas no setor eram a "falta" de mão-de-obra, precariedade dos meios de transporte e a falta de recursos para financiar a "safra" e foi sobre estas deficiências que todo um conjunto de normas, jogos políticos, e projetos nacionais foram engendrados pela elite dirigente.

Para a questão da "falta" de mão-de-obra o governo imperial teve um envolvimento decisivo<sup>34</sup>. Considerava que o trabalho escravo estava tornando-se inviável: legislação cada vez mais restritiva, alto custo das "peças", o abastecimento do mercado, através da importação de novos escravos, não estava ocorrendo. Além disto, o elemento escravo estava no centro de duas

---

*atividades múltiplas, em suas lutas sem tréguas, como em suas mais obscuras ou grandiosas aspirações estéticas e filosóficas. (...)*" ; SCHULZ, John. *O exercito na politica...*, op. Cit.P.75-93.

<sup>32</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem...*, op. Cit. P. 43-53.

<sup>33</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil...*, op. Cit.P. 115-121.

<sup>34</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil...*, op. Cit. P.123-127.

questões prementes: inicialmente, em termos políticos, ampliavam-se os discursos, sua aceitação sobre a questão da abolição; segundo, o sistema de escravidão não estava movimentando a economia no sentido de criar um mercado interno forte, o que deixava o sistema produtivo do Império enfraquecido. Com o objetivo de reduzir sua dependência de produtos e capitais estrangeiros, várias medidas deveriam ser tomadas; para tanto, uma questão a ser resolvida era a escravidão, mas; certos cuidados deveriam ser observados. Verificamos estes “dedos” quando Joaquim Nabuco<sup>35</sup> menciona: “*A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras*”. Ao falar da abolição; afasta qualquer possibilidade que esta venha a dar-se por ato de força, uma revolução ou algo próximo. Joaquim Nabuco apregoava um entendimento, uma conciliação<sup>36</sup> entre as partes. Era um discurso bem atual, resguardando as proporções de tempo, espaço e sujeitos envolvidos.

No decorrer da segunda metade do século XIX tem-se uma preocupação crescente, em termos de discursos, com os meandros da imigração e os desvelamentos advindos com esta questão: desenvolvimento da indústria, melhoria da economia higienização e urbanização; um “aformoseamento” de espaços, de homens e “pensamentos”. Em contra partida uma redução em termos de visibilidade discursiva é percebido sobre outras questões: a escravidão e o escravo passam a ocupar espaços cada vez menores nos projetos para o “futuro”<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> NABUCO, Joaquim. O abolicionista. São Paulo: Publifolha, 2000. P.18.

<sup>36</sup> Sobre esta questão DEBRUN, Michel. A “conciliação” e outras estratégias. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.15, tece o seguinte entendimento: “*Conciliação, no Brasil, sempre pressupôs o desequilíbrio, a dessimetria dos parceiros e não seu equilíbrio. Tanto ao nível micropolítico do engenho, da fazenda, da empresa, da repartição pública etc, como no nível macropolítico da construção e manutenção do poder central, a ‘conciliação’ não se desenvolveu para evitar brigas encertas ou custosas entre contentores de força comparável. Mas, ao contrário, para formalizar e regularizar a relação entre atores desiguais, uns já dominantes e outros já dominados. E para permitir que os primeiros explorassem em seu proveito a transformação dos segundo em sócios caudatários, (...), se a ‘conciliação serviu para reforçar o poder dos que já tinham poder, é lógico supor esse potencial, (...), de promover o auto-reforço do poder. (...). O mesmo poder prévio, suscetível de ser utilizado para cooptar e amaciar certas categorias de dominados (ou de elites dissidentes), estava também à mão para esmágar-los*”.

<sup>37</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Circulo do livro. P.95-150.

Logo, obrigatoriamente, alguns homens e mulheres teriam e estariam nos projetos futuros, dependendo do seu enquadramento, em certos parâmetros definidos pelo grupo dirigente: branco, progressista e trabalhador; ou do outro lado; não branco, não progressista e indolente. Dentro desta lógica de inclusão e exclusão, dois sujeitos são elevados de uma maneira simplista à situação de contraste. Na negatização de um conjunto de situações, o escravo negro apresentava-se como o modelo não desejado; sobre ele recaiam todas as mazelas existentes no Império. O “bode expiatório” que representava todos os males da sociedade brasileira havia sido identificado. “Identificado” o “grande mal”, a solução passa a ser construída e há materializar-se em um conjunto de discursos que apresentava como centro, “ator principal”, o imigrante: sujeito maleável, possuidor de capacidade para o auto-sacrifício, sujeito às formas “modernas” de trabalho e, principalmente, era cromaticamente “pálido” quase branco.

Portanto, tendo a elite “identificado” a causa das mazelas da Sociedade Imperial e a forma como deveriam resolver os “males” da nação, só faltava agir. “Pitorescamente” passam à por em ação, à operacionalizar, a entendida “solução”, No jornal “O Mensageiro”<sup>38</sup> era colocado:

*“O que é certo é que não há país que ofereça mais vantajoso futuro para os emigrantes debaixo de qualquer ponto de vista, o que expando como o temos feitos, e com a maior imparcialidade, cremos não somente fazer um serviço ao Brazil, que chama os trabalhadores, como também aos emigrantes europeos que aqui encontrarão mais probabilidade de prosperidade do que em qualquer outra parte do mundo”.*

Constróem muitos discursos e também, um cabedal normativo-jurídico que permite aplicar o “remédio” ao Brasil. Um grupo, a brilhante elite imperial, munida de “vassouras” varrem para os fundos da sociedade, no discurso e na

<sup>38</sup> Jornal **O Mensageiro**, Desterro, n. 200 de 17/09/1857.P. 3, cl. 1; Esse periódico, segundo o livro BIBLIOTECA Pública ..., op. Cit. P. 91, circulou de 1855 a 1857, era bissemanal e foi, também, considerado um jornal industrial, noticioso e literário. Para PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro (1831-1889). Florianópolis: [texto datilografado], 1993. P. 92, este era um jornal liberal tendo como promotor o Partido Liberal ou “Judeu”.

prática, as partes consideradas feias da sociedade: os não brancos, os excluídos, os não afeitos ( submissos ) a nova ordem e todo um conjunto de homens, mulheres e idéias “impróprias” para o “futuro” são trancadas no “quarto escuro” do porão do Império Brasileiro. Mas, estes homens, mulheres e idéias, os enjeitados; considerados feios diante dos ideais vigentes, lá permaneciam batendo as “portas e paredes”, rompendo o silêncio imputado a eles. No jornal ‘A Redempção’<sup>39</sup> podemos “sentir” a existência de resistências quando menciona:

*“Nós, que não regateamos favores aos imigrantes que abandonam o lar paterno, a Pátria que lhes serviu de berço, unicamente para virem buscar fortuna em país estrangeiro e regressaram com toda riqueza que adquirirem para os seu países, não devemos negar os mesmo favores aos concidadãos. (...) concedemos ao imigrante todos os favores possíveis: passagem nos vapores e no trem de ferro gratuitamente, hospedaria, alimentação, subsídio em dinheiro, abono de mantimento e terra barata e a crédito. (...) Ao brasileiro, que regou a terra com o seu suor, que arrancou densas florestas, o ouro que representa a riqueza nacional, não se concede nada; considera-se como reprobado, porque quer reaver a liberdade que se lhe roubou. (...) Basta de crimes! (...) Substitua-se, na lei que concede favores aos estrangeiros, a palavra \_ ao imigrante pelas seguintes: ao cidadão nacional e estrangeiro. (...). Amplie-se esses favores ao nacional e o libertando, que tem tanto ou mais direito que o estrangeiro”.*

Estes discursos vistos acima, estavam, a sua veiculação, ocorrendo em um ambiente de crescente acirramento, por ocasião dos debates, na Assembléia Provincial de São Paulo, acerca da imigração e a sua relação com a mão-de-obra. A idéia de aproveitar-se o homem nacional, aquele tido como “matuto”, pelo seu baixo custo estava sendo posta.

<sup>39</sup> Jornal *A Redempção*, São Paulo, de 07/08/1887. Consta que era um jornal abolicionista.

Não devemos, no entanto, esquecer que a partir de meados do século XIX os princípios positivistas galgavam espaços junto as camadas letradas da sociedade imperial. A sociedade deveria, inapelavelmente, dirigir-se para uma melhoria de suas instituições, idéias e homens, em um constante progresso. Nos contornos destas idéias temos a união dos interesses de dois grupos: emancipacionistas e imigrantistas<sup>40</sup>. Os primeiros eram os defensores das idéias de por fim ao instituto da escravidão e lutavam por isto. Os outros defendiam a inserção de trabalhadores oriundos da Europa – homens livres e brancos que viriam a formar a moldura, em termos de exemplo, para homens e mulheres brasileiros.

Buscava-se construir um país que fosse possuidor dos chamados atributos modernos e progressistas. Para tanto, deveria existir uma população comungando da idéia de pátria e nação. A diversidade cromática existente no Brasil era considerada um entrave, uma ameaça; Como, pensavam os idealizadores de tal “sonhos,” conseguir esta unidade frente a diversificação de cores e a falta de sentimento pátrio. O imigrante tinha unidade na cor e “possuía” sentimento pátrio e era a solução. Para o Visconde Alfredo d’Escragno Taunay<sup>41</sup> a imigração tinha outros papéis a cumprir, menciona:

*“(…), cumpre não confundir o problema da imigração com o da substituição dos braços necessários à grande lavoura. Esta quer salarizados e chega a preferir até os de raça inferior. O escopo da imigração, porém, é de ordem muitíssimo mais elevada, busca organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente Sul-Americano. Exige, por isso mesmo a maior seleção nestes elementos. (...). Ora, para que o imigrante ativo, laborioso, inteligente, progressivo, venha para o Brasil, é preciso que este país ofereça condições de bem-estar para si e para sua família, impossíveis de encontrar na Europa”.*

<sup>40</sup> NABUCO, Joaquim. *O abolicionista...*, op. Cit.P.01-11.

<sup>41</sup> **BOLETIM** da Sociedade Central de Imigração, Rio de Janeiro, n. 1 de 12/1884.

Neste artigo, bem como em outros, o autor buscava fazer propaganda, colocando que o imigrante não era desejado só para compor o quadro de trabalhador da terra; ele era desejado para algo mais “importante”, ajudar a formar e a compor a moldura da Nação Brasileira. Seus qualificativos eram enaltecidos como necessários ao “novo” Brasil. Esta forma de perceber o imigrante colocava o homem brasileiro “não tão branco” na condição de inferior: tendo-se presente, segundo os “construtores” de discursos, a inferioridade racial do brasileiro, sobrou “só” uma opção; que foi a construção do desejado através do homem e mulher vindos da Europa.

Com o intuito de ter sucesso no seu empreendimento – aformosear uma sociedade – os dirigentes constróem medidas visando impor limites a certos indesejados que viviam nas cidades: brancos, não brancos, excluídos e escravos negros; o que abria espaços para o novo “brasileiro”, o imigrante, preenchendo assim; as lacunas deixadas por este grupo de excluídos. Nas cidades os serviços domésticos, as atividades nas nascentes indústrias e nos vários ofícios, teriam na mão-de-obra imigrante, ótimos trabalhadores.

Muitos autores<sup>42</sup> à época consideravam que o imigrante europeu era necessário para “renovar” a raça brasileira. Consideravam que os negros e os “não tão brancos”, os nacionais de um modo geral, mesmo que fosse possível educa-los, disciplina-los e submete-los ao trabalho, não ficariam a altura do imigrante europeu. Os europeus de “puro sangue” teriam, por natureza, aptidões morais e intelectuais que os nascidos nos “tristes trópicos” nunca conseguiriam ter ou desenvolver.

Tendo o homem negro e escravo como exemplo maior daquilo que não desejavam para a formação da nação, os “construtores” da mentalidade brasileira consideravam o negro como sendo inferior em termos raciais. E esta “inferioridade” fazia com que este não tivesse capacidade para relacionar-se em família e na sociedade. Era um indivíduo de sentimentos “toscos”, não possuía

---

<sup>42</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro..., op. Cit.P.31-51. Nesta parte da obra a autora discorre sobre os idealizadores da imigração, branqueamento e escravidão, entre outros aspectos.

os ideais de amor, solidariedade e fidelidade, estando a um “passo” da violência e criminalidade<sup>43</sup>.

Estando o Brasil já no segundo reinado, situando-se na condição de economia periférica, todo um conjunto de situações foi influenciado por esta “posição”. Assim, o positivismo, o cientificismo e o evolucionismo de Charles Darwin, desenhados e pensados sob a “luminosidade” do sol europeu aportaram nestas “terras secas”. Não faltou “jardineiros intelectuais” para falarem das “árvores” necessárias para melhorar a “terra”. De onde haviam saído aquelas “sementes” e, quais as ferramentas, adubos e solos deveriam ser utilizados para ter-se nestes “tristes trópicos”, aquelas frondosas “macieiras européias”, era o centro de um conjunto polifônico. Entre estes “intelectuais jardineiros”, à época, tivemos: Nina Rodrigues, Silvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Francisco A. Varnhagen, entre outros. Todos queriam construir um “jardim”, cada um ao seu modo, mas buscavam e queriam colher “maçãs brancas”.

Definido qual o modelo e quem seria o exemplo deste, restava trazê-lo para compor a paisagem. O imigrante deveria “comparecer” ao Brasil para trabalhar inicialmente nas grandes propriedades e com o tempo – após “poucos” e “agradáveis” anos de trabalho – teriam condições de adquirir seu pedaço de terra. Estas terras seriam formadas pela fragmentação das grandes propriedades, geralmente aquelas onde o solo estava esgotado. Mas, só na região sul, no geral, que o imigrante teve o seu ideal parcialmente realizado: possuir uma propriedade para trabalhar e sobreviver nela.

Os defensores da imigração, que atuavam junto ao governo imperial, alegavam haver à necessidade de uma estabilidade social a qual facilitaria, assim, uma regeneração do “tipo” brasileiro. Com este intuito a elite passou a “regar” idéias e soluções que evitassem possíveis conflitos entre os diversos grupos sociais: senhores de terra, imigrantistas, abolicionistas e escravocratas. Junto aos imigrantes e aos países europeus de origem destes, era veiculada

---

<sup>43</sup>RENAULT, Delso. Indústria, escravidão e sociedade ..., op. Cit.P.77-117.

essa imagem de “democracia racial”, podemos perceber esta “realidade” quando Joaquim Nabuco<sup>44</sup> menciona:

*“A escravidão, por felicidade nossa não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. (...). Essa boa inteligência em que vivem os elementos, de origem diferente, da nossa nacionalidade é um interesse público de primeira ordem para nós”.*

Ao falar da presença de uma “harmonia social” entre escravos e ex-escravos em relação ao homem branco, o senhor de engenho, o autor procurou amenizar as “farpas”. A imagem de um país harmonioso onde a “conciliação” era uma presença forte é o que dá a entender as idéias divulgadas pelo autor. Onde todos os membros da sociedade, independente da sua variante cromática, viveriam em harmonia. Mas ausências nestes discursos faziam “silêncios significativos” pois, as desqualificações dos nacionais, não brancos e desajustados, era o motivo de uma grande discursividade patrocinada por pensadores do período. Destoando assim, dos discursos veiculados na Europa, da realidade vivenciada no “deserto verde”, o Brasil.

Dentro deste contexto temos a Província de Santa Catarina, a qual em meados do século XVIII, havia recebido os luso-açorianos – saídos das ilhas dos Açores que passava por uma crise na sua produção, além de uma explosão demográfica – esses migrantes eram pequenos agricultores, e assim, passaram a povoar o litoral catarinense<sup>45</sup> também. Aportaram inicialmente (1748) na Ilha de Santa Catarina 50 homens, 48 mulheres e 152 crianças e dependentes (agregados). Em 1749 chegavam, no início do ano, um segundo grupo de migrantes composto por 44 homens, 43 mulheres e 102 filhos e “outros”

<sup>44</sup> NABUCO, Joaquim. O abolicionista..., op. Cit. P.16.

<sup>45</sup> PIAZZA, Walter Fernando, HUBENER, Laura Machado. Santa Catarina: história da gente. 2.Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.P.34-38; PIAZZA, Walter Fernando. A epopéia açórico-madeirense 1748-1756. Florianópolis: UFSC, 1992.

(agregados). No término do ano de 1749 aportaram mais 98 “casais”, formados 501 adultos e 81 “guris e gurias”. E, em 1750, chegaram 326 “casais” que somavam 1759 almas, (1342 adultos e 204 infantes). Também, em 1759, veio mais 279 “casais” (1399 pessoas)<sup>46</sup>.

Estes foram os iniciadores da povoação, agora de forma definitiva, das “enseadas” de Santa Catarina. Junto com estes migrantes veio “toda” uma estrutura política, social e religiosa, a qual devia fazer “funcionar” os interesses do Império, no caso; o português. As causas das “mudanças” destas pessoas de uma parte, Açores, para outra, Ilha de Santa Catarina, dentro do território português, foram: explosão demográfica e crise no sistema produtivo das respectivas ilhas e uma premente necessidade de ocupar o litoral da Colônia Brasileira. Nesta ocupação do litoral tinha-se como “missão” aos “açorianos”:<sup>47</sup> povoar, produzir alimentos para “si” e fornecer almas para a proteção das fronteiras terrestres e do mar.

Ao falar da vinda de luso-açorianos, das Ilhas dos Açores para o litoral de Santa Catarina e outros “litorais” do Brasil, não devemos falar de emigração mas sim, de migrações. Pois por migração, entende-se o deslocamento de pessoas dentro de um mesmo território. Então, diante do Meridiano de Tordesilhas (Tratado de Tordesilhas – 07/06/1494), onde definia como pertencendo a Portugal, “tudo” o que estivesse entre o citado meridiano e o seu território na Europa, a sede do Império. Consideramos então, que não houve emigração mas sim, um deslocamento de pessoas de uma parte do território, dos Açores para “Desterro”, uma migração.

Santa Catarina desde o início da ocupação meridional do Brasil esteve na posição de “satélite” dos interesses centrais do governo português e posteriormente brasileiro. Neste contexto é interessante perceber a análise feita por Américo Souto<sup>48</sup>, quando menciona:

<sup>46</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.P.41.

<sup>47</sup> FLORES, Maria Bernadete Ramos. A ferra do boi: palavras, sentidos e ficções. Florianópolis:UFSC, 1997.P.122-123; CUNHA, Idaulo. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1982.P.27.

<sup>48</sup> [SOUTO, Américo A]. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina : século XVII-1960.Florianópolis: CEAG-SC., 1980.P.42.

*“(…),é neste contexto que se situa Santa Catarina. Desde o início de sua formação. Seu papel foi o de complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira, não só como fornecedora de certos bens, mas ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem no caso do gado gaúcho e no avanço militar contra os espanhóis confinantes. (...). Ora, isso contribuiu para que Santa Catarina sentisse uma tendência no sentido da ‘satelitização’ de certas áreas suas pelas duas metrópoles internas mais próximas: Curitiba e Porto Alegre, e como não poderia deixar de ser, a satelitização pelo centro representado pelo eixo Rio-São Paulo”.*

Assim, a Província e sua capital, Desterro, assumem uma posição de dependência junto aos mercados centrais do Império<sup>49</sup>. Foi dentro deste princípio que formou-se a Província, desde o século XVIII até o “final” do século XIX. Esta “dependência” moldou todo um “jeito de ser” da economia e habitantes, em especial dos seus dirigentes.

Este grupo dirigente local, a elite “desterrada”, isto é desterreense, formada nas malhas da “rede” burocrática que havia, passa a cotejar novos sonhos de distinção e ascensão econômico e social. Projetos aformoseantes para os espaços da cidade, “limpeza” dos bairros pouco afamados, como “A Toca”, afastando do centro estes personagens pouco “quiridos”. Além de buscarem construir uma “estética” para as mentes pouco afeitas às formosuras existentes de alhures como a Corte e Paris. Tornar a cidade homogênea com uma só “cara” era a realização final buscada por algumas pessoas, uma elite, uns “corpos fora de lugar”, que aqui estavam residindo.

<sup>49</sup> HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX..., op. Cit.P.23-62; No jornal **O Argos**, Desterro de 24/12/1861.P.2,cl.2, era mencionado: “O estado financeiro da Provincia não é lisonjeiro: as previsões da diminuição da renda provincial proveniente da paralização do commercio, já se vão praticamente realizando; e os creditos consignados pelo governo, subordinados ao preceito da economia, com razão adaptado pelo gabinete, são em geral diminutos”. No livro **BIBLIOTECA Publica...**, op. Cit P.24, consta que este jornal **O Argos** circulou de 1856 a 1861. Era de circulação irregular, e era considerado conservador.

Pela reduzida expressividade que tinha Desterro junto a outras “metrópoles”, no período de 1850 a 1890, em termos econômicos<sup>50</sup> e populacionais, a visão que sua elite tinha da cidade era realizada, muito possivelmente, através da presença ou ausência das “coisas” da civilidade. Os “responsáveis” por tais circunstâncias: a ausência dos “espelhos” do progresso, passaram assim, a ser alvo de uma “tramóia” discursiva: pobres, “não brancos”, os espaço da cidade e até os animais que andavam soltos pelas ruas “pagaram o pato”. No “Jornal Do Comércio”<sup>51</sup>, temos uma idéia das coisas “havidas” na época, nos diz:

*“(…), o abuso de moradores de certas casas, em mandarem fazer [jogar fora] depois de água servidas, lixos escamas e outras coisas nas ruas e córregos, (...). o que não dirão de nós os passageiros que aqui desembarcam e percorrem a cidade, encontrando-a imunda e péstira? Dirão certamente que estimamos pouco o asseio, e que não temos fiscal, (...)”.*

Portanto, para receber visitante tão ilustre: “o progresso”, seria necessário arrumar a casa, Desterro e o seu “quintal”, a Província. Para tanto afastar as coisas velhas e feias, “socando-as” no fundo do “baú” foi o procedimento realizado pelos empregados a mando da “dona da casa” a elite. Nesta “arrumação” que a elite estava planejando e, “desapercebidamente” realizando, encontravam-se as casas, os bairros e as ruas. As residências novas apresentavam fachadas que remetiam aos gostos das grandes metrópoles<sup>52</sup>. Os locais onde haviam casas simples, as dos “enjeitados”, deveriam ser “modificadas”, pois não condiziam com a nova “Desterro”.

As ruas, por seu turno, iam aos poucos sendo modificadas, “endireitadas” e alargadas. Com a expansão, da cidade e sua urbanidade,

<sup>50</sup> SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento econômico e evolução urbana ..., op. Cit. ; HERING, Maria Luiza Renoux. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987.P.19-30.

<sup>51</sup> **JORNAL** do Commercio, Desterro, de 15/06/1881.P.1; No texto de PEDRO, Joana Maria. Nas tramas..., op. Cit. P. 73 e 93, é colocado que o **JORNAL** do Commercio procurou manter sua autonomia em relação aos partidos políticos local, e não dependia de publicação dos atos oficiais. Para conseguir seu intento aceitava anúncios e “aceitava” assinantes. Considerado como “diário imparcial” trazia notícias oficiais e editais, era de circulação semanal e posteriormente diário. Este periódico foi publicado de 1880 a 1894.

certas ruas situavam-se na posição de verdadeiros marcos, fronteiras entre o desejado para a cidade e o que não devia existir ou adentrar em Desterro. O córrego da Bulha, atual avenida Hercílio Luz, inicialmente separava o centro da cidade da periferia. Em um outro momento de "arrumação da casa" estes limites foram estendidos até o "pé do morro" tendo como "cerca divisória" a atual avenida Mauro Ramos. São exemplos de como o corpo da cidade ia sendo modificado, aformoseado pelos dirigentes que pretendiam que existisse em Desterro<sup>53</sup> uma outra cidade.

A idéia de aformoseamento, aquela havida junto da elite de "Desterro", estava dentro dos contornos de como os discursos deveriam "operar". O discurso "era" direcionado para a terceira pessoa do singular ou plural; onde as causas e conseqüências do mundo emergidas da e na negatização de aspectos daquela sociedade, não diziam respeito aos enunciadores destas polifonias: A primeira pessoa do singular ou plural não era causa nem conseqüência dos "males" existentes, era a solução. É construído um ambiente discursivo, onde os construtores da "boa nova" ficam em estado de "inércia modificadora": já são "perfeitos", não é deles que os discursos fariam.

Assim, ao propor uma sociedade "nova": bonita, higienizada, "arrumada", geométrica e branca, com as "coisas" "belas" existentes no mundo econômico, político e social da "Corte", de Paris ou Londres, os idealizadores de tal "sonho" estavam buscando e construindo uma "maquiagem" para a sua sociedade. Esta "maquiagem" iria modificar a parte externa, o que margeava o centro desta pretendida sociedade – sua elite, seus "pensadores" e suas idéias – os mesmos sujeitos teriam assim, aformoseados os seus "arredores" mas não a si próprios. Fariam e ao que parece continuam fazendo, quantas "maquiagens" – aformoseamentos – fossem necessários para que os seus projetos, "outros" projetos, fossem realizados. E, ao fim e ao cabo, tudo objetivaria ficar dentro da idéia da permanência, das "formas do mesmo".

---

<sup>52</sup> SOUZA, Sara Regina Silveira de. A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX. Florianópolis: IOESC, 1981.P.127-150.

<sup>53</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: U.F.S.C., 1994.P.25-30; CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: memórias II. Florianópolis: UFSC, 1972.P.83-120.

Além da própria cidade, era desejado nesta construção de uma nova sociedade, um “novo” país; pessoas com graus elevados de: moralidade, inteligência, trabalho e civilidade. Porque assim, desejavam esquecer nas “penumbras da memória” um presente: a sociedade real existente. Verificamos isto quando no jornal “A Voz do Povo”<sup>54</sup>, publicava:

*“(...). Quer os que transitam por nosso admirável porto, cercado por duas mansas barras, navegáveis a qualquer hora do dia ou da noite, com qualquer tempo, quer os que em busca de novos climas ou novas regiões, onde possam adquirir fortuna ou recuperar a saúde perdida, nos visitam, ou farão uma triste idéia de nossas instituições coletivamente governamentais ou taxar-nos-ão de povo inerte, indiferente ao bom nome da Província, as boas ou más administrações e legislações”.*

Com o findar do século XIX, suas últimas décadas, estavam sendo intensificadas no Império e na Desterro, alguns discursos; interferindo no cotidiano das pessoas, as idéias de progresso e civilidade. As expectativas eram gerais, “euforias” podiam ser sentidas em todos os “cantos”, no “Jornal do Comércio”<sup>55</sup>, lia-se: *“(...). Podemos deduzir francamente que o progresso agrícola, comercial e industrial da nossa província por certo excederá a expectativa de todos, (...)”.* Nos periódicos tinha-se, como podemos verificar, uma visibilidade dos objetivos da elite de Desterro. Entre as idéias alardeadas apregoavam-se a necessidade de uma moralidade privada e pública, uma forma de garantir o não surgimento dos indivíduos considerados desclassificados. Todos os “desajustados sociais” seriam reenquadrados pelo exemplo, pela boa vontade ou “convencidos” de que teriam de fazer parte do progresso e civilidade que estavam “fundeados” nas baías da cidade. Esta era a cidade dos “casos e ocasos”, que buscava exaltar; nos discursos, características para seus membros e patrocinar um espraiamento contagioso para a Província como um todo. Realçando aspectos que estivessem diretamente identificados com um mundo de urbanidade e progresso.

<sup>54</sup> Jornal *A Voz do Povo*, Desterro, de 08/11/1885. P.2; No texto do livro *BIBLIOTECA Pública ...*, op. Cit.P.131, menciona que era um periódico republicano. Circulou em 1885 e era semanal.

As mudanças pretendidas pela elite, o grupo que tinha o “corpo fora de lugar”, passavam também, pela questão do próprio nome da cidade. Jali Meirinho<sup>56</sup>, muito apropriadamente, nos fala desta “guerrilha jornalística” acerca do nome da cidade, onde menciona: “(...), o nome da cidade de Nossa Senhora do Desterro, que o tempo simplificou para Desterro, não agradava aos seus habitantes”. Houve sugestões para que Desterro fosse rebatizada pelo nome de Ondina (idéia do marinheiro Virgílio Várzea), ou de Redenção (agora, coisa do Visconde de Taunay, a época Presidente da Província), e outros nomes como Meridional, foram sugeridos.

Para Leatrice Moellmann<sup>57</sup>, ao discorrer sobre as divergências que provocaram o nome Desterro junto a elite da cidade, menciona: “Virgílio Várzea chama de ‘Ondina’ a Capital catarinense. Anos antes, em 1884, Carlos de Faria a chamava de Exiliópolis, (...). É que o nome ‘Desterro’ envergonhava os desterrenses”. Nos periódicos da cidade, “escaramuças” foram montadas diante da briga pela mudança do nome da cidade. No “Jornal do Comércio”<sup>58</sup> constatamos o seguinte:

“(...), o viajante pela primeira vez, (...), a primeira coisa que vê é o cemitério e a segunda uma cidade sem movimento com um porto ermo de navios! E assim impressionado retira-se, convencido de que somos um povo atrasado, oriundo de ‘desterrados’, como o nome de Desterro parece indicar aos que ignoram o da Padroeira desta cidade, (...)”.

Foram tantos sonhos, desejos, decepções, imposições, submissões e alegrias que povoaram Desterro dos “tempos das carroças”. E, aqueles homens e mulheres nos “afazeres” da vida, os trabalhadores da cidade e os pensando o que fazer “na vida”, a elite, tinham registrado suas marcas naquela cidade. E nela e a partir dela, a Desterro, concepções de homem, mulheres, sociedade, foram pensadas.

<sup>55</sup> JORNAL do Commercio, Desterro, de 29/09/1888. P.2.

<sup>56</sup> MEIRINHO, Jali. In: GALLOTTI, Eloy (org.). Florianópolis: homenagem ou humilhação. Florianópolis: Insular, 1995.P.47.

<sup>57</sup> MOELLMANN, Leatrice. A obra inédita de Carlos de Faria e a guerrilha literária em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1994.P.65.

<sup>58</sup> JORNAL do Commercio, Desterro, de 29/07/1888.

Esta Desterro dos discursos, das falas, as polifonias, podia ser outra cidade, ter outro nome, podia ser Olívia; a cidade que Ítalo Calvino<sup>59</sup> idealizou e sobre ela diz:

*“Você sabe melhor do que ninguém sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. Se descrevo Olívia, cidade rica de mercadorias e de lucros, o único modo de representar a sua prosperidade é falar dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos dos bíficos; uma girândola de água num pátio protegido por grade rega a grama em que um pavão branco abre a cauda em leque. Mas, a partir deste discurso, é fácil compreender que Olívia é envolta por uma nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas; que, na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo os pedestres contra os muros. Se devo descrever a operosidade dos habitantes, falo das selarias com cheiro de couro, das mulheres que tagarelam enquanto entrelaçam tapetes de ráfia, dos canais suspensos cujas cascatas movem as pás dos moinhos: mas a imagem que essas palavras evocam na sua iluminada consciência é o movimento que leva o madril até os dentes da engrenagem repetido por milhares de mãos, milhares de vezes nos tempos previstos para cada turno”.*

A Desterro sonhada pelos seus dirigentes, sua elite, “só” poderia ser a da descrição feita para a cidade de Olívia. Onde perfumes e “outros” odores, ricos e pobres, as “luzes” e as “sombras”, a higiene e a falta dela, estariam presentes. Pois não existe cidade “esterilizada”, como alguns algum dia sonharam; só existe as “Olívias”. Esta cidade, “Desterro” com cara de Olívia, através da sua elite, deveria tornar o seu mundo “real” em invisível e dar visibilidade ao não real, o fantasioso e, também, buscava “atores” para a encenação da sua “fantasia”.

---

<sup>59</sup> CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

É então, a partir desta Desterro “meio” Olívia, que um conjunto de polifonias procurou “formatar” tudo e a todos. Para tornar “real” os projetos idealizados por e para um segmento social.

Assim, dentro deste contexto, vários grupos de alemães iniciaram sua jornada para Santa Catarina em torno de 1828. Os primeiros, de uma forma um tanto desarticulada, foram instalados na Colônia de São Pedro de Alcântara, em São José, imediações da Ilha de Santa Catarina. Os recém chegados viram-se frente a vários obstáculos: o ambiente físico, a cultura local e o clima, entre outros fatores, foram problemas a serem compreendidos e/ou superados. Carl Friedrich Gustav.<sup>60</sup> menciona , quando de sua passagem pela Província, que ao chegar em Desterro:

*“As colônias ainda não estavam demarcadas”. E continua este autor narrando os fatos: “A permanecerem esses lamentáveis expatriados durante seis meses, a consumir não só o pequeno subsídio que o Estado muito irregularmente lhes pagava, como ainda parte de sua modesta fortuna, (...). Já esse procedimento desanimou a muito e induziu a grande número ao excessivo uso da cachaça, com o que pensavam esquecer seus pesares e penares. (...). Acabado o dinheiro, começaram a vender as roupas e não tardou que a maior parte desses infelizes*

<sup>60</sup> GUSTAV, Carl Friedrich, ... Im: BERGER, Paulo (org.) Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: U.F.S.C., 1984. P.302; Sobre as dificuldades que os imigrantes alemães na região fronteiriça à Ilha de Santa Catarina enfrentaram podemos verificar aspectos dessa realidade quando, no seu texto, PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. A colonização alemã na área fronteiriça à Ilha de Santa Catarina: observações geográficas. RIHGSC. 3ª fase, n. 2, 1980. P. 143, coloca que as questões topográficas juntamente como o isolamento e pobreza do solo, além da própria floresta foram os grandes adversários desses homens e mulheres. Considera que estas colônias próximas a Desterro serviram, principalmente, de: “(...), centros emissores de correntes migratórias”. Podemos perceber aspectos desses embates no espaço e pelo espaço, realizados por esses imigrantes, em um romance que aborda a história dos primeiros imigrantes nas imediações de Desterro escrito por PAULI, Evaldo. Desafio aos olhos azuis. Florianópolis: Lunardelli, 1978. P. 15, onde apresenta as dificuldades e contradições enfrentadas por um grupo de imigrantes. Ao mesmo tempo oferece uma imagem dos sonhos e projetos que queriam realizar no “novo mundo”. Na frase de Paulus para sua filha encontramos indícios desses projetos, quando diz: “– *Kethy, vamos em breve, com estes nossos cabelos louros, para um lugar maravilhoso, chamado Província de Santa Catarina*”; Na obra de SCHUTEL, Duarte Paranhos. A Massambu. Florianópolis: Movimento, 1988, que é um romance/memória da década de 1860, podemos acompanhar aspectos sociais da região fronteiriça à Desterro. Duarte P. Schutel assina essa obra com o pseudônimo de “Insulano”. Através dos fatos, olhar e situações presenciadas por esse personagem podemos imaginar/visitar essa região nesse período. Ele descreve paisagens, os casos, os homens e mulheres, os diálogos e as festas, Insulano nos oferece uma descrição “densa” sobre sua época.

*andassem andrajosos, mostrando pústulas e buracos nas pernas e braços, samentos, a perambular como espectros e a mendigar pelas ruas da cidade, (...). Antes de decorridos os seis meses que aqueles colonos deviam passar inativos na vila do Desterro, a pobreza crescera tanto que muitos pais incapazes de sustentar os filhos, os ofereciam publicamente e sentiam-se felizes se achavam alguém que quisesse ficar com uma menina forte ou um rapaz esperto, só pela comida, (...), às vezes nem lhes permitiam que com licença especial fossem visita-los, pois sempre os brasileiros temiam que a mãe natureza um dia denunciasse ao pobre orfanado a sua origem e que então, impelido pelo possante instinto do amor aos pais, preferisse compartilhar a pobreza de seus verdadeiros pais do que comer o pão da misericórdia na casa rica. (...). Como devia ser duro para os colonos, opressiva, para eles já de tanta maneira martinizados, uma condição que só a extrema penúria os obrigava a aceitar; como havia de ser terrível para eles o pensamento de que o filho para sempre lhes é afastado nunca aprenderia a **língua de sua pátria**, seria educado em **costumes esquisitos, usos que odiavam, quem sabe noutra religião** [ grifo nosso]”.*

Com a presença do imigrante europeu, especialmente o de origem germânica, na Província de Santa Catarina apresentou-se um quadro singular: povos de etnia, religião, língua e cultura, “a priori” diferentes passaram a compartilhar com o brasileiro um mesmo espaço e tempo. Diante desse quadro podemos levantar algumas ponderações: principalmente como a população local, a de Desterro em particular, a partir dessa realidade teceu um discurso sobre o imigrante alemão. Assim, ao percorrer-se essas falas emitidas pelo “morador local” tem-se o descortinar de uma gama de projetos e intenções engendradas em Desterro e a partir de Desterro

Com referência a Desterro o grupo dominante, a elite, teve sua composição, na segunda metade do século XIX, formada a “priori”, por pequenos e grandes comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais e ocupantes de cargo militar.

Como podemos perceber a configuração dessa elite situada em Desterro, que deu-se por volta da década de 1850, estava ligado ao comércio e transporte de mercadorias com o interior e exterior da província e outras regiões do país. Tendo o comércio, nesse período, sofrido um crescimento considerável<sup>61</sup>. Esse grupo, elite, estava inserido em um universo particular, Desterro e sua história, que no passado teve os casais açorianos, além dos interesses do governo central na região meridional, os quais permaneciam.

Nesta região, o litoral da Província e Desterro em particular, a terra e o mar “foram” duas influências marcantes para e nos homens e mulheres de então – com reflexo no grupo dominante local – agricultores ou pescadores, na inviabilidade de uma atividade, plantar ou pescar, voltavam-se para a outra. Na terra deixavam registradas as transformações impostas por eles neste mundo natural, as marcas de sua cultura no fazer da sobrevivência. No mar as cicatrizes feitas recuperavam-se com tal rapidez que o olhar do outro<sup>62</sup> nada percebia de não natural, como se o homem ali não tivesse atuado. Para o homem do litoral – os luso-brasileiros de Desterro – o mar levava e trazia o mundo e as coisas desse mundo. O litoral tornou-se um lugar de permanência e/ou sobrevivência. Na visão de Otto Von Kitzebue um dos muitos viajantes que transitaram pela Província, temos um fragmento sobre o outro, menciona: “(...), eles não tem dinheiro algum, mas nunca estão passando necessidades porque tudo o que precisam para sobreviver a Ilha lhes oferece e desta maneira, eu os considero ricos e felizes”. Ao percorrermos as “imagens” registradas pelos viajantes, os quais foram produzidos a partir e dentro de um

<sup>61</sup> [ SOUTO, Américo A]. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina ( século XVII-1960)..., op. Cit.P.60-75. ; HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX..., op. Cit. P. 15-42.

<sup>62</sup> No olhar “armado” de alguns viajantes que aqui aportaram, no século XIX, podemos identificar a realização de uma percepção retilínea do ambiente que os cercavam. O habitante local era visto, geralmente, como alguém em estado de “graça” não necessitando ou não querendo as “novidades” do mundo; BERGER, Paulo (org.) Ilha de Santa Catarina..., op. Cit .P. 228; Para GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 321, devemos considerar que: “A cultura de um povo é um conjunto de textos, que o antropólogo [no caso particular o historiador] tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem, (...), qualquer que seja o nível em que se atua, e por mais intrincado que seja, o princípio orientador é o mesmo: as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações”. Por mais sofisticada que seja essa leitura ou releitura, realizada pelo historiador, ela sempre será construída a partir de um “olhar esguio” feito sobre os “ombros” dos que vivenciaram ou registraram aquela realidade em especial.

olhar particular, o olhar de uma cultura geralmente eurocêntrica, devemos ter na “alça de mira” certos cuidados ao analisá-las.

Estas circunstâncias, esses homens e mulheres, estes espaços, essas formas de produzir e sobreviver, foram consideradas um obstáculo ao modelo de sociedade pretendido pela elite local. Quando Hermetes Reis de Araújo<sup>63</sup>, ao trabalhar os “movimentos” que a elite estava fazendo na nascente Florianópolis podemos entender, no geral, tal interpretação para a velha Desterro no ajeitar-se de sua elite diz:

*“A esta burguesia, ansiosa por ascender a posições que lhe garantissem situações de segurança material e prestígio, e a incorporar as modas e os hábitos que importavam do Rio de Janeiro, não eram mais suficiente ser branco, católico e proprietário, era preciso ser ‘civilizado’ ter ‘gosto’ e ser higienizado”.*

Em suma deviam ser e estar aformoseados. A partir dessa “percepção” tida pela elite tem-se início a (des)construção do homem do litoral e do imigrante, do imigrante alemão em particular. O ápice da pirâmide social de Desterro na impossibilidade de transladar a si e a cidade para ficar ao largo do modelo aspirado passa a arrumar a “casa”. Verificamos também, aspectos desta realidade quando Nelson Werneck Sodré<sup>64</sup> menciona:

*“A classe dominante repudiava essa face africana, escondia essa face como se esconde as mazelas, as coisas inconfessáveis, as máculas. (...). Os folhetins dos jornais neles com papel importante, atraindo leitores, começavam a formar o público de ficção, traziam-nos as criações francesas e quase nunca as melhores. (...). O cúmulo do prestígio estava, para*

<sup>63</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em História PUC/SP). P. 65.

<sup>64</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Literatura e história no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. P. 15 e 16; Na obra de RENAULT, Delso. Indústria, escravidão e sociedade..., op. Cit.P. 172, podemos acompanhar como a Corte e o Rio de Janeiro eram motivos e modelos a serem seguidos, como bem o fez a elite de Desterro. Ao cultivar os “bons e civilizados” hábitos que eram, geralmente, apregoados e defendidos nos jornais da região, essa elite local estaria alavancando sua posição de “modelo” para a população catarinense. Sobre os bons e civilizados “modos” que deveriam “contaminar” todo um conjunto da população, Paris era o grande modelo.

*quem se dava às letras, aqui, em viajar à Europa. Mais do que isso: estava em detestar o Brasil e delirar por Paris”.*

O mesmo autor cita parte de uma “carta” do poeta Olavo Bilac onde o poeta diz: *“Paris, 2. Cheguei. Dormi primeira vez em meu berço. Sinto-me um recém-nascido. Vou aprender a falar.”* São estes os modelos que iriam motivar e justificar todo um aformoseamento da sociedade brasileira e Desterro “adere” ao novo “modelito”. – Rio de Janeiro, Paris ou Londres – constrói e impõe condições e mudanças nos homens e mulheres, na e a partir da Desterro de então, para que assim, a Província e habitantes “ideais” existissem. Os ideais e projetos estavam, portanto, bem demarcados:

*“A autonomia de um país depende de seu impulsionamento desembaraçado para o caminho luminoso do progresso e da civilização. Eis porque o Brasil encarrilhou-se nos trilhos do abolicionismo e acelera-se na marcha vertiginosa. Enquanto esta nação possuir escravos o estrangeiro o olhará com desprezo”.*<sup>65</sup>

É possível verificar junto aos documentos oficiais, como as falas e Relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província, entre outros, que as informações contidas nos jornais não destoavam, de todo, do que desejavam e praticavam as autoridades e elite. O que demonstra um emaranhado de interesses entre as partes envolvidas, podemos verificar isto quando em certo jornal, também era mencionado:

*“Eles [os imigrantes], com a rara inteligência que os distingue, entenderão de quanto alcance e importância para seus interesses seriam a vinda de um grande número de famílias, (...)”.*<sup>66</sup>

*“Um dos maiores inconvenientes que opõe ao progresso da colonização nacional, e sem dúvida a pouca ou nenhuma*

<sup>65</sup> *Jornal Abolicionista*, Desterro, 02/11/1884. P. 2; No livro **BIBLIOTECA Pública** ..., op. Cit. P. 19, consta que esse periódico circulou de 1884 a 1885 e era semanal. Era considerado um órgão literário e noticioso.

<sup>66</sup> *Jornal O Conservador*, Desterro, n. 335 de 29/06/1855. P. 1; No livro **BIBLIOTECA Pública** ..., op. Cit. P. 36 e 37, podemos verificar que existiram três jornais em Desterro com o nome de **O conservador**. O primeiro circulou de 1852 a 1855. O segundo circulou de 1872 a 1880 e tinha como subtítulo ser um “*Jornal político, noticioso e comercial*”. O terceiro circulou de 1884 a 1889 era diária e tinha por subtítulo ser um “*órgão do partido Conservador*”.

*vocação que tem uma boa parte dos indivíduos que habitam as localidades próximas ao mar a vida agrícola; criados eles desde tenra idade na vida do mar, acompanhando os pais a pescaria, embarcados em pequenas canoas, considera outra ocupação improdutiva; não se resolvem, por maior que sejam as vantagens prometidas, a abandonarem os hábitos já tão arraigados para abraçarem a vida laboriosa de lavrador”.<sup>67</sup>*

Nessas duas citações acima, podemos considerar que, a princípio, havia várias realidades não desejadas convivendo ao mesmo tempo em Desterro, o que “embaraçava” a elite local. Os homens e mulheres que haviam servido no passado, para os propósitos da elite – os luso-brasileiros – agora estavam na posição de obstáculos. Eram “obsoletos”, não eram qualificados (para ser bem atual), para a “lavoura”. Isso é explicitado nos discursos emitidos. Esse homem da “terra” não servia mais aos propósitos modernizantes da elite:

*“O brasileiro em geral mostra pouca inclinação para a lavoura, e prefere antes dedicar-se a qualquer negócio ou officio, faltando-lhe as habilitações e protecções para obter um emprego público. O caboclo não serve para a lavoura, o que elle quer é ver-se na liberdade de todas a suas vontades: passa vergonha, fome e misseria por não trabalhar, andando dias e dias pelo mato para atirar um miserável passarinho que mal lhe chega para matar a fome, e resolve-se a trabalhar somente, quando a maior necessidade o obriga, pois tendo um salamim de farinha e uma banana em casa, deita-se na esteira ou na rede, toca viola, canta e – vive la patria; sabendo porem que algures há um mutirão, cachaça e fandango, lá vae, faz até dias de viagem, para assistir à patuscada”.<sup>68</sup>*

De que “patuscada” estavam falando os “senhores” que outorgaram-se a missão de construir ou pensar uma “nova” sociedade para o Brasil a partir de meados do século XIX. Era a “patuscada” onde tinha-se um ambiente com recursos naturais e um morador indolente, “avesso” aos afazeres do trabalho

<sup>67</sup> Jornal *O Argos*, Desterro, n. 847 de 09/04/1861. P. 1.

<sup>68</sup> Jornal *O Argos*, Desterro, n. 763 de 22/08/1961. P. 3 e 4.

que, na perspectiva da elite, não era merecedor de estar no “paraíso”: o Brasil. Mas, nessa citação, tem-se uma outra fala que emerge do ambiente dessa “patuscada”, o brasileiro preferia ter o seu “negócio” ou ter um emprego público. O que abre para outras leituras<sup>69</sup> sobre este período. No ter/desejar um “emprego público” delineia-se, nesse jogo de dependências, as formas apresentadas na composição da própria elite e quais os grupos que formavam o aparelho estatal. verificar essa realidade quando Nelson Werneck Sodré<sup>70</sup> menciona:

*“(…), o numeroso funcionalismo que deriva da amplidão do aparelho (do Estado) e de características normais à estrutura econômica brasileira em que o Estado se apresenta como empregador por excelência, a válvula propícia à compensação das limitações de um mercado de trabalho onerado pelo escravismo, (...)”.*

Então, percebe-se uma “divisão” à principio no que tange ao trabalho. O escravo, como realmente ocorreu, fazia e exercia atividades braçais, atividades estas exercidas também por brancos e “mestiços” excluídos do sistema. Assim, os incluídos na orla do poder ficavam com as atividades “leves” ligadas ao aparelho burocrático estatal. Verifica-se que os contornos dado ao modelo escravista justificava e sustentava a “explosão demográfica” na burocracia de outrora.

Podemos colocar, diante do visto nesta parte do texto, “De Desterro...”, que existiam indícios<sup>71</sup> os quais indicavam a presença de falas que conduziam a um discurso “homogeinizador” que teria como origem uma elite e seus associados os quais estariam situados nas cercanias do poder central no

<sup>69</sup> Para ORLANDI, Eni Puccinelli *Discurso e leitura...*, op. Cit. P.11, sobre o que é e não é mostrado em um discurso, coloca: “*Os sentidos de um texto passam pela relação dele com outros textos*”. Os outros textos, seriam, os projetos de busca de “outros” homens.

<sup>70</sup> Em CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...*, op. Cit. P. 129 a 150, podemos verificar esse imbricar de interesses existentes no Segundo Império, quando da composição do quadro funcional ou burocrático, ao analisarmos a burocracia e a sua composição. Para o autor, p. 129, uma das, “(...) principais características da elite política imperial, (...), era seu estreito relacionamento com a burocracia estatal”. O ter um “emprego público”, a princípio, era motivo de subsistência e/ou posição e poder; Nelson Werneck Sodré citado por COSTA, Cruz. *Pequena história da república*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 15.

<sup>71</sup> GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. P.177, Fala das “pistas” localizadas, ao acaso, as quais permitem uma melhor compreensão do fato analisado.

Império. As “pistas” podem ser localizadas nos discursos de Nação e Nacionalidade, que um grupo de pensadores consideravam necessários existirem para ter-se um país com certos atributos. O mesmo segmento pensante, a época, dentro do ideário de Nação e Pátria, estava patrocinando a “construção” de um povo que tivesse uma cromaticidade única e especificamente alva. Na busca deste novo homem, um “Adonis Social”, podemos verificar o surgimento de um discurso sobre o imigrante que iria ser um agente também na alavancagem do progresso. Este discurso imigrantista e progressista, estava envolvido até a “espinha” com a questão da escravidão. Este discurso apresentava, em primeiro lugar, discursivamente, como algo “feio” para a Nação a existência da escravidão, e, em segundo, mostrava o escravo como “uma coisa” que deve ser escondido da visibilidade social. A margem disto, por conta e risco dos seus arautos, haviam discursos republicanos, os quais reforçavam os outros discursos, pois exigiam e pregavam os mesmos quesitos de Nação, progresso, trabalho, sociedade e principalmente de um “novo” homem.

Estes discursos, ao mesmo tempo mas em lugares outros, como em Desterro, eram recebidos pelos representantes locais dos “líderes” no Império. Dependendo da importância (imposição) e até conveniência, as falas foram reelaboradas com colorações outras para atender necessidades da Província e dos seus mandatários. Assim, podemos verificar que os discursos estavam margeados pelos aspectos de validade, permanência e ressurgência. Estas características são visíveis e detectadas em cada tipo de produção discursiva a época também.

Certos discursos possuíam validade mas não permanência, não estavam na verdade da validade, como foi o caso da busca de solução para a mão de obra através do homem nacional, os interesses do momento reduziram sua capacidade de permanência<sup>72</sup>. Outros discursos, como o do

---

<sup>72</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. P.35, Para Michel Foucault, ao mencionar como as idéias de Mendel não foram aceitas à época em que viveu, considera: “Mendel dizia a verdade, mas não estava ‘no verdadeiro’ do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se construíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, os desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse ‘no verdadeiro’ e

branqueamento, “pureza racial”, tiveram longa permanência juntos aos vários “fazedores” de discurso, sendo que, sua validade social e políticas demonstraram ser nulas. Esta validade, no nosso tempo, foi categoricamente nula a partir de uma análise atual, mas a época, meados do século XIX, sua validade apresentava fórum de ciência, logo válida. Por isto é importante verificar a idéia de validade de um discurso para a época de sua produção, isto irá influir na sua permanência durante um longo ou reduzido tempo, bem como, as ressurgências destes discursos em épocas e espaços diferentes.

Sobre o imigrante podemos constatar que muitas foram as polifonias sobre ele produzidas. Estes discursos tinham sua validade reforçada quando falavam das qualidades tidas necessárias para um homem ser: trabalhador, industrioso e agricultor, mencionando também, da “importância” de ter-se homens e mulheres que fossem brancos e educados. Mas, esta validade com o tempo perdeu o efeito, tratando-se do imigrante alemão agricultor, branco e educado, isto pela existência de um fato “novo”: o homem branco e educado, buscado pelos idealizadores da “nação brasileira” agora passa a ser visto, as qualidades buscadas no velho mundo, no homem e mulher nacional como possuidores de tais “quisitos”. O agricultor imigrante teve sua validade “vencida” em decorrência das condições existentes no meio rural brasileiro, as quais apresentaram-se adversas e diferentes das existentes na Europa, em particular na Alemanha. Pois as “tecnologias caseiras” foram incorporadas, também pelo imigrante agricultor.

Em termos de permanência os discursos sobre o imigrante, o alemão diretamente, possuíam duas direções. Inicialmente podiam ser de longa duração como os que referiam-se ao trabalho, a capacidade industriosa, a religião e a educação do imigrante. Em um outro momento, a permanência discursiva apresentou-se “curta” pois serviu a certos interesses, ou sua veiculação estava baseada em interpretações pouco válidas a época: ao

---

*suas preocupações aparecessem, então, (em boa parte) exatas. (...). É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro se não obedecendo às regras de uma 'polícia' discursiva que devemos reativar em cada um dos nossos discursos". Isto permite pensar e analisar, de nossa parte, os critérios de validade e permanência existentes no corpo de um discurso.*

considerar o imigrante alemão, em várias situações, como sendo incapaz de sobreviver da agricultura no Brasil, não foi levado em consideração, pelos críticos da época, que havia situações a serem superadas como a adaptação e as questões ambientais em particular.

Assim, podemos constatar que certos discursos tiveram sua ressurgência apresentada em várias situações. Estas ressurgências discursivas vinham, geralmente, de encontro a interesses que não estavam de todo resolvidos. Ao reapresentar um discurso que realçava as qualidades de um grupo, os alemães e sua capacidade para o trabalho, sua disciplina e sua laboriosidade, estavam ao mesmo tempo “reencenando”, agora com outras cores e em outros “teatros”, a negatização do brasileiro, o “caboclo”, o “matuto”. Indicando assim, neste contexto, uma preocupação aformoseante da elite para com os brasileiros que possuíam uma cromaticidade múltipla.

*"Nem tudo tinham os antigos, nem tudo tem os modernos; com os haveres de uns e os outros é que se enriquece o pecúlio comum"*

Machado de Assis

*"Foi de jaôge ou tresontonte"*

Fala dos "antigos" residentes da Ilha de S. C.

## **DA ALEMANHA : de emigrante a imigrante no Brasil**

No presente capítulo, "Da Alemanha...", iremos percorrer as questões que margearam a industrialização, o problema rural e a explosão demográfica na Europa e nos Estados Alemães, de então. Onde também, poderemos transitar pelas questões que levaram um contingente de homens e mulheres no seu constituir-se enquanto sujeitos da emigração: as condições de vida, no campo e na cidade, os "bolsões" de excluídos, o "exército de reserva" e as possibilidades, ao nível do vivido, disponíveis ou colocadas ao alcance dessas populações. Não iremos aprofundar tais questões, mas; através destas, compreender as condições que levaram um contingente populacional a sair de seu "mundo" e aventurar-se a tentar a "sorte" em outro país.

Mas também, estes homens e mulheres ao tornarem-se imigrantes no Brasil, inúmeras situações decorreram deste ato. As formas de colonização: de responsabilidade oficial, governo central ou provincial, de iniciativa particular ou por conta dos imigrantes – a espontânea. Como deu-se a presença do imigrante alemão em Santa Catarina: o sistema de pequenas propriedades, a formação das colônias e as "aptidões" agrícolas dos imigrantes. Ao discorrer acerca destas questões que envolveram diretamente ou não o imigrante

poderemos analisar os discursos: suas intenções, quebras, desnivelamentos e seus interlocutores, construindo “sentidos” para os “novos” e velhos residentes da Nação e “Província” também.

Esses homens e mulheres que aportaram na Costa Catarinense, a partir de meados do século XIX, saíram de um mundo em transformação. No século XIX o quadro europeu era de crise, um período de “aparente” tranqüilidade era apresentado, em que, o capitalismo assenhorava-se em “definitivo” do ambiente econômico, político e social da europeu. Paul Israel Singer<sup>73</sup> percebe na industrialização realizada pela “Alemanha” de então uma das causas da emigração, considera: “(...), fez surgir um excedente populacional diferente: artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes empresas, proletários lançados ao desemprego pelas crises de conjuntura, camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola”. Todo um segmento da população foram jogados ou sugados pelo redemoinho dos “novos ventos” que sopravam neste período na Europa.

Mas dentro desta aparente calma as classes menos favorecidas agitavam-se, tanto que no período aproximado de 1848, verdadeiras revoltas sociais de pobres e trabalhadores eclodiram por “toda” parte. Sobre a questão da pobreza Maria Stella M. Bresciani<sup>74</sup> considera que esta, a pobreza

<sup>73</sup> Essa transformação que ocorria, em particular, na “Alemanha” tinha como um dos seus propósitos “equiparar” o parque produtivo da Alemanha, a época, ao da França e Inglaterra seus concorrentes mais próximos. SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* ..., op. Cit. P. 87; Em MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. P. 295, podemos verificar aspectos dessas mudanças e as resistências que provocavam ou exigiam, quando menciona: “(...), vinham sofrendo com as pressões e desgastes da modernização capitalista. Defrontamos com importantes mudanças nos métodos de produção e distribuição, os artesãos tinham de lutar arduamente para manter sua autonomia, qualificação, ‘status’ e padrão de vida”. Essas dificuldades e obstáculos eram ampliados, também, as populações do meio rural.

<sup>74</sup> GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras, Santa Catarina, 1875-1900*. Florianópolis: U.F.S.C., 1987. P. 20, nesta obra considera que este movimento, “(...), foi a única revolução social que tenha interessado ao continente europeu inteiro”; Esse interesse estava relacionado com as proporções e significados que essa “revolução” teve, para HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 221, considera que as opções “oferecidas” aos “revoltosos” eram diminutas, diz: “(...), podiam lutar para se tornarem burgueses, deviam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam rebelar”. Além das reduzidas opções para sobreviver, também havia questões ligadas aos processos de modernização das formas de produção, as quais demandavam maiores níveis de qualificação e submissão dos trabalhadores. Aumentando, assim, as

ameaçadora, era vista como algo perigoso, indesejável que deveria ser evitada, diz: “O aspecto das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se auto concebe constituída sobre o marco do acolhimento no campo político”. Aumentava assim o desejo de afastar dessa sociedade os indesejáveis, os pobres. Então; “exportá-los,” isto é: colocá-los na posição de emigrantes era uma solução. Essas revoltas estavam ligadas as mudanças econômicas e sociais, pelas quais a Europa estava passando. Mudanças que permeavam a “passagem” do ciclo agrário para o ciclo industrial, mudanças na forma de ser, viver e produzir de homens e mulheres.

Nesta realidade européia de duas faces – em um mesmo período e espaço, tinha-se a impressão de calma e agitação, dependia de quem analisava e os seus propósitos – levou a grande maioria dos países do continente, por circunstâncias peculiares a cada um, a conviverem com o fenômeno da emigração. Essas circunstâncias colocaram em movimento milhões de homens e mulheres: principalmente os “despossuídos”, os indesejáveis para aquela sociedade européia. Esses grupos dirigiam-se em direção às fronteiras de saída da Europa, particularmente para o oceano Atlântico. Esse “mudar” constante da população pode ser considerado, a princípio, como uma forma “encontrada” pelos países envolvidos, para “resolverem” seus problemas internos: dar uma “solução final”. Estes problemas domésticos foram também decorrentes de uma explosão demográfica e crise no setor rural. As causas econômicas, nesse contexto particular, apresentavam-se como um dos principais fatores de “incentivo” à emigração.

Para as dificuldades apresentadas em certas sociedades, econômica, política, religiosa e demográfica, uma das formas de contorná-las reside na emigração. Uma emigração natural, “expontânea”, afigura-se como solução aos obstáculos surgidos, neste sentido que a emigração pode ser entendida como um fato integrante e recorrente em várias culturas. No século XIX,

principalmente na Europa, a emigração foi uma das soluções para prevenir e alterar situações não queridas.

As crises sociais, econômicas religiosas e políticas no geral, foram e são as causas comuns da emigração. Em determinada época estas são, a princípio, as causas motivadoras da saída, expulsão dos emigrantes, podendo atuar de forma conjunta ou não. O que leva assim um conjunto da população a deixar ou romper os vínculos que os liga a certo local e cultura, para tentar a vida em outra região. Esta é a realidade dos imigrantes vindos para o Brasil na sua grande maioria compostos por: alemães, italianos e espanhóis, entre outros. Agora, em particular, tratando-se do imigrante alemão na província catarinense. Estes fugiam também do absolutismo, das autoridades que lhe dificultavam a liberdade e a sobrevivência material, impondo-lhes obstáculos de toda monta.

Os obstáculos econômicos oferecidos a estes emigrantes eram enormes, isto para a maioria da população emigrada. Não “desejavam” atuar nas fábricas, pois esta maioria era advinda do meio rural e viam na fábrica algo “estranho”. Assim, o desejo de evitar a proletarianização ampliou, em muitos, o desejo de emigrar. Dentre os que podiam escolher entre o campo na Alemanha, a indústria e a emigração, a opção em sair para o mundo novo configurava-se mais atraente. Neste sentido temos a opinião de um imigrante de nome Horn<sup>75</sup>, que diz:

*“A miséria de então que nos negava o pão e o sentido da vida, a sorte do proletariado que nos aguardava, e a aspiração por uma vida mais de acordo com a natureza, fez com que nós jovens alemães nos uníssemos e fôssemos à procura de um novo habitat”.*

Nas regiões que apresentavam uma densidade demográfica ao nível da “saturação”, uma “tradição” em emigrar era formada. Afora as situações sazonais, como o clima e as crises sociais, as “propriedades” eram tão diminutas que não possibilitavam a sobrevivência de uma família com um

---

<sup>75</sup> KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: UFRGS, 1991.P.18.

número maior de componentes. Para Giralda Seyferth<sup>76</sup> as dificuldades eram grandes, para este campones, coloca:

*“(…), o servo não tinha propriedade da terra; cada família podia, de forma vitalícia, usufruir de um pequeno pedaço de terra, visando a sua subsistência”.*

Na grande maioria dos “Estados Alemães” o homem do campo estava sujeito a estas questões. Tal situação levava inúmeras famílias a verem-se diante de crises e constrangimentos. Como, a situação das filhas casadoiras, segundo a tradição de uma determinada região, estas levavam um dote para compor o patrimônio da futura família. Este dote passou a não existir e quando existia era insignificante, como um animal, ou até mesmo algumas árvores frutíferas. Além disto, dependendo da região, a forma de transmissão da herança fazia com que os bens dos pais fossem distribuídos entre todos os filhos, fragmentando o pouco que possuíam. Ou ao contrário, dependendo da região ou influência religiosa, o filho mais velho herdava tudo, colocando os outros membros da família na “rua”, na miséria.

Então, no transcorrer do século XIX, uma crescente e permanente emigração de povos alemães, para vários países da América veio a ocorrer. Principalmente para os Estados Unidos e Brasil. No contexto europeu de então, foi na Alemanha que os choques entre velho e novo modelo social-econômico ocorreram, com uma maior amplitude também, ocasionando maiores desajustamentos junto a população, em particular no meio rural.

Além das mudanças econômico-sociais que passavam a emoldurar a “nova” sociedade, situações pontuais aumentavam as dificuldades, o que conduzia a uma maior justificativa para emigrar. Os fatores climáticos, o esgotamento do solo, “ampliavam” as más colheitas, reduzindo os espaços de sobrevivência de toda uma população rural. Concomitantemente eram veiculadas imagens de um “paraíso” possível. Na Europa, a época, houve uma verdadeira campanha em termos de propaganda, da qual lançaram mãos várias

---

<sup>76</sup> SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.P.20.

companhias de emigração ou pessoas ligadas a emigração, utilizando de todos os recursos possíveis. Para Giralda Seyferth, ao falar da agricultura, coloca:

*“(...). A lenta mecanização da lavoura, na segunda metade do século XIX, foi uma das causas. (...), havia também, a propaganda das companhias de colonização e de agentes de emigração, tanto no Brasil como de outros países. Essa propaganda de fazia em torno da concessão de terras no Novo Mundo com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência as dificuldades que os futuros colonos teriam de enfrentar”.*

“Todos” queriam ir para a América, no caso particular o Brasil. Estas imagens, junto a população mais desprovida de informações e meios de sobreviver, desencadearam uma fascinação pela possibilidade de ir-se “ter” as coisas neste paraíso.

Podemos considerar portanto que a emigração ficou a reboque de exigências econômicas e sociais. O que corroborou assim, na construção de uma vontade psicológica, junto a grupos populacionais, de emigrar. Esta vontade em ir para um lugar de “fatura” teve uma ajuda com as propagandas veiculadas no período, como um folheto<sup>77</sup> publicado em Hamburgo [184-?], na forma de poesia, onde dizia:

*“Iniciamos agora a viagem para a terra brasileira,  
Esteja **conosco Senhor** e guie, sim, faça tu nosso caminho.  
Esteja conosco no mar, com a Tua mão paterna,  
Que chagaremos bem felizes na terra brasileira.*

*Deus falou a **Abraão**: ‘abandona tua terra,  
E parta para outra terra que minha forte mão te indica’.  
Também nós confiamos na sagrada palavra divina.  
E partimos agora para a longínqua terra brasileira.*

*O navio enfuna as velas, em breve estaremos longe.  
Juntamos nossas mãos e para Deus olhamos,  
Que Ele nos proteja com Sua **mão paterna**.  
E assim, contentes navegamos para a **brasília**.*

<sup>77</sup> JOCHEM, Toni Vidal. Pouso dos imigrantes. Florianópolis: Papa Livro, 1992.P.25.

*Após minha palavra, ânsia e esperança  
Ouso um grande júbilo e lá, que vejo?  
Ao longe no horizonte desconhecido,  
Alegrem-se irmãos, eu vejo a terra brasileira.*

*Lágrimas de alegria dos rostos caem ao solo,  
Depois de muito sofrimento, grande é nossa alegria.  
Em breve, com o navio no porto, sob os pés da nova terra  
Deus nos acompanhou com Sua mão paterna.*

*Bem-vindo, diz o Imperador, bem-vindos vós a min.  
Tereis uma **parte dos campos** de minha terra,  
Vos protegerei com minha mão benigna  
Vós, **meus súditos**, na terra brasileira [ grifo nosso].*

Agora, os grupos que aportaram nas costas catarinenses, de uma forma particular, eram de origens diversas. Possuíam as mais variadas profissões e aptidões pois no recrutamento do emigrante as “qualidades” não era o quesito principal, o maior número de pessoas “engajadas” era o que contava. Pois os agenciadores, os “gatos” do passado, recebiam por número de “cabeças” trazidas. Convém frisar que muitos imigrantes procediam de regiões industrializadas da Europa sendo conhecedores das “novas” tecnologias e estes aportaram na sua maioria, na província de Santa Catarina constituído assim, um diferencial na emigração para a Província e nos sujeitos circunscritos a ela. Klaus Richter<sup>78</sup> menciona que para Santa Catarina veio:

*“Muitos dos imigrantes encaminhados à colônia haviam antes exercido profissões que no início pouco valiam para enfrentar a árdua tarefa de pioneiros coloniais. Vinham, entre eles, artesãos, operários, comerciantes, rapazes solteiros e até alguns oficiais, (...)”*

A Alemanha, durante o século XIX, foi um grande manancial de homens e mulheres para a emigração. Entre 1820 e as primeiras décadas do século XX algo em torno de seis milhões de pessoas partiram da Alemanha. Deste montante cerca de duzentos mil dirigiram-se para o Brasil. Os períodos de

<sup>78</sup> RICHTER, Klaus. A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis: UFSC. 1986.P.41.

maior fluxo emigratório, na Alemanha, foram os de 1847 a 1850, de 1872 a 1876 e, posteriormente a década de 80 do mesmo século<sup>79</sup>.

As questões que induziram milhões de alemães a porem-se na situação de emigrantes, foram como já frisadas, as mesmas que levaram irlandeses, russos, italianos e outros povos em condições de marginalização social a entrarem no “Atlântico” e conseqüentemente aportarem na América. Pois, todo grupo em expansão demográfica, onde as técnicas de produção não acompanham este crescimento, “demanda”, junto com uma modernização tecnológica, enfrenta uma escassez de recursos materiais no seu território, como foi o caso da Alemanha<sup>80</sup>. Assim, quando um desequilíbrio nas “relações” ligadas a tecnologia, recursos naturais, explosão demográfica e capacidade produtiva, apresentam-se em determinada sociedade, coloca-se então, como uma das soluções possíveis a emigração.

O estado econômico da Alemanha no século XIX, teve seu marco inicial na guerra dos trinta anos (século XVIII). Em função desta guerra, uma das conseqüências foi a desunião política e fragmentação territorial. Era um período onde o capitalismo comercial firmava suas raízes na França e na Inglaterra por conta do fortalecimento do mercado nacional, ocasionando o centralismo político e a unidade nacional. Na Alemanha, por seu turno, tem-se um território retalhado em diversos reinos, principados e ducados, entre outras coisas do gênero. Estes territórios “independentes” eram fracos para ocasionar um desenvolvimento com as suas conseqüências, semelhante ao ocorrido na Inglaterra e França. Em 1815, com o Tratado de Viena, que pôs cabo ao devaneio napoleônico, tem-se a permanência da fragmentação do território alemão. Nesta divisão em Estados autônomos a Prússia, situada ao norte e o Império Austro-Húngaro, ao sul, tornam-se dois pólos de atração, que passam a influir no futuro da unificação.

---

<sup>79</sup> CUNHA, Idaulo. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina...*, op. Cit.P.27, considera que entre 1850 e meado de 1870 a população catarinense tenha aumentado algo em torno de 85%, indo de 86.490 para 159.800 pessoas. Entre 1850 e 1870 Santa Catarina recebeu 5,7% de toda a imigração vinda para o Brasil.

<sup>80</sup> LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. P. 302-368.

A formação da unidade nacional<sup>81</sup> era pré condição para uma melhoria econômico-social. Em torno de 1840, através da burguesia, também foi buscada esta união. Esta união só veio a ocorrer na década de setenta do século XIX, tendo a Prússia como carro chefe na conformação desta nova Alemanha. Assim, a industrialização da Alemanha finalmente teve início concomitantemente a unificação, sendo ampliada e aprofundada nas décadas subsequentes.

A revolução industrial ocorreu na Alemanha em um período posterior a outros países, como França e Inglaterra, mais foi vigorosa. Os homens e mulheres que emigraram nos anos anteriores a década de 1880 o fizeram, no geral, pela ausência de desenvolvimento na Alemanha. Saíram da Alemanha camponeses cujas propriedades, pela sua fragmentação, tinham tornado-se verdadeiros "lotes" urbanos e artesãos que não encontravam também, trabalho na economia local, entre outras pessoas excluídas social e economicamente. Emilio Willens<sup>82</sup>, sobre esta questão, considera que:

*"Nas regiões do sul e sudeste da Alemanha, depois de cada colheita má, principalmente na Badenia e no Palatinado, a fome cursava milhares de sitiante alemães a emigrar, tornando-os uma presa fácil de agentes estrangeiros. Independentemente desses fatores intermitentes, os sítios e chácaras eram de tal maneira retalhados, que mesmo em época boa não comportavam mais o número de pessoas que deles procuravam manter-se. Para se fazer uma idéia do grau de divisão da propriedade, basta dizer que por vezes o dote concedido a filha casadoira era constituído por uma única árvore frutífera".*

Mas, com a retomada do desenvolvimento e crescimento econômico, "este filme é velho", a nova forma de produzir fez emergir um "novo" excedente humano: camponeses, artesãos e trabalhadores das indústrias "caseiras" vítimas da concorrência dos novos capitalistas, entre outros, passam a compor um "exército de reserva" para uma "guerra" que nunca iria terminar.

<sup>81</sup> KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial..., op. Cit. P.14-24.

<sup>82</sup> WILLENS, Emilio. Aculturação dos Alemães no Brasil: Estudos Antropológicos dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Nacional, 1946.P.43.

Verificamos assim, que a ausência de um desenvolvimento e de um “capitalismo” forte produziu a falta de “o que fazer” e “comer” para um contingente populacional. Bem, como, de outro lado, a presença destes: industrialização e capitalismo levou a produção de homens e mulheres “desqualificados”, uma mão de obra não “qualificada”. Presenciamos então, “a priori”, um círculo vicioso onde um segmento populacional sempre estaria na posição de excluído por falta ou presença de algo. Algo que nunca destinava-se a eles, os excluídos. Estes homens e mulheres foram a maioria que veio a tornar-se emigrante. Então, consideramos neste contexto, os múltiplos fatores e situações sócio, político e econômicos como sendo e compondo os fatores de “expulsão” da Europa dos futuros imigrantes para o Brasil, também. Este foi o universo deixado pelo imigrante, mas o que o esperava, até tornar-se colono, eram grandes dificuldades, Mathias Schmitz<sup>83</sup>, que era professor, nos fala de parte destas dificuldades, a viagem:

*(...), no dia 18 de Outubro de [1847], o navio levantou ferros e, de velas pandas, rumou para o Novo Mundo. Encontravam-se a bordo 220 pessoas, todas emigrantes, (...). Apenas o chamado enjôo do mar sumiu, aparecendo coisa pior, a desenteria que uma família, sem que tivesse desconfiado trouxera para bordo contaminando quase todos os emigrantes, inclusive tripulantes, (...). Alguns que ainda podiam se manter em pé, teriam de boa vontade fugido se houvesse algum meio para isso, (...). Enquanto um lutava contra a morte, outra já tinha morrido. Dessa doença morreram dos nossos, durante a viagem (seis semanas) 27 pessoas, na maioria adultos, cujos corpos tiveram por sepultura o fundo oceano, (...). Mantimentos havia bastante, mas o capitão do barco não os distribuía. Nem aos doentes, mesmo pedindo-a com insistência, havia concessão de um pouco de água quente para a sopa, (...). A comida que era distribuída no navio era muito para se morrer e muito pouca para se viver. Todo o sustento consistia em água de café, batatas meio podres, cevadinha, um pouco de carne salgada e torradas, (...).*

---

<sup>83</sup> JOCHEM, Toni Vidal. Pouso do imigrantes..., op. Cit.P.28-29.

*Mas, recebíamos de manhã, as 10 horas, uma xícara de café (que não era mais do que uma água meio marrom) com uma pequena torrada, (...). Depois, às 4 horas da tarde cada um recebia um pratinho de lentilhas com um pedaço de carne que não tinha tamanho maior do que um ovo de galinha, ou, em vez disto, uma ou uma e meia batatas, cozidas com casca e mais o aludido pedaço de carne. (...). Assim se passava dia após dia. A água era distribuída com mais parcimônia ainda. Era uma tristeza quando se ouvia uma criança chorar suplicando água e não lhe davam. (...).”*

Quando da vinda da Família Imperial para o Brasil (1808), como já mencionado, em decorrência também, do “sonho” napoleônico, é redefinida a forma de ocupação do solo brasileiro. Ocupar o território era uma questão de segurança para o Império. Os futuros colonos deveriam ocupar regiões desabitadas, produzir para o mercado interno e dar segurança as “picadas” e veredas que conduziam ao governo central. Assim, tivemos os primeiros ensaios com a imigração, os quais, ocorreram no Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Por pressão dos grandes proprietários de terras e seus interesses cafeeiros à colonização, na forma da pequena propriedade, ocorreu com maior intensidade, isto a partir de meados da década de 1850, na região Meridional do Brasil. No governo de Dom Pedro II foi dada seqüência a idéia da colonização, visto que a forma como o luso-brasileiro percebia o trabalho manual, algo feito para escravo, não “agradava” ao governo central.

Temos então, a fundação da primeira colônia em Santa Catarina, chamada São Pedro de Alcântara (1829), formada inicialmente, por 523 imigrantes vindos de Bremen e 112 indivíduos saídos da chamada Legião Alemã. Esta colônia, por muitos fatores adversos, como: distribuição inadequada dos lotes, solo com pouca fertilidade, topografia acidentada e a falta de experiência com as coisas da agricultura, levou ao insucesso de tal empreendimento.

Uma das dificuldades era a questão de manutenção da colônia, os subsídios eram poucos. Em 1831 onde a Lei do Orçamento do Império mencionava *“fica proibida em todas as Províncias a despesa com a colonização estrangeira”*, na obra de Evaldo Pauli<sup>84</sup>, o personagem Paulus acerca desta lei menciona: *“– Venceram os adversários do sangue novo, (...), resta apenas esperar que novos acontecimentos políticos ocorram. Enquanto se aguarda, precisamos reagir internamente. Sangue novo é estímulo de si mesmo? Nós mesmo cuidaremos da nova colônia”*. Podemos identificar nesta fala, que o personagem transita por idéias de “diferenciação” entre “eles” e “nós”. O autor do texto de uma forma “sutil” coloca no próprio título da obra “Desafio aos Olhos Azuis” algumas questões identitárias. Ao definir a cromaticidade dos olhos está incluindo e excluindo sujeitos. Uma preferência e uma definição margeados pelo “gosto estético”: azul! Poderia ser outra cor, o “enredo” sugere um norte possível.

Este núcleo colonial, formado por imigrantes alemães, teve pelas dificuldades apresentadas<sup>85</sup>, como consequência uma grande capacidade de espraiamento. Pois os seus membros deslocaram-se para outras áreas, colaborando na formação de novos núcleos, como: Vargem, Santa Isabel, Piedade, Leopoldina e Teresópolis, entre outras. Estes novos núcleos, na sua maioria, situados na região fronteira a Desterro.

A partir de 1850 ocorre uma nova retomada da imigração, agora regular e mais intensa. Neste período tem-se a aprovação da Lei de Terras, à qual tratava das chamadas terras devolutas, isto é, terras do governo central e províncias. Na região meridional do Brasil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a imigração foi realizada de três formas. Inicialmente, através do governo da

<sup>84</sup> PAULI, Evaldo. *Desafio aos olhos azuis...*, op. Cit.P. 140; JOCHEM, Toni Vidal. *Pouso do imigrantes...*, op. Cit.P.43, nos lembra de outros obstáculos ocorridos no desenvolvimento Da Colônia São Pedro, como: *“(…),além da baixa fertilidade do solo, foi o analfabetismo. Em 1872, apenas 223 homens e 105 mulheres sabiam ler e escrever, (...). A principal ocupação da população era a agricultura, o estudo, entretanto, ficou relegado ao último plano”*.

<sup>85</sup> SANTOS, Janete Nardelli dos. *Santo Amaro da Imperatriz: “paraíso das águas”*. Florianópolis: EDEME, 1994.P.21, menciona que além da pouca experiência com a agricultura, um grande número dos imigrantes não eram agricultores, coloca: *“(…),a região era bastante montanhosa, com condições climáticas de tropicalidade bem acentuada, o que fazia aquela área ser imprópria para o cultivo a que estavam tradicionalmente ligados na Europa”*.

Província ou do Império, iniciativa governamental; através das chamadas Companhias de Colonização de cunho particular; e também a emigração chamada espontânea: na qual os imigrantes vinham por conta própria.

Em Santa Catarina de iniciativa do governo, surgiram as colônias de São Pedro de Alcântara, Itajaí-Brusque e Blumenau. Blumenau passou para a responsabilidade do governo por solicitação do seu fundador Otto H. Blumenau, devido as condições de insolvência financeira que se encontrava o mesmo. As de iniciativa particular, de empresas, as “sociedades colonizadoras” na Província Catarinense tivemos várias iniciativas, tanto com imigrantes alemães como com imigrantes italianos. No mesmo período, funda-se a colônia Dona Francisca (1851), de iniciativa particular, que teria como sede a atual Joinville. Dona Francisca teve como origem um contrato firmado – tendo como motivação principal necessidades financeiras – entre o Príncipe de Joinville e a Princesa Dona Francisca de um lado e do outro o senador Cristiano Mathias Shoroeder. O contrato visava ocupar as terras, na forma de colonização, que pertenciam ao dote da princesa.

Quanto à Blumenau<sup>86</sup>, diante do número de imigrantes “atraídos” para o Brasil, teria recebido algo em torno de 25% do total de alemães, na década de 1860, sofrendo um decréscimo nas décadas seguintes. Porém, na década de 1880, a imigração para Blumenau representou aproximadamente 6% da nacional, voltando a decrescer nos anos seguintes.

Mas, ao falar das colônias fundadas na Província de Santa Catarina no período, devemos ter uma idéia acerca do local de origem destes imigrantes, principalmente no que relaciona-se ao alemão. Assim, em Blumenau aportaram prussianos da Pomerânia, de Holstein e Hanover, de Brunswig e Saxônia. A atual Brusque, que foi fundada em 1860, além de ter imigrantes da mesma origem da colônia Blumenau, também teve outros que vieram de lugares diferentes como: Schleswig. Em Joinville vieram alemães de Oldenburg e da

---

<sup>86</sup> HERING, Maria Luiza Renoux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí...*, op. Cit. P.33, menciona que a região abrangida pela colônia Blumenau em 1897 era formada por vários distritos, entre os quais: Gaspar, Massaranduba, Timbó, Rodeio, Ascurra, Hamônia, Indaial, Rio do Sul, Taió e Encruzilhada.

Suíça, entre outras procedências<sup>87</sup>. Conjuntamente, “lado a lado”, encontramos alemães, austríacos, russos e poloneses, quase todos falando a língua alemã ou um dialeto do tronco alemão. Isto sem considerar a presença de italianos e luso-brasileiros, entre outros.

Percebemos com isto, a amplitude da heterogeneidade cultural presente nas regiões de imigração, imigração alemã, de uma forma particular. Convém marcar que: grande parte destes adentraram ao Brasil antes da unificação dos estados alemães. Os imigrantes vinham no geral, de “países” diferentes, o que os colocava na posição de estrangeiros, quando do contato entre si na colônia. Uma das formas encontradas pelos imigrantes para manterem seus vínculos culturais e familiares entre outros aspectos, era o de emigrarem grupos com laços de parentesco, Lúcio Kreutz<sup>88</sup> sobre este fato menciona: *“Ocorria com certa freqüência a migração de toda uma parentela, ou, o que é mais significativo, um como que transplante de toda uma comunidade rural”*.

A presença de indivíduos tão díspares nas regiões de imigração demonstra que a “peneira” feita junto aos “candidatos” a imigrantes não foi tão rígida. A questão numérica teve um peso maior na hora da seleção. Mas a intensidade com que imigrantes alemães eram peneirados não dependia apenas das suas qualidades e aptidões pessoais; estava ligado ao próprio meio geográfico e social brasileiro, isto quando já estavam nas regiões de colonização. Ao serem instalados nas colônias, os imigrantes diante da existência de uma certa capacidade de patrocinarem uma “auto ajuda” entre

<sup>87</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de, RENAUX, Maria Luiza. Caras e modas dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da via privada no Brasil*. V. 2. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997. P.229-335, considera que: *“(…),os imigrantes dos anos 1830-50 vinham do Sudeste da Alemanha, de regiões definidas como tendo estrutura econômica, agrícola em combinação com o artesanato rural e com pequenas indústrias domésticas. No período 1850-65, provinham das regiões agrárias do Norte e do Leste. Do restante da Alemanha saíram durante os anos 1865-95, grupos sociais empobrecidos. A partir de 1880, a maioria dos emigrantes passa a ser de procedência urbana”*. Mas devemos considerar que os imigrantes que aportaram no Brasil, nos idos de 1880, bem como nos outros períodos, embora de “procedência urbana” como muitos autores registram, tinham na verdade sua origem rural. Pois, estes imigrantes considerados urbanos já haviam sido excluídos do meio rural em decorrência das várias crises havidas nestes setor. Agora na cidade viam-se excluídos pela segunda vez, não conseguiam nenhuma atividade que lhes permitisse a subsistência sua e dos seus, logo a emigração apresentou-se como a “última” esperança.

<sup>88</sup> KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial...*, op. Cit.P.18.

eles, reduziam-se o impacto dos critérios de seleção. Pois esta seleção ocorria também dentro da própria colônia. As autoridades e os próprios imigrantes ficavam de “olho” nos imigrantes não “adaptados” e podiam promover o seu repatriamento.

Com referência aos desajustamentos entre os imigrantes, podemos considerar que houve indivíduos classificados como: vadios, criminosos, maus, débeis mentais, loucos e prostitutas, entre outros qualificativos pouco recomendáveis, isto com referência, a princípio, aos emigrantes na saída da Europa e na própria chegada ao Brasil. Mas havia também, os desajustamentos provocados pelas circunstâncias afeitas à área de colonização. Além destes inúmeros imigrantes não conseguiram realizar uma readaptação normal nas regiões de imigração, muitas vezes acabaram virando os “calos” das colônias. Mas, mesmo apresentando esses desajustamentos, não podem ser relacionados com aqueles desajustados saídos da Europa que tinham “furado” os critérios de seleção realizados junto aos emigrantes.

Pela presença de imigrantes alemães oriundos de situações política, econômica e sociais diferentes, dificuldades ocorreram mas, uma solidariedade entre antigos e novos imigrantes com já mencionado, às vezes existia, sendo que; não foi uma qualidade “presente” com grande freqüência junto das áreas de colonização. Sobre esta “solidariedade” Giralda Seyferth<sup>89</sup> nos fala que: *“Não podendo contar com o auxílio de fora (quando muito um vizinho podia ajudar em tarefas mais pesadas, mas não por muito tempo), o marido se via na contingência de, sozinho, fazer a derrubada, construir a casa e os ranchos e preparar a roça, auxiliado apenas por sua esposa”*. Com insistência, também ocorriam divergências no ambiente formado pelos imigrantes, os quais exigiam a presença de autoridades para resolver as “pendengas”.

Outra questão que preocupou a imigração foi a relacionada com a saúde e mortalidade. As dificuldades de aclimação, as erupções cutâneas (“os furúnculos”) e tumores nos pés e mãos eram presentes. Estas “chagas” incomodavam os imigrantes por meses seguidos, eram mais graves e

---

<sup>89</sup> SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim..., op. Cit. P. 70.

demoradas quantos pior era a sua alimentação: pão de milho, farinha de mandioca e gordura de porco, principalmente, era a base alimentar. A mortalidade infantil era muito elevada entre os colonos. O tifo, a malária e a desenteria deram cabo de centenas de crianças e adultos:

*“Os colonos [ para Giralda Seyferth<sup>90</sup> ] estavam totalmente despreparados para explorar um lote de terras coberto de florestas e isolado numa ampla área despovoada, (...), nada sabiam das técnicas agrícolas adequadas, do equipamento necessário ao desmatamento e plantio, dos tipos de roupas adequadas, a região ou mesmo da inexistência de animais domésticos”.*

Como podemos perceber nestas citação, os imigrantes não tinham uma real noção do que os esperava. A terra que iriam ocupar apresentava características específicas: topografia, cobertura vegetal, regularidade das chuvas e outros aspectos. Assim, os lotes onde foram assentados estes imigrantes, doravante chamado de colonos, obedecia uma determinação da direção da colônia e autoridades responsáveis. Os lotes eram formados por 25 hectares (cada hectare corresponde na região sul, a algo em torno de dez mil metros quadrados). Os lotes distribuídos aos colonos tinham por frente uma estrada, isto é, uma verdadeira “picada” no período. Geralmente a frente destes lotes tinham entre 150 e 300 metros e de fundos algo em torno de 900 a 1000 metros<sup>91</sup>. Os lotes ficavam um ao lado do outro independente da topografia e qualidade do solo. De imediato podemos mencionar que, dentro deste tipo de distribuição, o tamanho do lote não queria dizer vantagens mas a composição de sua topografia, solo e cobertura vegetal é que definiam se um lote era “bom”

<sup>90</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim...*, op. Cit. P.56.

<sup>91</sup> BALDESSAR, Quintino David. *Imigrantes: sua história, costumes e tradições*. Brasília: Ed. do autor, 1991.P.60, ao comentar sobre os lotes de terras nas colônias de italianos, o que não diferenciava em muito dos procedimentos feitos nas áreas de colonização alemã, considera que: *“(…),as terras eram medidas, por meio de picadas, na linha de frente. Cada lote tinha uma picada lateral de 50 metros, balizada, e que indicava a direção das confrontações com seu vizinho. Cada colono era informado que poderia aprofundar-se 1100 metros floresta adentro, a partir da linha de frente, pois a 1100 metros, a terra já era fundos de outro lote, que pertencia a outro colono, de outra linha de frente. O imigrante era levado pela picada e nela lhe era mostrado o piquete de onde começava a sua propriedade e outro, de onde terminava”.*

ou “ruim”. Ao chegarem nos seus “lotes” de colonização o imigrante teve de “amansar” a terra, a este respeito Carlos Fouquet<sup>92</sup> menciona:

*“Aqui logo no início sentia-se em ambiente estranho, via plantas diferentes, outras espécies de animais, novas constelações, ninguém a quem pudesse fazer uma confiança, lugar algum que lhe fizesse recordar o passado, nenhuma igreja ou escola para os filhos, a par de usos e costumes diversos dos seus. Um permanente tatear, procurar, começar da estaca zero tudo o que na Europa já estava ordenado e demarcado. Enquanto lá a paisagem podia ser apreciada em sua beleza cultivada e até os **bosque eram plantados e cuidados**, aqui a natureza exuberantes se manifestava pela mate virgem das florestas e pela extensão da campinas incultas, povoadas de animais estranhos, bravios, alguns venenosos que se mostravam menos amigos do homem do que seus inimigos [ grifo nosso ]”.*

Ao tomar “posse” do lote as benfeitorias eram feitas com os recursos, ou seja, as madeiras do local. Nisto, deveremos considerar que, na época, as “serrarias” ficavam longe ou inexistiam, exigindo assim soluções caseiras. Os troncos das árvores eram rachados em lascas ou era utilizado os “serrotes de cavalete”, isto é, serrotes manuseados por dois homens, o que possibilitava serrar as toras em tábuas rústicas mas funcionais.

Quanto a cobertura das “benfeitorias”, “arrumações”, novamente duas opções eram apresentadas: inicialmente eram feitas estas coberturas com folhas de coqueiro ou palmito; em um outro momento, já conhecendo as “manhas da terra” era feito as “taubinhas”, ( toras de árvores), geralmente araucária (o pinheiro da serra), eram cortados em rolos do tamanho de uma telha e em seguida rachados em taubinhas. Estas serviam para cobrir as casas e arrumações com o mesmo conforto e proteção de uma telha de barro.

Agora sobre o “amansamento” da terra, devemos considerar que o imigrante desconhecia quase por completo os “macetes” dos agricultores da “terra”, encontrando assim grandes dificuldades para deixar estas terras em

<sup>92</sup> FOUQUET, Carlos. O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. São Paulo: IHS, 1974.P.52.

condições de plantio. Devemos ter presente que as colônias distribuídas estavam em regiões de florestas “fechadas” cheias de árvores de elevado porte: de vinte a trinta metros, aproximadamente, de altura. Inicialmente era derrubado um “eito”, pedaço da mata, um ou mais homens armados de foices roçavam a área deixando as árvores maiores em pé.

Após a etapa da foice, era feita a derrubada à machado das grandes árvores restantes. A utilização de serrote era reduzida pelo preço da ferramenta e pelo fato de exigir, para seu manuseio adequado, o esforço simultâneo de dois homens. Este serrote era o “serrote de topia”, onde cada homem segurava uma das suas extremidades. Feita a derrubada e após secarem as folhas da mata, era construído, “capinado” em torno da “roça”, área desmatada, o “aceiro”, isto é, um caminho de um ou mais metros de largura em volta da área derrubada. Este “aceiro” tinha por função, impedir que o fogo “pulsasse” para o resto da propriedade, o que evitava ou amenizava as queimadas generalizadas.

Quanto a utilização das árvores grandes e de “lei”, árvores nobres como : peroba, canela, imbuía, sassafras, ipê e cedro, entre outras, isto normalmente não ocorria. Estas árvores geralmente eram queimadas na “coivara”, pois a sua retirada era difícil, além disto, no período esta retirada exigia parselhas de cavalos ou juntas de bois. E não eram todos os imigrantes que possuíam tais “encilhas” para o serviço. Podemos sentir esta realidade, falta de aparelhos e animais para o trabalho na “roça”, no depoimento de T. G <sup>93</sup>, filha de imigrantes, onde diz:

*“(…),poucos podiam ter arados. A maioria, quando podia, alugava um arado dos colonos mais prósperos e este aluguel era pago com uma pequena parte da colheita. Também nem todos tinham animais de tração e era preciso aluga-los junto com o arado. Até animais reprodutores eram alugados – touros e porcos – porque nem todos os colonos tinham bons reprodutores. E havia os que não tinham boa terra, ou a terra que tinham eram insuficiente e alugavam roças de outros. Esses agregados ou arrendatários de terra deviam ao proprietário dela de um terço até*

<sup>93</sup> SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim..., op. Cit. P.70.

*a metade do que era colhido. Era uma vida muito difícil, principalmente para os colonos mais pobres ou que tinham chegado na colônia há pouco tempo. Até nos engenhos tinha exploração e seus donos, para moer o milho e a mandioca e fazer açúcar, ficavam com a metade do que era trazido pelos colonos”.*

Em função da grande quantidade de madeira existente e o seu baixo valor, não se justificava assim o seu aproveitamento. Já nas últimas décadas do século XIX, onde são criadas empresas para “tratar” da madeira na região formada por imigrantes. No vale do Itajaí-Mirim, na cidade de Itajaí são formadas, por exemplo, empresas dedicadas a exportação de madeira oriunda também, da área de colonização.

Após a “limpeza” da terra, sua queimada, era plantado geralmente grãos: milho, feijão e arroz. O plantio dessas sementes era feito na forma de “cerqueira”, sementeira em covas onde eram colocadas as sementes. Uma forma muito utilizada pelo nativo e com “certeza” copiada pelo imigrante, era a técnica do “chucho”. Esta técnica consistia em utilizar uma vara de madeira, algo semelhante a um cajado, com o qual era realizado os buracos no solo de forma compassada e em linha reta e dentro destes, colocavam-se sementes. Podemos salientar que era mais eficiente que a utilização da enxada, haja visto que, não exigia muito esforço e oferecia mais rapidez pois, um homem pegava o chucho em uma mão e com a outra retirava as sementes que trazia em um saco a tiracolo, jogando-as no buraco e após pisando neste, tampando-o parcialmente. Esta tecnologia era utilizada geralmente, para as terras não amansadas.

Os outros produtos como batatas, verduras, legumes, geralmente eram plantados em terras sem “soqueira”. As terras sem soqueira seriam aquelas onde os troncos e raízes já haviam sido retirados. Além disto estes produtos da “horta”, exigiam áreas menores para o seu cultivo, servindo para o “gasto” da casa e não para o “sustento do ano”, isto é, para vender e comprar os produtos que dariam para passar até a próxima “safra”.

Nas pequenas propriedades, no caso as dos imigrantes, uma área de terra passava por várias etapas até ficar em condições de “passar o arado”, isto quando a topografia não era acidentada. Os troncos e raízes das grandes árvores nunca queimavam de todo, exigiam um trabalho a parte; seus restos eram retirados em pedaços ou queimados por uma segunda vez; as raízes, “soqueira”, levavam mais tempo para “sumir”. Com machados e enxadões, o agricultor retirava a maior parte mas, as raízes profundas sempre permaneciam, só o tempo dava jeito.

Enquanto esta terra não ficava boa para o arado, sem raízes que impedissem as lâminas do equipamento de revolver o solo, sobre ela era plantado (abrindo-se covas), com enxadas ou “chucho”, Isto tudo após o solo ter sido carpido e limpo

Um solo semelhante ao trabalhado pelo imigrante na Europa, onde o arado, a carroça e o gradio, podiam passar sobre ele sem dificuldade demorava vários anos para ter-se igual nas regiões de colonização. Nesse ínterim as tecnologias da “terra” resolviam o problema.

Sobre a ocupação do espaço destinado ao imigrante, a sua colônia, dava-se de uma forma seqüencial; no geral inicialmente era feito a derrubada da mata, isto quando a área não havia sido utilizada antes, o que parece ser o caso, a princípio na maioria das propriedades. Inicialmente era feito as primeiras roças, o que constituía a grande preocupação do colono. Os animais permaneciam presos na “soga”, corda comprida, pois geralmente só havia o cavalo e a vaca de leite, quando havia. Com a abertura de novas coivaras ia sobrando espaço para formação do “pasto” e para as criações que iam aumentando.

O sistema de rodízio do solo, ou pousio, não foi sistematicamente utilizado, o que houve foi uma expansão da área plantada agregando-se novas coivaras – derrubada e queimada da floresta – até onde permitia a propriedade. Após este processo de pauperização do solo retornava-se nas áreas antigas da propriedade que não estavam sendo utilizadas a anos e que não haviam se tornado pasto. Nestas áreas geralmente havia crescido, neste intervalo, uma

cobertura vegetal de um a três metros de altura chamada capoeira. O solo, nesta capoeira, já estava feito na sua fertilidade. A esta terra, de capoeiras, era aplicada uma variação da “queimada”, na limpeza deste. O mato era roçado e amontoado em vários pontos ou deixado no local. Em seguida era “ateado” fogo e procedia-se ao plantio. Em certas áreas a capoeira apresentava um porte reduzido, então só a “roçada”, corte com a foice, era o suficiente, o que permitia a passagem do arado, incorporando ao solo o resto da vegetação. Este procedimento era realizado nas áreas consideradas de “terra mansa”.

Diante disto podemos perceber que a tão criticada prática da “coivara” utilizada pelos nativos, luso-brasileiros, não era tão “atrasada” como alguns teóricos teimam em afirmar<sup>94</sup>. Pois, para aquele tipo de topografia, cobertura vegetal e tecnologia disponível: arado, boi e cavalo, quantidade de homens para o trabalho, no século XIX na Província Catarinense era a tecnologia viável, talvez não a desejada, mas a possível. As formas de tratamento do solo empregadas nas regiões de colonização alemã, comparadas com as aplicadas nas terras mansas da Europa, em particular, realmente eram diferentes. E, desta forma, a realidade do não atraso da tão criticada “coivara” pode ser vista sendo aplicada nas regiões de imigração. Os imigrantes que praticavam a “última” tecnologia, a mais modernas, dos solos europeus, aqui tiveram que ser “requalificados”, esta idéia é velha, para aprender as “manhas” e o “jeitinho” da terra catarinense. Essa “maneira de ser”, um tanto ambientada em demasia para gostos “não tão” brasileiros, pode ser visualizado quando Sergio Buarque de Holanda<sup>95</sup>, ao analisar as ocupações do Brasil, a partir das aventuras dos bandeirantes e a tentativa de criar uma “nova” sociedade, coloca:

<sup>94</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil..., op. Cit. P.12, onde afirma: “A involução das técnicas de produção e da forma de organização do trabalho com o tempo transformariam esse homem em caboclo”. Podemos afirmar que tal fato não poderia ocorrer de uma forma tão simplificada. O que teria havido, sim, seria a transformação gradual do elemento imigrante, pela apropriação e utilização de técnicas e da própria cultura brasileira, em brasileiro. Pois estaria utilizando e praticando uma agricultura “ambientada”, a qual foi culturalmente e apropriadamente construída pelos brasileiros.

<sup>95</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.P.16; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 13. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.P.17, nesta obra mencionando aspectos sobre a forma como deu-se a constituição do povo brasileiro, diz: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em montes tudo isso em ambientes muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar a perfeição o tipo de

*“Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no velho mundo. Com a **consistência do couro**, não a do ferro ou do bronze. Dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a toda a aspereza do meio [ grifo nosso ]”.*

Ao tornar-se emigrante uma realidade de conflitos e necessidades deveriam ficar no seu “torrão” natal, era o mundo, em termos gerais, que o imigrante de origem germânica – o Alemão – deixava para trás. Uma realidade diferente, no Brasil, estava sendo apresentada ao agora imigrante e residente em uma colônia, no caso em Santa Catarina. Theodor Rodwicz-Oswiecimsky<sup>96</sup> que foi um militar prussiano e tendo permanecido em Joinville ( atual nome da colônia Dona Francisca ) até 1852, num total de 15 meses, publicou suas memórias sobre sua experiência com a emigração em 1853. Nessa obra o autor fala das condições de vinda e vida do emigrante, diz :

*“(…), todo aquele que não tiver nada a perder na **Europa** e que se achar nestas condições, força saúde e coragem para enfrentar todas estas vicissitudes, que deixe para traz todas as magoas , preocupações e emigre com juízo para a América onde, provavelmente, o espera um futuro que ele nunca teria alcançado em sua terra natal [ grifo nosso ].”*

Esses homens e mulheres vieram para um país onde se tinha iniciado um processo que visava em termos de meta dar “cabo” ao trabalho escravo, pelo menos oficialmente as condições ou necessidades que conduziram ao término do trabalho escravo são inúmeros, para Paula Beiguelman<sup>97</sup> que trabalha, esse tema, a partir de uma perspectiva política e econômica,

---

*civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias que somos herdeiros [ grifo nosso ]”.*

<sup>96</sup> RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil. Florianópolis : UFSC, 1992. P.05.

<sup>97</sup> BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1977. P. 03, verificamos que esta autora nos fornece inúmeros indícios de como a escravidão foi e pode ser compreendida. E, ao avançarmos na compreensão do contexto da escravidão estaremos, também,

considera que as condições para o fim da escravidão e em particular do tráfico de escravos envolveram vários fatores, diz:

*“A extinção do tráfico se apresenta como um resultado da conjugação, no mesmo contexto nacional, de três setores escravistas principais: a agropecuária decadente, a economia açucareira madura e a lavoura cafeeira em expansão”.*

Na Região Sul, em particular, o imigrante foi solicitado e “buscado”, como já considerado, para aqui ocupar espaços aparentemente vazios, fomentar uma economia periférica, dar segurança às veredas de acesso ao planalto e mercado central, valorizar terras com sua presença e trabalho. E também vir a ser “coadjuvante” nos “sonhos” da elite, os quais incluíam “melhorar a raça”. Podemos verificar essas colocações sendo estendidas para à população no geral, quando Márcia Regina Capelari Naxara<sup>98</sup> diz que: *“O povo brasileiro (principalmente a população mestiça, ou de alguma forma vinculada à escravidão) visto pelas suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se procurava era o progresso e a civilização”.* Consideramos à principio que o objetivo a ser alcançado era o “progresso” e a “civildade” para tanto um conjunto de situações deveriam, “discursivamente”, ser alteradas ou buscadas. Quando, nos discursos ( os discursos veiculados nos jornais principalmente ), era explicitado que o país necessitava de homens e mulheres com melhores “qualificações” – saúde, educação e capacidade para o trabalho, entre outros qualificativos – não era só o “escravo” que estaria nas margens e centro dessa discursividade. Abrangia todo um segmento da população, uma massa de excluídos em termos econômicos e sociais, que deveriam sofrer ou ser contagiada deste aformoseamento necessário e “obrigatório”.

Devemos considerar que, ao entrar-se em contato com obras que tratam da imigração alemã certas particularidades devem ser observadas: a

---

compreendendo com maior radicalidade os contornos da imigração alemã. Pois, os dois temas - escravidão e imigração – apresentaram-se permeados e inter cruzados nesse período.

<sup>98</sup> SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990. P. 12-20; NAXARA, Márcia Regina Capelari. A construção da identidade: um momento privilegiado. Im: *Revista Brasileira de História: política e cultura*. São Paulo: ANPUH, 1991, v. 11, n. 23/24, P. 184.

época, o local, quem produziu o texto e as “intenções” do e no texto. De nossa parte buscamos abordar essa produção historiográfica com o intuito de compreender as nuances decorrentes do contato entre brasileiros e imigrantes alemães na Província de Santa Catarina. Nesta análise, considerando as precauções que o tema exige, procuramos atinar para as polifonias presentes ou produzidas na obra destes autores. Agora, sobre a questão da emigração e imigração alemã, de forma particular, inúmeros são os trabalhos historiográficos<sup>99</sup> publicados no Brasil. Cada trabalho tem sua peculiaridade e busca oferecer respostas a certas questões sobre o tema. Em particular sobre a imigração catarinense é grande também o número de textos de autores e autoras.

Uma dessas autoras é Giralda Seyferth que pode ser considerada na atualidade, uma das maiores conhecedoras sobre a imigração alemã no Brasil, em especial sobre a imigração alemã em Santa Catarina. Giralda Seyferth tem sua formação na área de antropologia, o que contribui para uma visão particular do problema. A autora nos seus vários textos reatualiza<sup>100</sup> análises feitas por outros autores sobre a imigração; assim, sua obra abre<sup>101</sup> para uma análise da imigração como um todo, envolvendo às várias etapas e populações que estiveram no e ao largo da imigração. Suas principais análises e considerações estão centradas, ou tem como fonte, a imigração alemã. Permitindo com isso, a construção de um quadro comparativo entre os vários grupos que emigraram

<sup>99</sup> Uma abordagem mais global da imigração, ou que traga uma análise de outros locais, em termos de Brasil, sobre a imigração e emigração alemã em particular temos, entre outros, os seguintes autores: ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. 2.v. Porto Alegre: Globo, 1969; WILLENS, Emilio. A culturação dos Alemães no Brasil..., op. Cit.; KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial ..., op. Cit.; DREHER, Martim Norberto. Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja de Confissão Luterana no Brasil. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984 ; FREYRE, Gilberto. Nós e a Europa Germânica: Em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX. Rio de Janeiro: Grifo, 1971 ; GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou Morrer..., op. Cit.; Além das obras de SEYFERTH, Giralda...op. Cit.

<sup>100</sup> SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. n. 25, 1988. P. 03-55, neste artigo a autora realiza uma análise de várias obras e autores que escrevem sobre a imigração. Indica em várias das obras analisadas os pontos de maior relevância ou alguns aspectos sobre os quais tem ou oferece uma outra interpretação.

<sup>101</sup> SEYFERTH, Giralda. Imigração e Cultura no Brasil..., op. Cit. SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica..., op. Cit., SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim..., op. Cit. Além de vários artigos publicados em revistas nacionais. As análises da autora, mesmo centradas, no seu

para o Brasil. Particularmente, como já foi mencionado, desenvolve uma análise interessante no que tange a imigração alemã em Santa Catarina.

As questões ligadas a identidade, etnia, grupos étnicos e identidade étnica, estão no centro das análises da autora. Quando comenta sobre a pequena propriedade, considera que, à princípio, foi o que caracterizou a imigração em Santa Catarina. As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, às “políticas” na e sobre a pequena propriedade, além da construção de uma comunidade “fora de lugar”, são questões colocadas pela autora. Em outros textos de Giralda Seyferth encontramos estudos sobre questões da diferenciação grupal ou social. Assim, ao analisar a categoria colono<sup>102</sup>, a autora adentra nas questões relacionadas com a construção de representações sobre o brasileiro, o caboclo. Nessa diferenciação, colono-caboclo, podemos observar questões relativas a identidade.

Estas questões de diferenciação grupal podem ser verificadas em várias oportunidades como, quando o Presidente da Província João Thomé da Silva<sup>103</sup> relata a existência, nas colônias de Itajaí e Príncipe D. Pedro, de alemães, brasileiros, portugueses, franceses, ingleses e suíços. E em outras colônias mencionava também a existência de dinamarqueses e “polacos”. Estes grupos eram formados por católicos e não católicos. Essa realidade nos jornais à princípio, não tinha visibilidade e não acarretava preocupações com a possibilidade de haver conflitos ou divergências. Mas na fala de José Bento de Araújo<sup>104</sup>, em um outro momento, tem-se um indicativo de que havia outra realidade:

---

geral, na imigração alemã em Santa Catarina, abrem e estão dentro de um contexto da imigração em termos nacionais.

<sup>102</sup> SEYFERTH, Giralda. *Etnicidade, pluralismo e a imigração no Brasil*. Im: REICHEL, Heloisa Jochms..., et. al. *América Latina e Historiografia*. Porto Alegre: Unisinas, 1996. P. 112, considera que: “(…), no confronto com o caboclo que o teuto-brasileiro afirma sua superioridade étnica e cultural – portanto, o caboclo, é o paradigma da inferioridade, (...). Em grande parte, as características imputadas a colonos e caboclos sinalizam para as diferenças observáveis na vida cotidiana”.

<sup>103</sup> FALA do Presidente da Província de Santa Catarina João Thomé da Silva, 21/03/1875; Segundo PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário político catarinense*. ..., op. Cit.P. 524, João Thomé da Silva, 1842 - 1884, nasceu no Ceará . Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de Recife (1864). Foi Presidente da Província do Espírito Santo. E da Província de Santa Catarina de 1873 a 1875.

<sup>104</sup> FALA do Presidente da Província de Santa Catarina José Bento de Araújo, 06/03/1877; Segundo PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário político catarinense*..., op. Cit. P. 55 e 56, José Bento de Araújo, 1846 – 1915, nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, (1868).

*“(…), que os colonos fossem localizados conforme suas nacionalidades para assim evitar-se as pequenas lutas que por vezes aparecem entre homens que, por seu estado de ignorância, trazem para a nova pátria que querem adotar, ressentimentos que alimentavam no país natal”.*

Podemos verificar que a presença de imigrantes vindos de regiões e etnias diferentes<sup>105</sup> ocorreu em Santa Catarina. O que ocasionou e levou a situações de enfrentamento explícitos ou não. As sugestões para que houvesse a separação desses grupos indicava uma tentativa de prevenir certos acontecimentos.

Dentro da realidade apresentada na Província de Santa Catarina, consideramos que chamam a atenção na obra de Giralda Seyferth as questões que envolveram a identidade étnica. São questões que permitem adentrar, em termos de compreensão, nos contornos da imigração alemã. Podemos entender identidade como sendo uma forma de separar, demarcar posições de um grupo em relação a outro ou dentro de um mesmo grupo, e/ou sua ordenação também em subgrupos: a origem e ascendência são considerações que envolveriam a idéia de pertinência ( os laços que unem um grupo, aquilo que estes possuem em comum ). Giralda Seyferth<sup>106</sup> considera que a identidade deve ser percebida com uma maior abrangência e amplitude, menciona:

*“(…), o principal critério que marca a concepção de etnicidade é a identidade étnica, pois a partir dela o grupo étnico encontra sua expressão mais visível. É importante perceber a existência de dois pólos diametrais, na questão identitária. (...), no polo positivo a identidade étnica depende mais de conceitos internos de exclusividade, no outro extremo, a identidade tem uma definição interna mínima e é essencialmente imposta de fora”.*

---

Foi Presidente da Província do Maranhão do Rio de Janeiro, e, também, da Província de Santa Catarina no período de 1877 a 1878.

<sup>105</sup> DREHER, Martim Norberto. Igreja e Germanidade..., op. Cit. P. 36 e 37, considera que: *“(…), por haver imigrado antes de 1871, a maioria dos imigrantes pertencia a diversos Estados alemães”.* Essa realidade levava a existência de situações conflitivas no interior dos grupos de imigrantes “alemães”.

<sup>106</sup> SEYFERTH, Giralda. *Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política.* Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: FINEP/UF RJ, n. 42, Out. 1983. P. 02.

Quando a identidade é externa e negativa, à princípio, esta ocorre onde existe grupos minoritários em posição de inferioridade e “marginalidade” social. Podemos aceitar também a idéia de uma “marginalidade cultural” nesta questão de negatificação identitária. Outros elementos estão corroborando para sua construção. Para o imigrante alemão a sua identidade e a de seu grupo seriam vistas em contraste – o que diferencia/afasta um grupo do outro: cultura, religião, língua, etnia ..., e o que aproxima da uma idéia e sentido de coesão ao grupo e no grupo – com o brasileiro local, no caso o caboclo. Com isso poderemos ter uma melhor e maior compreensão dos sujeitos envolvidos nessa identidade, na sua construção e manutenção. Nesse “envolver-se” nos nós da imigração: o contato entre brasileiros e alemães fez surgir a noção de “identidades contrastantes”<sup>107</sup>, que Giralda Seyferth identifica ao analisar as representações sobre o brasileiro: caboclo “preguiçoso”, doente, “feio”. Essas designações servem para delimitar “espaços” entre “nós” (os alemães) e “eles” (os brasileiros, “os caboclos”).

Podemos também, identificar estes discursos quando Gilberto Freyre<sup>108</sup>, ao analisar aspectos do contato e relação dos brasileiros, na região nordeste e em Pernambuco, de uma forma particular, com imigrantes alemães, fala de certas discriminações. Menciona como as meninas alemãs foram vistas, diz: *“Sabemos que, entre nós, a menina germânica demasiadamente loura e nórdica na aparência, é logo chamada pelas outras, predominantemente morenas, ‘alemoa’, ‘gringa’, ‘cabelo de milho’.* Isto, por vezes, com ternura, com amor”. É interessante, nessa citação, notar o significado de “por vezes”, feita

<sup>107</sup> SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, pluralismo e a imigração no Brasil. In: REICHEL, Heloisa Jochms..., et. al..., op. Cit. P. 123, nesse texto diz, “(...) o que chama atenção no contexto interétnico é a forma como quase todos os imigrantes construíram as identidades contrastantes, afirmando suas identidades por oposição ao caboclo – isto é, aquele brasileiro usualmente representado como inferior”. Essa questão da formação identitária entre e intra grupo a partir da percepção do outro exige uma definição da questão o que entende-se por identidade? Nessa resposta deve ser considerado a existência de “identidades”, pois estamos lidando com várias concepções/percepções de identidade; No texto de HALL, Stuart. *Identidade cultural*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina. 1997. P.41, menciona uma percepção de “identidades”, coloca: *“A identidade surge, não tanto da plenitude da identidade, já presente dentro de nós enquanto indivíduos, mas da insuficiência de totalidade, que é ‘preenchida’ a partir do que nos é exterior, pelas formas como imaginamos sermos vistos pelos outros”.* É nesta perspectiva que entendemos a questão da identidade, onde o múltiplo e o contrastante, estão embricados no afirmar e reafirmar das identidades. As fronteiras entre “nós” e “eles” e vice-versa, estão, assim, em um processo contínuo de definição.

<sup>108</sup> FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa Germânica...*, op. Cit. P. 49.

pelo autor. Então, “outras vezes”, pode ser aceito como fazendo parte desta realidade, onde teríamos estes estereótipos sendo mencionados sem “ternura ou amor”. Cabe ressaltar sobre essa discursividade negativa, que ela não é generalizada, na sua produção e/ou presença. Estaria este discurso ligado a certas especificidades de lugar, tempo, cultura e economia na Província. Visualizava-se assim, no horizonte o início da chegada dos homens e mulheres que na Europa “optaram” em ir para “Desterro” para assim, espriarem-se pela Província objetivando materializar os seus sonhos.

Verificamos então, junto ao exposto nesta parte do texto, “Da Alemanha...”, que as emigrações havidas em particular na Europa, foram motivadas principalmente por condições desfavoráveis no setor produtivo, na maioria dos países, na segunda metade do século XIX. Foi o caso da “Alemanha”, os estados alemães, com problemas políticos e no seu sistema produtivo – o modo capitalista de “ser” estava fixando “residência” em definitivo na região. Crise no meio rural, explosão demográfica e colheitas ruins expulsaram o homem do campo para a cidade. Nas cidades “nada” havia para fazer, os braços sobravam, configuravam-se assim, as condições de expulsão do homem e mulher alemã da cidade e do campo, que passam a ver na emigração a possibilidade de realizar seu grande “sonho”: viver e ter um pedacinho de terra, nem que fosse “lá no pé da serra”. Na obra de Urda Alice Klueger<sup>109</sup>, “Verde vale”, que é um romance ambientado nas regiões de colonização; fala “deste” colono alemão e do seus sonhos. As “guerras” entre os estados alemães, o clima ruim, a colheita pequena e sem conseguir trabalho como marceneiro levaram o personagem Humberto Sonni a pensar como seria mudar para “lá” do outro lado do “mundo”, no caso o Brasil, a autora menciona:

*“O inverno, realmente, não foi fácil. Humberto conseguiu pouco trabalho e tiveram que viver quase que somente dos produtos da Quinta. Não havia leite para as crianças. O porco abatido pelo outono durou pouco além do ano novo. Para que as crianças não ficassem enfraquecidas pela má alimentação, Elieen começou a sacrificar as galinhas. Ela tinha uma ilimitada fé no*

*futuro e sabia que, de uma maneira ou de outra, conseguiriam reaver o que agora estava faltando. Acariciava os cabelos castanho-acobreados de Humberto até fazer desaparecer as rugas de preocupação que lhe vincavam o rosto, (...). Estavam as coisas nesse pé quando Humberto começou a prestar mais atenção às conversas sobre emigração. Sociedades constituídas com o fim de levar alemães para diversas partes do mundo tinham, em Colônia, agentes que faziam grande alarde sobre as maravilhas dos novos países, onde havia abundância de tudo, onde as terras eram gratuitas e só não fazia fartura quem não quisesse. A situação financeira da família tirava o sono de Humberto e, nas horas de insônia, ele ficava a pensar que emigrar poderia ser uma ótima solução. Mas seria mesmo?"*

Do outro lado do Atlântico estava o Brasil, com seus problemas e projetos sendo "conduzidos" pela sua elite. Um dos principais problemas era a falta de gente para a "roça". Assim, verificamos como o governo imperial possibilitou o surgimento dos diversos tipos de imigração: apoiada pelo governo central ou provincial, ou de cunho particular: as "Companhias de Colonização" e, de uma maneira indireta as condições existentes permitiram também a existência de imigrantes na forma espontânea. A imigração realizada com o apoio do governo, teve resistências e críticas da parte de membros do Legislativo das Províncias e do próprio Império, principalmente pelo alto preço que os cofres públicos teriam que pagar: pagava-se por "cabeça" entregue. A imigração realizada na forma, particular por Companhias, foi a que obteve maior êxito: uma legislação adequada foi criada e o retorno do investimento era rápido e alto. Muitos "empresários" passaram a atuar na "área", alguns eram possuidores de grande experiência pois; em tempos não muito distante da época, haviam realizado um comércio semelhante: mudava a rota ( não era mais a África) e trocava a cor da "mercadoria".

Na Província Catarinense podemos compreender as nuances envolvendo a chegada, estadia, transporte e assentamento do imigrante

<sup>109</sup> KLUEGER, Urda Alice. *Verde vale*. 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.P.19.

alemão, doravante conhecido como colono. Chegaram em grandes quantidades, inúmeros obstáculos tiveram pela frente, muitos desencarnaram. Tudo isto para chegarem na colônia e lá estava, talvez, a maior “batalha” a ser enfrentada: viver e produzir. Verificamos que a imagem construída pelo imigrante sobre a área rural restringia-se o seu referencial, à da Alemanha pois, ao defrontar-se com o “inferno verde” pasmavam-se em alegria ou desespero. O clima, o solo, a mata e os seres da floresta eram estranhos, diferentes de tudo que tinham visto. Constatamos que, as dificuldades existentes ou criadas foram muitas mas, sobreviveram e construíram com o que tinham em mãos, um lugar possível para si.

Consideramos também que, ao optarem pela emigração, estes homens e mulheres o fizeram a grosso modo sob uma condição: a da sobrevivência. No entanto, ao largo da premente necessidade de manter-se vivo e aos seus; este homem e mulher, eram possuidores de uma outra necessidade: realizar o “grande sonho” construído na Alemanha quando “ouviam” e sonhavam com a “visão do paraíso” presente nas propagandas que tiveram acesso. E é neste desnivelamento entre o que queria o “senhor de engenho de café” ( um homem e mulher preocupados em manter e conseguir “só” a vida), iriam trabalhar nas fazendas ou pequenas propriedades, circunscritos somente ao que a eles fosse definido pelos planejadores da imigração – “fazer o Brasil”. Portando-se como indivíduos sem projetos pessoais, sã em um “futuro”, como pregavam os senhores do café; teriam acesso a um pedaço de terra mas, o sonho não tem futuro, só tem presente.

Ao buscar “fazer-se no Brasil” o imigrante é o centro de uma nova discursividade a qual apresentou aspectos de breve permanência e resurgência. Para uma sociedade formada dentro e ao largo dos liames da escravaria, verificar que o imigrante, no caso o alemão, estava buscando autônomia – realizar os seus projetos tão cuidadosamente pensados na Alemanha, seria uma afronta, é coisa de “arruaceiro”. Então, ocorre uma resurgência polifônica onde toda uma gama de aspectos negativos são ampliados sobre a imigração e o imigrante: vadios desajustados, criminosos e

não afeitos ao trabalho na lavoura, entre outros aspectos, são esternalizados também.

Nos estertores do século XX, onde “novas e velhas” idéias procuravam espaço, a República estava “debutando” e os homens do poder tinham trocado de “uniforme”; continuar “malhando” o imigrante não agregava “novas” vantagens para este segmento social. Assim podemos dizer, como no “ditado” do meio rural: em um “cargueiro” onde os “cestos” estão abarrotados de “espigas” de milho é deixar o animal andar que as “socas” se ajeitam; pelo jeito, se “ajeitaram”.

*“Os caminhos da história são balizados  
profusamente, com marcos dos mais  
estranhos aos mais inesperados – mas  
todos ligados entre si”*

Oswaldo Rodrigues Cabral

*“Qués assim ou qués quimbrulhe?”*

Fala dos “antigos” residentes da Ilha de S. C.

## **DAS FALAS : “outros” discursos sobre homens, espaços e idéias**

No atual capítulo , “Das falas...”, as polifonias acerca da imigração, o seu margeamento, serão buscadas. Os discursos deverão ser compreendidos que significam por serem ditos ou por não terem existido. Nos discursos “existentes”, nas fontes, os vários projetos para a imigração podem ser percorridos: os interesses financeiros, os projetos de ocupação de espaços, as questões da lavoura. A (des)construção de “bons” e “maus” imigrantes vindos ou existentes na Província serão vistos.

Além disto nas dobraduras destas falas, nos detalhes, observamos as “imagens de si” construídas pelos grupo dirigente, a elite. Esta elite promove a construção de todo um ideal e o espargi sobre a Cidade, Província e Império, buscando sempre, com tais idéias, mostrar e ocultar algo: um verdadeiro jogo de sombras. E, é em Desterro, de nossa parte, principalmente, nas “suas” falas

sobre o imigrante, que visamos “esmiuçar” e entender as “sobras”, as “luzes”, e os interesse emergidos na existência destes discursos.

Estes fragmentos de discursos localizados nos documentos e fontes editadas ou produzidas a partir de Desterro fornecem, como já havíamos mencionado, pistas na direção de uma compreensão dos embates na e pela implantação dos projetos pensados para à Província. É premente, então, ao historiador escutar, sentir estas “vozes” que, mesmo quando abafadas, teimam em buscar o espaço da fala. Assim, devemos proceder de forma semelhante ao “faiscador” – personagem das regiões de garimpo que revolve os restos de terra/cascalho deixados pelos outros garimpeiros, achando pequenas pepitas, “Faíscas”, que agrupadas lhe rende um valor considerável – que ao retornar ao monte de “entulhos”, armado de um olhar e objetivo particular, consegue achar as “pepitas” que busca. Nossas pepitas (as do historiador) são os detalhes, pistas, que escapam aos interesses e olhares dos outros “garimpeiros”. São os discursos que “bateados” e “fundidos” irão compor e fornecer uma outra interpretação sobre certas questões, do presente ou passado, que são inquiridas no transcorrer da compreensão de uma realidade. Então, para Eni Puccinelli Orlandi<sup>110</sup> o discurso envolve interação e polissemia é:

*“(…), aquele em que se considera a linguagem em relação às suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação de que se diz. Estabelece-se, assim, pela noção de discurso, que o modo de existência da linguagem é social”.*

Então, quando, nos discursos ( os discursos veiculados no jornais principalmente ), era explicitado que o país necessitava de homens e mulheres com melhores “qualificações” – saúde, educação e capacidade para o trabalho, entre outros qualificativos – não era só o “escravo” que estaria nas margens e centro dessa discursividade. Abrangia todo um segmento da população, uma massa de excluídos em termos econômicos e sociais, que deveria sofrer ou ser contagiada deste aformoseamento necessário e “obrigatório”. No jornal “A

Regeneração”<sup>111</sup>, identificamos aspectos sobre esta realidade quando menciona:

*“O Brasil não precisa tanto de braços como de uma lei que obrigue os ociosos que aí estão a trabalharem. No dia em que todos os que vivem neste imenso território, robustos e válidos, empunharem os instrumentos de trabalho, desde o pincel até o malho, nesse dia esse país será uma das primeiras potências do mundo”.*

Esses discursos estavam dentro de um corpo mais abrangente de poder, o qual envolvia pessoas que atuavam ou viviam nos locais de assentamento, as colônias. Estes agentes enviavam informações para as autoridades do governo da Província ou Central. O governo provincial por sua vez deveria ser o “fiel” na realização de um projeto político-social definido pelo poder central ou pelo grupo político que o apoiava. Este governo ampliava ou reduzia um jogo de polifonias sobre os imigrantes e a imigração diante das várias realidades que o momento apresentava.

Leatrice Moellmann<sup>112</sup> ao discorrer sobre um poeta do século XIX percorre o cotidiano intelectual de então. Nesse percurso, a autora, encontra nos jornais o “local” onde os interesses e realidades estavam sendo questionados. Um certo Araújo, citado pela autora, escreveu, “(...),e quantas vezes um jornalzinho nosso, bizarro e atraente e saltitante como um pássaro, percorria muitas e muitas casas como prova de economia. Tristíssima situação a nossa!...”. Muitas imagens nesta citação são “prometidas” sobre a Desterro da segunda metade do século XIX. Imagens de uma cidade pobre em termos econômicos e com fome. Fome de saber os segredos escondidos por entre os “garranchos”, as letras, dos jornais. Assim, os jornais desse período apresentam-se como um “local” privilegiado para compreender-se as intenções, modelos, decepções e projetos, pensados pelo grupo dominante em Desterro, para a própria Desterro e Santa Catarina, a partir do que pensaram para e

<sup>110</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e o seu funcionamento...*, op. Cit. P. 157.

<sup>111</sup> *Jornal A Regeneração*, Desterro, de 20/12/1882.

<sup>112</sup> PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado...*, op. Cit. P. 29 e 30; MOELLMANN, Leatrice. *A obra inédita de Carlos de Farias e a guerrilha literária em Santa Catarina...*, op. Cit. P. 37.

sobre o imigrante alemão de meados do século XIX em diante. Ao adentrar-se na análise das informações contidas ou produzidas nos jornais, nessa época, tem-se presentes os interesses e realidades que margeavam estes periódicos.<sup>113</sup>

Os jornais da segunda metade do século XIX, eram compostos por várias partes aparentemente isoladas, dentro do seu corpo, mas ao percorrermos suas sessões percebemos uma unidade entre estas. As diversas imagens que o texto apresentava misturavam-se no corpo do periódico: debates, curiosidades, “idéias novas” e outras “miudezas”. Mas, as questões importantes e polêmicas tinham um endereço específico reservado, suas ressurgências e permanências, no período, eram garantidas. O pensamento considerado atual, vindo da Europa, estava situado junto à capa e nos editoriais destes periódicos. O positivismo e a “idéia de ciência” ocupavam grandes espaços, deixando ao largo, em termos de importância, a religião e a Igreja.

A ciência parece ter-se transfigurado em religião, o que tinha cunho científico, sua “assinatura”, era respeitado e adorado. Para o público não dado as “coisas das letras”, textos didáticos explicando fatos científicos, o pensamento positivista, e como era importante essas coisas para a sociedade “avançar” eram colocados. “Caia como uma luva” estas idéias junto aos interesses da elite dirigente. Pois este grupo, a elite, encontrava-se em plena produção de uma discursividade de Nação e povo brasileiro. E, assim, ao fim e ao cabo, as teses científicas justificavam estes discursos. As teorias evolucionistas de Charles Darwin apareciam reiteradamente nos periódicos e eram apoiadas pelos seus articulistas. Estas teorias vinham dar apoio aos discursos que pretendiam incluir e excluir “idéias e homens” da sociedade de então: dar “palco” para os defensores de uma “nova” Nação. Certos temas

---

<sup>113</sup> PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado..., op. Cit. P. 33, ao falar da relação que a elite local mantinha com os jornais considera: “Esta classe esteve envolvida, diretamente, nas disputas políticas locais, através dos jornais, principalmente após 1850, divulgam suas idéias, constituindo os periódicos veículos que reproduziam discussões de pessoas privadas reunidas num público”; Sobre a imprensa no Período Imperial o texto de SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. P. 208-286, apresenta uma importante síntese histórica. Onde demonstra a importância dos periódicos na construção de um sentimento/idéia de Brasil.

sempre eram analisados sobre a ótica do método “imparcial e racional”, isto é que valia.

Estes periódicos trabalhavam um conteúdo, forma de apresentação da mensagem, que estava ao alcance dos seus leitores. Para que os leitores “participassem” das intenções expressas nos jornais era necessário um certo “estoque social” Podemos perceber esta idéia de um “estoque social” quando Mikhail Bakhtim<sup>114</sup> menciona que existe “(…), *um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito*”. fazia-se necessário, na ocorrência de uma interpretação ou recepção correta, pretendida pelos jornais, de maneira que esta leitura tivesse efeito. Esses jornais com suas notícias, possibilitaram “outras” leituras sobre a imigração, além da existente e/ou havida e considerada hegemônica à da elite de Desterro. Essas possibilidades de sentidos<sup>115</sup>, presentes nos jornais ou outros documentos do período, conduzem para novas releituras sobre a imigração alemã.

Os jornais publicavam uma miscelânea de temas as quais visavam “agradar” ao “paladar” dos leitores. Nessa gama de assuntos que iam de anúncios de compra e venda, receitas, poesias, propagandas..., até assuntos específicos e perigosos. Os pontos considerados delicados ocupavam uma posição chave no corpo do jornal – capa ou as páginas centrais, em tratando-se

<sup>114</sup> BAKHTIM, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem..., op. Cit. P. 112; Mas, para PECHEUX, Michel. O discurso ..., op. Cit. P. 34, esse estoque social estaria dentro da idéia de “coisas-a-saber”, onde o que seria necessário ser sabido/conhecido – ao nível do senso comum – estaria dentro da mensagem/texto da fala do periódico. A partir do “já-sabido” seria produzido o “por-saber”. Comungando no geral, dessa mesma perspectiva temos FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 1992. P. 52, ao considerar que: “*A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite*”. No fundo essa seria, a princípio, a grande missão dos jornais de então ao tratar de assuntos perigosos: escravidão, imigração, República, homens e mulheres, entre outros.

<sup>115</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *Vão surgindo sentidos*. Im: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993. P.15, menciona que: “(…), *dar sentido é construir limites e desenvolver domínios, é descobrir sítios de significância, é tornar possível gestos de interpretação*”. Dar sentido, então, estaria dentro ou relacionado com a idéia de “horizonte social”, “coisas-a-saber” e “crer” naquilo que se transmite, tendo-se por base uma constante reelaboração da “memória social”.

de jornais com uma certa “tradição” – e eram tratados com um leque de “cuidados” e “intenções”.

Assim, de uma maneira particular, quando nos remetemos ao conjunto das propagandas que foram feitas e veiculadas nos locais de obtenção de emigrantes. Devemos, também, considerar os “jogos” de interesses envolvidos nestes discursos. Nos países com “excedente” populacional, como foi o caso da “Alemanha”, submetidos à inúmeros problemas de ordem social, política e econômica, essas propagandas tiveram grande efeito.<sup>116</sup> As possibilidades oferecidas aos emigrantes, que incluía no geral terra, liberdade e trabalho – o “paraíso” na terra – levava a criação e articulação de projetos que, em um futuro não distante, deveriam ser realizados no novo país. Assim, quando o imigrante buscou realizar os seus sonhos, os “olhares” passaram a ser e a ficar armados com e a partir de uma outra discursividade sobre o imigrante.

Desta forma, neste contexto, a produção discursiva sobre a imigração e o imigrante alemão passa a ter outros elementos de significação. Elementos de significação para Eni Puccinelli Orlandi<sup>117</sup> deve ser percebido dentro da idéia de: *“Se ao falar sempre afastamos sentidos não-desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele cala?”* Nesse caso o não explícito seria qual a “missão” do imigrante, da qual estava se afastando – foi trazido para substituir, a “priori”, o trabalhador escravo, nas regiões das grandes plantações e no Sul ocupar espaços na forma da pequena propriedade. O discurso, a princípio, seria sempre o mesmo no sentido de

<sup>116</sup> Na obra de GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer...*, op. Cit. P. 103, tem-se uma análise de como foi realizada essa campanha, propaganda, na Europa, visando angariar emigrantes. Ao falar da emigração Italiana podemos perceber relações com a emigração alemã, diz: *“A uma classe camponesa cansada e derrotada, martirizada pelo militarismo e esfomeada por terra, estes Estados prometiam tanta terra, isenções militares e bem-estar, além do sonho de poder reconstruir a própria sociedade em terras virgens e desabitadas, sem nobres nem patrões, alheios a normas morais e valores que a nova época estava insinuando também em nossos vales e que minavam as bases da sociedade camponesa. É difícil pensar que sem estas propostas o êxodo dos camponeses trentinos, vênéticos e lombardos tivesse assumido tais proporções”.*

<sup>117</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. Ed. São Paulo: UNICAMP, 1995. P. 160 ; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura...*, op. Cit. P. 85, com relação ao discurso frisa que este deve ser visto com certas precauções, menciona: *“(…), dada a relação do discurso com sua exterioridade, ou seja, com a situação (de enunciação e histórico-social), os sentidos são múltiplos, há variação (...), seu uso regular abrange o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto do discurso, (...)”.*

marcar uma direção ao imigrante. Ele, o discurso, é reelaborado internamente para “reforçar” o “já-sabido”. Nesse entremeio, os que chegaram antes, na Província, os luso-brasileiros, em particular a elite<sup>118</sup> representada e representando Desterro, emite e divulga nos jornais a “construção” de um ideário.

Essa elite “local”, como mencionado anteriormente, tinha um projeto de “aformoseamento” para espaços, corpos e mentes, o qual deveria ser levado a termo na Província Catarinense. Para tanto, realizou uma produção discursiva visando engendrar tal propósito. Convém demarcar, como já citado, que esta elite pode e deve ser compreendida como sendo subsidiária da elite nacional, e o seu projeto uma extensão reelaborada para as especificidades locais, dos sonhos projetados e idealizados no e pelo grupo dominante, em termos nacionais, no período.

As disputas no e por espaços de “sobrevivência” entre nacionais e imigrantes alemães ou seus descendentes têm visibilidade nos jornais. Podemos ver estes desnivelamentos quando em um jornal local é mencionado:

*“Bem instruídos, bons trabalhadores em geral, bem disciplinados, sujeitos desde criança à ordem e a observância das leis, bons cidadãos e pais de família, que nunca nos países em que foram hospedados, se entrenterão na política para seguir fins separatistas, os alemães com especialidade se recommendão para as colônias do Brazil. Raro o alemão que não crie amor ao paiz para onde emegre e torne a voltar para a sua pátria”.*<sup>119</sup>

Ao recomendar “alemães com especialidade” para compor o quadro da imigração no Brasil de uma forma um tanto idealizada, nessa citação, está

<sup>118</sup> Sobre a questão das elites BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. Im: BOBBIO, Norberto..., et. al. Dicionário de Política, v. 1. Brasília: UNB. 1995. P. 385, considera que: “Em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma que dele está privado”. Sobre a elite no período imperial CARVALHO, José Murilo de. A Construção Da Ordem..., op. Cit. P. 210, considera que esta, “(...),após a Independência apresentava características básicas de unidade ideológica e de treinamento”. Isso pelo seu relacionamento e envolvimento na burocracia do Estado. E é dentro desse contexto que podemos entender a elite de Desterro na condição de subsidiária da nacional. E comungando, também, do mesmo ideário de progresso, civilidade, nação e “homem”.

<sup>119</sup> Jornal O Argos, Desterro, n. 763 de 22/08/1860. P. 3 e 4.

sendo construída uma leitura sobre um “imigrante ideal”<sup>120</sup> que teria inúmeros atributos e qualificações: instruído, trabalhador, disciplinado, bom cidadão e não-político, entre outros qualificativos. Estes atributos vistos no “outro”, o imigrante, servia para reforçar um discurso desqualificador sobre “eles”, os brasileiros não aformoseados socialmente. Por outro lado, no imigrante tinha-se “tudo”, no jornal “O Mercantil” era colocado:

*“(…),todo aquelle que procurar impedir que robustos, virtuosos, industriosos, catholicos se vão estabelecer no Brasil como agricultores, é um inimigo da raça humana.”<sup>121</sup>*

Podemos notar que, também, a grosso modo, foi sobre essa idealização que procedeu-se a construção de uma discursividade, nos primeiros anos da imigração, visando arrebanhar, na Europa, esses homens e mulheres idealizadas. Mas estes homens e mulheres desejados e buscados na Europa eram possuidores de especificidades que demonstraram, com o tempo, ser o imigrante real “diferente” do ideal. Assim, nas construções discursivas

<sup>120</sup> O “imigrante ideal” tenderia a ser o homem ou mulher que possuíssem certos predicados, os quais seriam realçados através de um discurso que pregava um projeto de sociedade. Foi buscado, via discurso, um “modelo”, na perspectiva da elite nacional ou local, de homem ou mulher que fossem possuidores de qualificativos-exemplaristas. Um discurso onde o “bom”, trabalhador, cidadão, homem e mulher, que tudo (incluindo a cor) “teriam e fariam” para o avançar dos interesses da elite brasileira, era construído. As mudanças, via imigrante, viriam para reforçar o “status quo” dominante. Esse, a grosso modo, poderia ser considerado o imigrante ideal. Podemos, então, aceitar que a idéia de imigrante ideal, “a priori”, teria sido, em termos discursivos, construída a partir da positividade de alguns predicativos sobre o homem e mulher imigrante; Para LAZARTE, Rolando. *Max Weber: ciência e valores*. São Paulo: Cortez, 1996. P. 72-74, ao falar da construção de um tipo ideal menciona que: “(…), é um quadro conceitual que não contém a realidade nem a cópia: pretende representá-la mediante construções que jamais podem ser encontradas empiricamente na sua pureza ideal.”; AGUIAR, Roberto. A utilização de tipos ideais na pesquisa sobre o sagrado. *Ciência e Trópicos*, v. 5, n. 2, Jul./Dez. 1977. P. 233, menciona que uma idealização – no caso presente pode-se fazer uma comparação com o assim chamado “imigrante ideal” – pode surgir, “(…), como sendo resultante de uma operação racional, por maximização de semelhanças e minimização de diferenças, (...)”. Podemos aceitar, assim, que na busca de “novos” homens e mulheres para uma sociedade que deveria ser implementada, teria ocorrido a maximização de certos atributos do e para o imigrante.

<sup>121</sup> *Jornal O Mercantil*; Desterro, n. 683 de 13/11/1867. P. 2, cl. 3; No Livro **BIBLIOTECA** Pública ..., op. Cit. P. 91, consta que esse periódico tinha como subtítulo: “*Jornal da Província de Santa Catharina*”, o mesmo circulou de 1861 a 1869 e era bissemanal. Para PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas...*, op. Cit. P. 90, este era um jornal liberal. Consta que tinha como objetivo, “(…),considerar o Brasil na sua política e administração e especialmente advogar os interesses públicos e comerciais da Província”; No **RELATÓRIO** do Presidente da Província de Santa Catarina Joaquim Bandeira de Gouvêa, 07/01/1872, é reafirmado, via discurso oficial, a importância do imigrante, menciona: “(…), a Província de Santa Catharina para ter um brilhante futuro depende da sorte da colonização”; Segundo PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário político catarinense...*, op. Cit. P.252, consta que Joaquim Bandeira de Gouvêa, 1812-?, nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em direito em São Paulo (1833), foi deputado Provincial no Rio de Janeiro e em Santa Catarina(1871).

emergem estes dois imigrantes, definidos e incorporados pela elite desterrense: o real e o ideal, onde a maior ou menor visibilidade de um dependia das circunstâncias e interesses da “hora”. A construção da negatificação, a sua emergência, do e sobre o luso-brasileiro, aquele conhecido comumente por descendente de açoriano; ocorria ao largo do emergir da positificação do outro – o imigrante de origem européia.

*“Estava reservado a Prussia o ressuscitar as práticas selvagens, de outros tempos”*.<sup>122</sup>

*“Será para nossa época eterna humilhação que um tal projeto tenha sido, não diríamos empreendido, mas somente concebido”*.<sup>123</sup>

Tratando-se do alemão na Europa, conforme as duas últimas citações anteriores, degladiando-se com os franceses, uma negatificação surge sobre esse alemão. Deve-se considerar que o modelo civilizador, neste período, mantido na “alça de mira” para o aformoseamento da cidade e seus residentes, era o mundo francês que deveria ser incorporado, direta ou indiretamente, via Capital, o Rio de Janeiro. Então, estes “bárbaros” deveriam ser censurados por agredirem a França. Nos jornais, o alemão, o que luta contra o francês, é tratado como se fosse atrasado e inculto; “semelhante” ao nacional que teria de ser reenquadrado socialmente.

Verificamos assim que uma das formas encontradas pelo grupo dominante de Desterro, para tornar públicas suas “convicções” e propostas, foi a veiculação de “discursos” nos jornais<sup>124</sup> editados na cidade. Nestes jornais é que a elite deixou transparecer qual a “missão” que o imigrante alemão deveria realizar. Missão esta, a grosso modo, que pretendia e tinha por objetivo galgar a bom termo os projetos de um grupo dirigente. Era um planejamento

<sup>122</sup> *Jornal A Província*, Desterro, n. 04 de 22/10/1870. P. 3; Este *Jornal* circulou de 1870 a 1872 e era bissemanal. Para PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas...*, op. Cit. P. 92, esse era um periódico conservador, trazia notícias oficiais e editais.

<sup>123</sup> *Jornal O Cacique*, Desterro, n. 22 de 31/12/1870. P.3; No livro *BIBLIOTECA Pública...*, op. Cit. P. 28, esse periódico era considerado um jornal noticiário e recreativo. Circulou de 1870 a 1871 e era semanal.

<sup>124</sup> PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas mulheres faladas...*, op. Cit. P. 32; PEREIRA, Moacir. *Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992. P. 15-44, ao percorrer os meandros da história da imprensa catarinense ressalta a importância dos jornais para uma compreensão de certos acontecimentos da história de Santa Catarina.

unilateral, não havendo espaços para os interesses dos imigrantes. Interesses esses que, quando passaram a ter vez e voz, foram vistos com outros olhares: um olhar de “desconforto” e estranhamento surgiu. Este modelo de imigrante, construído via discursividade, passou a ser, também, uma âncora: a partir dela e nela estaria, a princípio, o início de um novo modelo de sociedade.

Nesse ambiente, com o tempo, o projeto pensado e definido para e com o imigrante “distanciava-se” do seu norte inicial. Assim, para entender-se a imigração e o contexto em que ela ocorreu, deve ser observado que o imigrante alemão foi pensado dentro e para um projeto com contornos específicos que era configurado neste período – fim da escravidão, obtenção e/ou “construção” de “melhores” homens e mulheres trabalhadores, “branqueamento” racial,... – quando certos “sinais” indicavam que o imigrante estava desviando-se do pretendido, realizar o seu projeto pessoal sonhado na Europa, os discursos passam a incorporar outros sentidos. No jornal “Abolicionista” era colocado:

*“A autonomia de um país depende de seu impulsionamento desembaraçado para o caminho luminoso do progresso e da civilização. Eis porque o Brasil encarrilhou-se nos trilhos do abolicionismo e acelera-se na marcha vertiginosa. Enquanto esta nação possuir escravos o estrangeiro o olhará com desprezo”.*<sup>125</sup>

Podemos aceitar, então, que o que era desejado ou tido como “condição” para se ter ou chegar em uma nova “sociedade”, passou a ser objeto de um jogo de discursos: fim da escravidão e a presença ou construção de um “novo” homem e mulher. No imigrante alemão, também, e principalmente, era visto essa possibilidade. Além de novos homens e mulheres era necessário inovações técnicas e infra-estrutura para ter-se, assim, uma Desterro e por conseguinte uma Província ideal. As novidades eram recebidas com grande, regozijo e promessas de que o “futuro é agora”:

*“(…), com o regozijo e o entusiasmo da população desta capital, inaugurou-se sábado à tarde o tráfego da linha de bonde entre o largo do palácio e a rua de São Marcos, no bairro do*

<sup>125</sup> Jornal *Abolicionista*, Desterro, 02/11/1884. P. 2.

*Mato-Grosso, Diversos prédios embandeiraram e o concurso do povo, na praça e por todas as ruas em que percorreram os bondes, foi extraordinário. Todos queriam ver realizado este grande melhoramento, (...), esta época marcará na história da Província de Santa Catarina o primeiro passo dado na senda do progresso, passo agigantado que muito concorrerá para levantar a bela capital do abatimento em que jaz”.*<sup>126</sup>

O fluir desses discursos vistos através dos periódicos que representavam interesses específicos de grupos e segmentos da e na elite, externalizavam para o público fragmentos de jogos de falas que servem de indícios na compreensão dos interesses e projetos dessa elite para a Província. Ao analisarmos os Jornais da Província Catarinense no período, no caso particular os de Desterro, devemos ter presente que havia uma vinculação política destes com os grupos partidários locais. Bethania Sampaio Corrêa Mariani<sup>127</sup> verifica que a construção do discurso no jornal estava sujeito a várias regras para ser “confiável”, diz:

*“No século XIX, um jornal confiável do ponto de vista do Estado é aquele que, aceitando as regras do jogo, se coloca nesse lugar de transparência. Ao assumir-se como transparente, o discurso jornalístico encontra uma forma de escapar ao controle político”.*

Dizer que era imparcial abria espaços de “sobrevivência”, e em Desterro os jornais, no geral, diziam serem imparciais. A sobrevivência, na Desterro, no que se refere aos periódicos, dependia das anuências construídas junto ao poder local. Estavam, assim, comprometidos de uma forma direta ou não com os projetos pretendidos para a cidade e a Província por extensão.

Nesse contexto, o do contato e convívio entre imigrantes e brasileiros, podemos considerar, a “priori”, que as informações registradas nestes periódicos, e outras fontes ou interpretações oferecidas, como no caso dos autores que estudam o tema, formam um texto que tem sua própria

<sup>126</sup> **JORNAL do Comércio**, Desterro, 29/09/1888. P. 2.

<sup>127</sup> MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso fundador...*, op. Cit.P. 35.

historicidade. Podemos, com referência aos discursos, verificar em Henrique Luiz Pereira Oliveira<sup>128</sup> que ao analisar as questões que envolveram o contexto das crianças expostas, em Desterro de então, faz considerações sobre as fontes disponíveis neste período, diz:

*“(…),um documento não é uma expressão que retrata objetivamente um fato mas também não é uma representação que o oculta: é um partícipe na produção dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, um resíduo da multiplicidade de forças atuantes nos acontecimentos. Saturados das forças em que foram produzidos os documentos nunca são unívocos, todavia sempre os encontramos marcados pela univocidade estabelecida pelas forças que em um determinado momento dominam as operações de interpretação”.*

Uma multiplicidade de leituras é, assim, algo presente em um texto e como tal dever ser considerado quando das suas (re)leituras. Os periódicos mesmo fazendo parte de um conjunto: a posição político-partidária de quem o dirige e/ou redige, as outras informações que são publicadas por estes, no geral ou nos exemplares, principalmente no caso dos jornais, que possuíam a informação “colhida” nessas fontes eram detentoras de especificidades próprias. Essa informação, além disso, mesmo quando “isolada” do resto do corpo do jornal, permanece possuidora de vínculos com o “corpo” desse periódico, fazendo “efeitos de sentido” nesta direção Eni Puccinelli Orlandi<sup>129</sup>, menciona que o discurso e a sua análise visa:

*“(…), compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro (...). O que é dar sentido? Para o sujeito que fala [que escreve e interpreta um texto] é construir sítios de significância [delimitar domínios] é tornar possível gestos de interpretação”.*

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). São Paulo: PUC. 1990. Dissertação (Mestrado em História PUC/SP). P. 101.

<sup>129</sup> Sobre a questão de sentido do discurso ver ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996. P. 64 e 65.

Na "impossibilidade" de perceber-se as situações que levaram à materialização do discurso, seu registro nos jornais ou outros documentos, é interessante, para quem analisa um texto, considerar esses discursos/fontes no seu "dando-se",<sup>130</sup> enquanto acontecimento inserido em um contexto e possuidor de uma historicidade. Esses discursos estavam sendo veiculados em uma sociedade com um contexto particular e cheio de facetas. Uma dessas facetas era a do analfabetismo. Mas tinha-se nos periódicos, dentro deste ambiente, "o grande quadro" de exposição e visibilidade das idéias na época. Os jornais divulgavam os bons e novos modelos a serem incorporados pelo conjunto da população. Cabe então um questionamento, como essas "intenções" e remodelações, discursivamente, chegavam aos "ouvidos" da população, visto haver neste período uma maioria de não-leitores. Em Joana Maria Pedro<sup>131</sup> é mencionado o reduzido número de alfabetizados que havia em Desterro no século XIX, coloca: "(...), em 1872, havia, no município de Desterro, 5.073 pessoas alfabetizadas, (...)". Esse número correspondia, aproximadamente, a 20% da população de Desterro. Então, como os outros 80% da população recebiam ou compartilhavam da "boa nova" trazida pelos jornais. Para Virgílio Noya Pinto<sup>132</sup>, ao discorrer sobre a informação e o analfabetismo, considera a existência de algo que, a grosso modo, poderia ser definido como sendo uma circularidade de informação, quando analisa os folhetins, o mesmo pode ser ampliado para os jornais do século XIX, diz:

*"O enorme sucesso desta forma de publicação, (...). Ela vinha também ao encontro de uma tradição brasileira, já secular, do contador de histórias. Geralmente lida em vos alta no serões domésticos [os jornais também seriam lidos dessa forma] ela*

<sup>130</sup> Compreendemos o discurso e o contexto que o circunda dentro da perspectiva que BACCEGA, Maria Aparecida. Palavra e discurso: Literatura e história. São Paulo: Ática, 1995. P. 42 e 43, trabalha ao mencionar que o discurso deve ser visto dentro do significado da palavra "dando-se", diz: "(...), *ela vale (sic) [vai] do que existe para o que vai existir. Caso contrário, será apenas instrumento a serviço do sistema de valores que objetiva manter o 'status quo' emoldurando a realidade nas suas categorias que obviamente já cristalizaram a visão da classe dominante.(...), vive numa tensão constante entre o já visto e o por ver, entre o dado e o por dar-se, entre o único e o diverso*". Assim, as "condições de produção do discurso" são específicas de cada cultura e estariam "submetidas" a jogos discursivos os quais emergem no e do embate entre grupos em determinada sociedade.

<sup>131</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas..., op. Cit .P. 33.

<sup>132</sup> PINTO, Virgílio Noya. Comunicação e cultura no Brasil. São Paulo: Ática, 1986. P. 24-36.

*atingia todas as classes sociais, inclusive analfabetos, que se emocionavam com o drama e se angustiavam com a continuação do enredo sabiamente deixado em suspense para o próximo capítulo”.*

Os jornais de Desterro, também, utilizavam deste expediente ao publicarem histórias, romances e novelas. Por isso faz sentido quando na obra de Aulo Sanford de Vasconcellos<sup>133</sup> “O monólogo de um Deodato Alvin” – o personagem Deodato Alvin nas dependências do hospital da Irmandade do Senhor dos Passos, o atual Hospital de Caridade – na contemplação do “por-do-sol” dos seus dias, de uma forma quase “sussurrando” menciona: “- Sim, eu sei ler e escrever, e também aprendi as quatro operações, o que se torna uma informação quase inacreditável em se tratando de um miserável nascido na Toca [ Toca era um bairro pouco afamado em Desterro de então ], um quase pária, numa época de analfabetos”.

Podemos compreender, então, que a constituição destes discursos estaria dentro de um projeto de remodelação de espaços, corpos e mentes, engedrado a partir dos anseios/modelos desejados pela elite “nacional”, objetivando um modelo particular de sociedade. Assim, essas diversidades discursivas contribuem para uma maior compreensão das tramas e “nós” circunscritos ao ambiente em que ocorreu o contato entre brasileiros e imigrantes alemães. Este contato, pela multiplicidade de interesses que o transpassava, não teria ocorrido de uma forma harmoniosa como a “voz” oficial, no período e posteriormente, fez crer e foi registrada pela historiografia tradicional. Outros sentidos, múltiplos sentidos e vozes, estavam presentes

<sup>133</sup> VASCONCELLOS, Aulo Sanford de. *O monólogo de um Deodato Alvin*. Florianópolis: Insular, 1997. P. 15. Nesta obra de Aulo Sanford de Vasconcelos que versa, no seu conteúdo romanesco, sobre a época que antecedeu ao findar da velha Desterro, o personagem Deodato Alvim, nas suas memórias, p.114, menciona: “Já vi muitas transformações na cidade, (...). Também conheci muita gente, (...). E também já li muita coisa, nessa minha longa existência, (...)” Este personagem viveu e sentiu Desterro das décadas de 1830 até 1890, menciona situações políticas, sociais, econômicas, religiosas e literárias, abrangendo tudo e a todos naquele mundo. Mas, o nosso Deodato Alvim, não faz uma única menção sobre a imigração alemã e o imigrante. A memória “prodigiosa” de que tanto orgulha-se o personagem, além de trair a Clio, a sua musa e a musa de um “grupo” de profissionais do nosso tempo, demonstra ser perigosamente seletiva. Os outros “personagens” de Desterro ao lembrarem da imigração, se lembraram! Teriam sofrido de tal “esquecimento” seletivo?

nesses entremeios que envolveram a imigração alemã para a Província Catarinense na última metade do século XIX.

Perceber essas posições e intencionalidades garante uma melhor condição de releitura das informações em análise. Assim, nos fragmentos que estavam ou não situados à margem do discurso ao trabalhar as pistas no e as margens do discurso, devemos considerar as condições de produção desse discurso, sua formação. A noção de formação discursiva que, a “priori”, temos proximidade seria a de Michel Pêcheux<sup>134</sup> quando diz que:

*“(…), só por sua existência, todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações, (...), através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidas e não negados”.*

O homem, neste discurso, na sua formação, está presente e é sujeito de sua condição e produção. Os indícios, “pistas”, podem ser detectados em pequenos detalhes como frases repetidas que teimam em permanecer “as vezes sem intenção”<sup>135</sup>, abrindo, assim, possibilidades para perceber-se outros significados sobre o imigrante alemão, que pretendia representar-se como único, em termos de discurso, permitem ser percebidos como possibilidades de leituras sobre esta realidade – o imigrante alemão em Santa Catarina a partir de meados do século XIX. Então, rever esses jogos de falas, desses espaços de silêncio cheio de significados, permite uma releitura sobre a imigração e os seus desdobramentos.

Mas, em se tratando do imigrante, nem tudo foram flores, os sonhos e projetos sofreram da “natural” distância existente entre modelo e realidade, como já frisado. Estas “quebras” no pretendido abriram espaços para novas

<sup>134</sup> PÊCHEUX, Michel. *O discurso...*, op. Cit. P. 56 e 57.

<sup>135</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio...*, op. Cit. P.73, a autora menciona que: “O silêncio do sentido torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer mas o indizível da presença do

falas onde antigos novos sonhos e projetos são novamente mencionados. Sobre essas dobras, quebras, existentes em um texto, Carlo Guinzburg<sup>136</sup> ao analisar um modelo epistemológico no final do século XIX, coloca que: “(...), a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade, é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifra-la”. Então, nos discursos elaborados no decorrer e ao longo da vinda do imigrante alemão são detectados “indícios” que conduzem ao desvendar de outras possibilidades pensadas e desejadas para esse universo a partir de Desterro:

*“Não a imigração limitada ao círculo estreito e mesquinho de uma só nacionalidade e de um só culto, mas imigração larga e franca de todas as raças, pela origem e cristãos pela religião”.*<sup>137</sup>

A necessidade de manter o controle sobre o imigrante era uma preocupação constante. Podemos verificar essa preocupação por parte do poder público, em relação ao imigrante, quando na correspondência enviada pelo gabinete da Presidência ao delegado de “Itajahy”, a qual foi publicada no jornal “O Mercantil”, menciona:

*“(…), pedindo-lhe que mande corrigir todos os colonos que se ausentarem da colonia sem licença da respectiva direcção para exemplo de outros, e fazendo ao depois voltar escoltados para a colonia, ou para esta capital a disposição da presdência, sobre o que pede VMC. Esclarecimentos. (...), e quanto aos colonos que ausentando se da mesma colonia, sem licença do seu director, vagarem por essa Villa sem occupação qualquer, ou*

---

*sujeito e do sentir, (...). No discurso há sempre um ‘projeto’ um futuro silencioso do sujeito, pleno de sentidos”.*

<sup>136</sup> Os indícios, “pistas”, podem ser detectados em pequenos detalhes como frases repetidas que teimam em permanecer “as vezes sem intenção”, abrindo, assim, possibilidades para perceber-se outros significados, GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais...*, op. Cit. P. 177.

<sup>137</sup> Jornal **O Despertador**, Desterro, n. 321 de 09/02/1866. P. 1 e 2; Sobre esse periódico no livro **BIBLIOTECA Pública ...**, op. Cit. P. 47, podemos verificar que este circulou de 1863 a 1885. No texto de PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889*. Florianópolis: UFSC, 1995. P. 55-90, consta que o diretor foi José J. Lopes Jr. E que esse jornal era bissemanal, trazia editais e notícias oficiais.

*nela provocarem desordem as fará pôr em custôdia pelo tempo unicamente que for necessario para o fazer voltar escoltados para a colonia, como pede o director*<sup>138</sup>.

Essa “ordem” vinha ao encontro da necessidade de maior presença da autoridade e, também, de um efetivo controle sobre o ambiente da imigração e de seus sujeitos. Este imigrante, agora, era considerado como colono, estava “atrelado” ao projeto da elite. Isso ocorria pelo fato de ter sido a colonização pensada, desejada e implementada, politicamente, pelo governo e/ou seus representantes. Cabendo ao imigrante, no caso o alemão, o papel de “tutelado” nesse processo.<sup>139</sup>

Assim, para François Laplantine e Liane Trindade<sup>140</sup> deve ser considerado que: “(...), *representação engloba toda a tradução e interpretação mental de uma realidade exterior percebida. A representação está ligada ao processo de abstração e a idéia é uma representação mental que se configura em imagens que temos de uma coisa concreta ou abstrata. Assim, a imagem se constitui como representação configurativa da idéia traduzida em conceitos sobre a coisa exterior dada*”. Esta representação feita, via discursividade, sobre o imigrante tenderia a ser mais importante que a realidade apresentada com e pelo imigrante. Podia-se falar “mal” do alemão, desde que esse não estivesse

<sup>138</sup> Jornal *O Mercantil*, Desterro, n. 658 de 22/08/1867. P. 1, cl.2.

<sup>139</sup> Consideramos significativa a análise que ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul...*, op. Cit. P. 03, faz da imigração, onde tece ponderações sobre a idéia de uma colonização “não espontânea”, isto é, o imigrante estaria submetido ou condicionado à colonização. Nesta situação, essa colonização obedecia aos interesses de grupos nacionais, não os interesses dos imigrantes. Isto permite trabalhar a idéia de que os projetos da elite, os seus propósitos com a imigração, estavam e eram colocados em um primeiro plano. Os imigrantes deveriam aterem-se ao papel destinado a eles pelos “planejadores” das “imigrações”.

<sup>140</sup> Sobre representação CHARTIER, Roger. *O Mundo Como Representação. Estudos Avançados*, v. 11, n. 5. São Paulo: USP. Jan./Abr. 1991. P. 117, considera: “*Não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles*”. Esses jogos de falas e suas intencionalidades estavam presentes nas informações que circulavam nos jornais de Desterro em especial ao referir-se ao imigrante. Mas ao enunciar-se algo, de acordo com CHARTIER, Roger (org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. P. 234, em particular no item “*A Leitura: uma prática - cultural*”, onde responde à uma questão levantada por Pierre Bordieu coloca: “*A partir do momento em que se admite que existe a possibilidade de comunicar a inteligibilidade de uma prática ou de uma imagem, creio que é preciso aceitar a ambigüidade de uma tradução a partir do texto a qual se sabe não lhe é jamais totalmente adequada*”. Essa “realidade” apresentada na e pela imigração estaria relacionada com uma forma particular de representação. Esta envolveria pontos diferentes, alemães e brasileiros, que a partir dos seus referenciais, seus “estoques sociais” passariam a formular uma compreensão do outro, uma representação; LAPLANTINE, François, TRINDADE, Liane. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997. P. 77.

envolvido nos “nós” da imigração. Escrever ou “falar” do alemão imigrante de forma negativa, nos periódicos, não era alvo de boa receptividade, os “momentos” definiam o que era válido.

Além dos “alemães”, nesse processo migratório, vieram suíços, austríacos, poloneses e belgas, entre outros<sup>141</sup>. Tal realidade ocasionou uma heterogeneidade étnico-cultural, como também uma diversificação nas aptidões e interesses. A princípio, os imigrantes de várias “nacionalidades” trabalhavam no mesmo espaço ou próximos uns dos outros, o que exigia ou forçava a interação destes entre si. Essas “nacionalidades” foram, a grosso modo, decorrentes da unificação “tardia” dos chamados “Estados e ou Principados Alemães” – futura Alemanha – que ocorrem a partir da década de 1870, sob a liderança da Prússia, como já mencionado. O que levou, nas regiões de colonização alemã, a existência, a “priori”, de várias “nacionalidades” entre os imigrantes alemães. Estes imigrantes em grande parte, na Província Catarinense, que chegaram no período da unificação da Alemanha ou anteriormente, apresentavam, assim, como nacionalidade o Estado, Principado ou Região de origem na “Alemanha”<sup>142</sup>. Para efeito de uma marcação inicial, consideramos que imigrantes germânicos ou alemães podem ser definidos como indivíduos que falam a língua alemã ou um dos seus dialeto desta, com traços culturais em comum e que são ou têm ascendência da região dos Estados Alemães e posteriormente Alemanha. Para vários autores<sup>143</sup> alemães

<sup>141</sup> KLUG, João. Imigração e Luteranismo ..., op. Cit. P. 47.

<sup>142</sup> Essa questão das “nacionalidades” foi verificada, também, por DREHER, Martim Norberto. Igreja e germanidade..., op. Cit.P. 29-38; A unificação dos Estados Alemães suas causas e conseqüências, de um modo geral, foram percebidos por KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial..., op. Cit.P. 14, quando colocada, a certa altura do seu texto, que havia, “(...), *uma divisão desregrada entre 36 príncipes de tendências conflitantes e inúmeros caprichos pessoais, (...)*”. Uma análise mais detalhada sobre a questão do nacionalismo alemão – o que permite vislumbrar explicações para a “nacionalidade” do alemão no seu “torrão natal” ou, posteriormente, no Brasil – é realizado por SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica: A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. P. 19-49, onde percorre os liames do nacionalismo alemão, na p. 19, cita: “*A história da Alemanha foi marcada pelo conflito entre duas posições antagônicas: de um lado, a busca da unidade política, o esforço pela unificação do país, do outro, o particularismo característico de cada pequeno Estado*”.

<sup>143</sup> Para SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil ..., op. Cit. P. 86, essa definição do que seria um imigrante alemão ou germânico estaria dentro dos critérios “*positivos de pertencimento*”. Isto ocorre quando um indivíduo ou grupo se considera ou é considerado “*pertencendo*” a um grupo ou coletividade,

ou germânicos, seriam os indivíduos que falam a língua materna, o “alemão”, e que comungam de traços aproximativos em termos culturais no grupo ou entre grupos sociais.

Em decorrência da imagem criada na Europa sobre os possíveis “equivocos” ou desrespeitos com os emigrantes durante sua vinda no processo da imigração, o governo Imperial baixou várias normas no sentido de corrigir tais atos. Uma destas instruções foi a do Ministério da Agricultura (...) para o Presidente da Província de Santa Catarina<sup>144</sup> enviada em abril de 1889, onde diz:

*“(...),tomando em consideração as reclamações da imprensa, confirmadas oficialmente, contra o tratamento dos imigrantes a bordo dos vapores em que são conduzidos do Rio de Janeiro para as Províncias do sul, ordenei ao fiscal da navegação da linha de paquetes nacionais que fizesse sentir, à Companhia de Navegação responsável por tais irregularidades, que a reprodução de qualquer dos abusos denunciados levará o governo a suspender a remessa de imigrantes nos mesmos vapores, tirando-lhes a preferência que até hoje tem gozado. Reputo da maior importância este serviço. Se aos vapores que transportam imigrantes da Europa isto lhes é cobrado e quanto a competente autoridade no porto de procedência cabe a responsabilidade da verificação das condições de embarque, também este Ministério impôs normas para garantir o bom tratamento de tais passageiros, e não pode tolerar procedimentos diversos a bordo do que fazem a navegação entre os portos do Império”.*

Estes atos do governo imperial procuravam melhorar as condições de vinda e assentamento dos imigrantes reduzindo a imagem negativa que neste momento na Europa estava ocorrendo sobre a emigração. Mas outras

---

respectivamente. Assim, a partir do que possuem em comum ou do que os aproxima desta coletividade é que os indivíduos estão ou não inseridos “nesse” grupo.

<sup>144</sup> **CORRESPONDÊNCIA** do Ministério dos Negócios da Agricultura (...) para o Presidente da Província de Santa Catarina, Abril de 1889.

realidades, também, estavam fazendo “água”, e eram percebidas nos discursos, no jornal “O Despertador” era mencionado:

*“Não a imigração limitada ao círculo estreito e mesquinho de uma só nacionalidade e de um só culto, mas imigração larga e franca de todas as raças, pela origem e cristãos pela religião”.*<sup>145</sup>

O desejo de que os imigrantes continuassem chegando permanecia, mas algumas preocupações, nesse período, estavam fazendo ruído. Inicialmente, ao mencionar “uma só nacionalidade”, podemos verificar que o isolamento étnico<sup>146</sup> nos chamados “quistos sociais” tem sua presença anunciada nesta informação. Segundo, em um outro momento, podemos perceber que, em paralelo, uma opção é oferecida: um “ecumenismo” cristão serviria para nivelar os habitantes, em especial os novos imigrantes, todos possuiriam uma “igualdade” no crer e ser cristão. Essa igualdade não correspondia ao que F. Müller denunciava em carta enviada ao jornal “O Mensageiro”, onde diz:

*“Qualificou o fanatismo de concubinatos os nossos matrimônios, de ilegítimos os nossos filhos, e nesta cidade [Desterro] até atreveu-se a turbar os últimos momentos de um infeliz moribundo para por demonstrações inoportunas persuadi-lo a mudar de religião, (...). Porém, se impunemente continuarem estes atentados **voltemos para nossa terra**, ali qualquer que seja a nossa sorte, pelo menos podemos morrer sossegadamente [ grifo nosso ]”.*<sup>147</sup>

Um aspecto que poucas vezes foi considerado, em termos de publicação nos jornais, era o relacionado com a religião, já que a maioria dos

<sup>145</sup> Jornal **O Despertador**, Desterro, n. 321 de 09/02/1866. P. 1 e 2; Sobre esse periódico no livro BIBLIOTECA Pública ..., op. Cit. P. 47, podemos verificar que este circulou de 1863 a 1885. No texto de PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado..., op. Cit. P. 55-90, consta que o diretor foi José J. Lopes Jr. E que esse jornal era bissemanal, trazia editais e notícias oficiais.

<sup>146</sup> SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Ano 9, Out. 1994. P. 110 e 111, ao trabalhar a questão do isolamento étnico abre para uma compreensão que esse fato não estaria, a princípio, ligado com isolamento geográfico. O isolamento étnico estaria dentro de um “ambiente” de isolamento cultural, ou seja, uma demarcação ou “fronteiras culturais” dariam os contornos a essa realidade. Este isolamento teria ocorrido, nesta perspectiva, dentro de um mesmo espaço físico onde “espaços culturais” estariam em posição de embate.

<sup>147</sup> Jornal **O Mensageiro**, Desterro, n. 190 de 06/08/1857. P. 3.

imigrantes alemães não era católica. Havia por parte da Igreja Católica, a oficial, uma resistência a união de pessoas da Igreja com elementos de outras crenças, em particular, com os da crença Protestante. Esta resistência havia, também, pelo lado dos praticantes da religião Protestante. Eni de Mesquita Samara<sup>148</sup> ao analisar os meandros da família paulista do século XIX, cita um Ofício dirigido ao Presidente da Província de São Paulo em 1849 assinado pelo vigário da freguesia do Bráz, que menciona:

*“(…), que nem é de sponsais, nem de data e aras, mas sim de casamento propriamente civil não admitido em nosso país onde nossas leis reprovam e anulam semelhante união quando não sejam guardadas as fórmulas prescritas pela Igreja. Cumprime observar a V. Excia. Que os pais sendo mesmo católicos por ignorarem como é de presumir, não deviam entregar as filhas aos protestantes com tanto que o ajuste seja reduzido a escritura, porque dizem eles ser essa a maneira por que se casam em sua terra, e ficam persuadidos que deste ilícito contrato resultam todos os efeitos do legítimo consórcio. Nesta Paróquia há três casamentos por esta forma celebrados que em grande parte se deve atribuir a felicidade com que autoridades públicas se prestam a estes instrumentos”.*

Mas, no jornal “O Correio Oficial de Santa Catarina”<sup>149</sup> temos uma pista a ser percorrida, sobre essa questão, quando é anunciado que foi nomeado o professor solicitado pela Colônia D. Francisca. Porém, esse professor é indicado, *“(…), com a condição expressa de ensinar a doutrina Chistã professada pelos cathólicos, como determinam as leis em vigor”.* Sendo

<sup>148</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989. P. 101.

<sup>149</sup> KLUG, João. *Imigração e Luteranismo...*, op. Cit. P. 83; e Jornal *O Correio Oficial de Santa Catarina*, Desterro, n. 25 de 10/10/1861. P. 4. ; Sobre esse periódico no livro *BIBLIOTECA Pública...*, op. Cit. P. 47, podemos verificar que este circulou de 1860 a 1861. Era de circulação semanal.; No *RELATÓRIO* do Presidente da Província de Santa Catarina Adolpo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, 01/03/1868, apresenta uma estatística sobre a condição religiosa dos imigrantes em 1868. Em Joinville havia 994 católicos e 4038 acatólicos; em Blumenau havia 995 católicos e 2587 evangélicos; em Brusque havia 994 católicos e 454 protestantes; Segundo PIAZZA, Walter.Fernando(org.). *Dicionário político catarinense...*, op. Cit. P. 276, consta que Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, 1834 – 1906, nasceu em Recife , Pernambuco. Formou-se em direito pela Academia de Direito de Olinda (1853). Foi Presidente da Província do Amazonas de Pernambuco e da de Santa Catarina no período de 1865 – 1868.

a religião oficial a católica, ocasionalmente a união desta com o Estado aflora nas manifestações da população e autoridades. Quando surge em um certo momento no discurso a colocação “*qualquer que seja o nosso destino*” a “*noossa terra*”, percebemos que ao levantar a possibilidade de retornar à Europa – à Alemanha em particular – tem-se um leque de possibilidades interpretativas sobre as condições de origem da emigração e de como o imigrante sentia-se “fora” de sua terra. Um vamos voltar mesmo que dentro da idéia de sacrifício, é aventado, o que permite, assim, relacionar esses aspectos com as causas da emigração no período. A idéia de voltar confrontava-se, no discurso, com as lembranças presentes, de como era a Alemanha para uma grande parcela dos imigrantes, percebemos isto na opinião de Wochwich<sup>150</sup>, homem da época, onde podemos verificar a redução da necessidade de ter-se artesãos qualificados, diz: “*As máquinas eram feitas e ‘ajustadas’, na época, com grande cuidado e com grande quantidade de trabalho manual dispendioso, enquanto hoje, pelo menor nas usinas mais progressistas, as máquinas são montadas à partir de peças feitas segundo um conhecido de exatidão*”. O ser qualificado naquela época, também, não garantia “empregabilidade” visto que os “postos” de trabalho estavam em processo de redução.

Com referência aos agricultores, que eram maioria no grupo de imigrantes, podemos mencionar que possuíam técnicas avançadas para a agricultura. Só que essas técnicas haviam sido desenvolvidas e aplicadas à realidade agrícola européia<sup>151</sup> – solo, clima e plantas – eram, de um modo geral, diferentes ou não haviam sofrido adaptação às características ambientais do Brasil, isto em um momento inicial:

*“Na Europa não só não tem visto senão a poesia d’essas florestas seculares, porem agora tem-se medo da obra que está adiante dos olhos, e é preciso algum tempo para voltar-se a si,*

<sup>150</sup> LANDES, David S. Prometeu desacorrentado..., op. Cit. P. 324.

<sup>151</sup> SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim..., op. Cit P.151, menciona: “O fracasso com plantações de cereais europeus, a presença da floresta virgem, a impossibilidade de utilizar o arado e as dificuldades de obter animais domésticos foram fatores importantes no que diz respeito aos processos de cultivo adotados pelos colonos, característicos da agricultura de derrubada-queimada - a coivara - e as principais plantas cultivadas foram as que existiam na área: milho, mandioca, cana-de-açúcar, fumo... etc”.

*para medir suas forças, e compreender-se o que se pode fazer*".<sup>152</sup>

Nas florestas do Brasil, esse conhecimento trazido com os imigrantes, a princípio, pouco ou quase nada adiantou, sendo necessário, como citado, "readaptar-se" aos saberes e técnicas agrícolas locais e, também, ao solo, a vegetação e clima da região meridional do Brasil. Assim:

*"Alheio as condições do clima e às do terreno, a marcha e à natureza das estações, à composição e às forças do terreno, e à prática enfim dos diferentes gêneros de cultura o que pela primeira vez terá de entregar-se, o colono recém-chegado nada encontra em roda de si que oriente e lhe sirva de norma, vê antes muitos dos qnoes e precederam luctando ainda com a indecisão, resultado dos mal succedidos ensaios".*<sup>153</sup>

*"É opinião firmada na lógica dos factos: a educação que temos dado aos colonos, enchendo-os de favores e conservando-os por longos annos sob a tutela do Estado, creando necessidades para sustental-os em pernicioso occupação, é a causa principau da ignorancia e atrazo que elles manifestam na acanhada e rotineira lavoura que apresentão"*<sup>154</sup>.

Este é o imigrante visto por um discurso que não abria para uma compreensão mais acurada sobre as dificuldades mencionadas. Ele, o imigrante, tinha sua visibilidade ancorada, a princípio, em uma representação realizada a partir de um modelo idealizado a qual demonstrou, na prática do vivido, ser diferente, ser "normal". A idéia de representação deve ser compreendida, em termos aproximativos, envolta em um contexto transpassado por múltiplos sentidos. Nessa perspectiva Roger Chartier<sup>155</sup> menciona que uma representação pode ser entendida, "(...), como relacionamento de uma imagem

<sup>152</sup> Jornal *O Mensageiro*, Desterro, n. 208 de 13/10/1857. P. 1, cl. 3.

<sup>153</sup> Jornal *O Mercantil*, Desterro, n. 649 de 21/07/1867. P. 1, cl. 2.

<sup>154</sup> Jornal *O Conservador*, Desterron.248 de 04/06/1875.P.3, cl. 1 e 2.

<sup>155</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. P. 21; Neste sentido, fazendo uma ponte com a história, quando LOWENTHAL, Deivid. Como conhecemos o passado. *Projeto História: Trabalhos da memória*. São Paulo: EDUC. Nov. 1998, n. 17. P.63-201, menciona: "Os fatos históricos são atemporais e descontínuos até serem entrelaçados em histórias. Não vivenciamos um fluxo de tempo, apenas uma sucessão de situações e acontecimentos. Grande parte da apreensão histórica permanece temporariamente tão vaga quanto a memória, desprovida de datas e até de seqüências".

*presente e de um objeto ausente, valendo aquela por esta, (...), nota-se que a distinção fundamental entre representação e representado, entre signo e significado, é pervertida pelas formas de teatralização, (...)*". E o mesmo Roger Chartier<sup>156</sup>, em um outro texto, menciona ao falar do discurso e seus contornos, que considera: *"A realidade não mais deve ser pensada como uma referência objetiva, exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem.(...), todas as praticas devem ser compreendidas na ordem do discurso, (...)"*. O que reafirma a ideia de uma teatralização na e da percepção de uma realidade. E, é nesta perspectiva que entendemos o constituir-se de uma representação, patrocinada pela elite local ou seus representantes, acerca dos imigrantes alemães em Santa Catarina de então.

Assim, dentro dessa perspectiva, os discursos sobre o imigrante alemão trazem indícios de um certo distanciamento quanto a representação, isto é, o imigrante do discurso não correspondia ao imigrante real. Pois só alguns aspectos estavam sendo destacados nestes discursos. Então, de uma forma natural, dificuldades afloraram nos locais de colonização. Principalmente na questão da produção rural – o grande nó do problema era ter-se uma produção para auto-abastecimento e fornecer excedente ao mercado consumidor no período – os objetivos dos representantes ou idealizadores da imigração não estavam sendo galgados pelos imigrantes, principalmente, no meio rural.

Podemos notar que, a grosso modo, foi a partir de uma idealização que procedeu-se a construção de uma discursividade, nos primeiros anos da imigração, visando arrebanhar, na Europa, esses homens e mulheres idealizadas. Mas estes homens e mulheres desejados e buscados na Europa eram possuidores de especificidades que demonstraram, com o tempo, ser o imigrante real "diferente" do ideal. Assim, nas construções discursivas emergem os dois imigrantes, definidos e incorporados pela elite desterreense: o real e o ideal, onde a maior ou menor visibilidade de um dependia das necessidades e interesses do "dia":

---

<sup>156</sup> CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Histórico*. Rio de Janeiro, v. 7,

*"Nota-se que, colonos estabelecidos há vinte e mais annos, ainda ignorão os princípios mais triviaes da sciência rural, do plantio do milho, feijão, mandioca, cana, algodão, café, principões, productos de nossa lavoura!!, (...). É opinião formada na lógica dos factos: a educação que temos dados aos colonos, enchendo-os de favores e conservando-os por longos annos sob tutela do Estado, creando necessidades para sustentá-los em pernicioso occupação, é a causa principal da ignorância e atrazo que elles manifestão na acanhada e rotineira lavoura que apresentão".<sup>157</sup>*

Temos, assim, um imigrante construído e visto por um discurso que não abria para uma compreensão, uma validade, mais acurada sobre as dificuldades presenciadas. O fluir desses discursos vistos através dos periódicos que representavam interesses específicos de grupos e segmentos da e na elite, externalizavam para o público fragmentos de jogos de falas, as polifonias, que servem de indícios na compreensão dos interesses e projetos dessa elite para a Província. Ao analisarmos os Jornais da Província Catarinense no período, no caso particular os de Desterro, devemos ter presente que havia um comprometimento e uma vinculação política destes com os grupos partidários locais. Estavam, assim, comprometidos de uma forma direta ou não com os projetos pretendidos para a cidade e a Província por extensão

Um dos propósitos da imigração, particularmente na região Sul do Brasil, como já foi citado, era a produção agrícola em pequenas propriedades, visando o abastecimento próprio em que o excedente serviria para abastecer o mercado local. Disso advém a preocupação com a vinda de imigrantes que não estivessem ligados com a terra, tinha-se um "cuidado" constante em obter-se homens e mulheres afeitos as lidas no campo. Esta preocupação tinha sentido pois os "coletores" de imigrantes, que atuavam na Europa, ganhavam por "almas" conquistadas para a imigração, logo podemos imaginar o resultado.

---

n. 13, 1994.P. 104.

<sup>157</sup> Jornal O Conservador, Desterro, n. 248 de 14/07/1875. P. 3, cl. 1 e 2.

Com referência as preocupações e os cuidados que os imigrantes deveriam ter com a terra podemos perceber isto quando sobre a colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, no período, era colocado: “(...), parece que a sociedade colonizadora não tem tido grande esmero em remeter colonos agrícolas”<sup>158</sup>. Via-se, assim, uma das justificativas para os fracassos que ocorriam por ocasião da colheita da “roça”. Em outro momento, o mesmo jornal, “O Argos”, coloca que: “Em verdade os elementos para o seu aniquilamento, os próprios colonos os tem em si, como: indolência, relaxamento, pobreza, luxo, etc, etc.”<sup>159</sup>. Esse colono descrito no jornal era um risco para o projeto de imigração, particularmente no que tange a sua “incapacidade” com o manuseio da terra, incapaz de manter e produzir sua própria subsistência e dos seus. Em várias oportunidades as autoridades consideraram a existência desse “tipo” uma ameaça e causa de gastos desnecessários do dinheiro público:

“Mas não devemos levar a adesão ao ponto de tolerarmos cegamente todo e qualquer estrangeiro porventura mal educado e que venha engrossar a fileira dos vagabundos deste riquíssimo Brasil, (...), aproveitamento real e eficaz desse milhão talvez de brasileiros que ainda hoje, para vergonha nossa, vivem foragidos à guisa de animais ferozes, no recesso dessas formosas florestas, onde possuem berços e lares que a pátria lhes dá direitos tão iguais como aqueles porque nos lutamos e os seus conterrâneos”<sup>160</sup>.

Verificamos a existência de duas realidades nesta citação. Inicialmente, temos a constatação que existe um país grande e pleno de recursos naturais. E, segundo, que este “paraíso” é povoado/habitado por uma

<sup>158</sup> Jornal **O Argos**, Desterro, n. 25 de 28/03/1856. P. 2.

<sup>159</sup> Jornal **O Argos**, Desterro, n. 440 de 14/05/1859. P. 1; No **RELATÓRIO** do Presidente da Província de Santa Catarina João José Coutinho de 23/09/1859, que foi publicado no Jornal **O Argos**, Desterro, n. 575 de 17/04/1860. P. 3, é colocado que: “A demora havida na distribuição de terras, e o desejo de se livrarem os Colonos das obrigações contrahidas provocaram sérias desavenças, que occasionaram à retirada de alguns nesse mesmo anno”. Essa colocação é feita ao referir-se a Colônia Blumenau; Segundo PIAZZA, Walter Fernando (org.) . **Dicionário político catarinense...**, op. Cit. P. 188, João José Coutinho, 1809 – 1870 , nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1832), foi juiz e deputado Provincial no Rio de Janeiro. Foi Presidente da Província de Santa Catarina de 1850 a 1859. Sendo que foi o mais longo período ocupado por um Presidente na Província de Santa Catarina.

<sup>160</sup> Jornal **O Conservador**, Desterro, n. 399 de 10/02/1877. P. 3.

turba de “desqualificados”. Argumento cheio de endereços onde é descortinado uma teia de projetos e interesses de um grupo, elite, que pretende “criar” um outro país. Portanto, trazer novos homens e mulheres seria uma necessidade imediata.

No entanto, persistia uma prática corrente nestes periódicos, que era o de utilizar textos de jornais editados em outras cidades da Província ou do país. Estes traziam opiniões que poderiam comprometer, o periódico e principalmente os seus responsáveis, caso fossem de autoria/“responsabilidade” dos jornais de Desterro no caso. Outra forma adotada era a publicação de opiniões/artigos, publicados em jornais “adversários” ou de outras regiões e cidades, e, também, documentos oficiais que traziam um autor. Estes eram, assim, dentro dessa lógica, responsáveis pelo conteúdo reeditado no periódico:

*“A defficiencia dos braços no nosso país não reclamava somente a emigração estrangeira, mas também saber melhor aproveitar os que já temos. Compreendendo também no nossos systema de colonização a população nacional, podemos, em meu conceito, ir marchando para aquelle fim. (...). Pretendo pois fundar uma colônia de nacionais, escolhendo pessoas laboriosas, que, por não possuírem terras trabalham muitas em terrenos alheio, repartindo com o senhorio a metade dos produtos que colhem.”<sup>161</sup>*

Podemos observar que a colonização com elementos nacionais era algo possível e estava sendo pensada. João José Coutinho<sup>162</sup> realizou essas considerações quando, no decorrer do seu governo, estava em estudo a fundação da Colônia Angelina a qual seria composta por elementos nacionais. Em 1867 o então presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda<sup>163</sup>, na sua FALA, fez considerações positivas sobre a colônia Angelina povoada por nacionais:

<sup>161</sup> Jornal *O Argos*, Desterro, n. 576 de 21/04/1860. P. 3, onde traz publicado parte do Relatório do Presidente da Província João José Coutinho. Nesse relatório é comentado as benfeitorias realizadas e o que pretendia fazer em relação aos locais de imigração.

<sup>162</sup> Segundo PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário político catarinense...*, op. Cit. P. 188.

<sup>163</sup> Segundo PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário político catarinense...*, op. Cit. P. 276.

*“ Do exposto claramente se conclue que a colonia prospera, apesar da exiguidade do auxilio que lhe prestam os cofres da Província, o qual nem sempre tem sido aliás integralmente dispendido”.*<sup>164</sup>

Por várias oportunidades foi levantada a necessidade e utilidade de se fundar colônias com brasileiros, era uma idéia, que de uma certa forma, oferecia resistência a imigração. Resistência construída dentro dos aspectos de validade discursiva, a verdade para o momento era o homem imigrante não o homem nacional. No jornal “O Cruzeiro” é abordado este tema:

*“Voltando á utilidade incontestavel, que tira um paiz da agricultura; – é de notar que ao passo que o nosso governo só tem a mira posta na colonisação estrangeira, e com ella espera, mediante incançaveis esforços, arrotear, agricultar e povoar a immensidade baldia do nosso solo; – se esquece com mesmo affam e dispendio podia obter quasi os mesmos resultados. (...). Temos com sufficiencia no paiz aquillo que dispendemos por conseguir do estrangeiro. E' incotestavel que; – para vermos o nosso paiz prosperar, não carecemos senão de leis e regulamentos, que tendem a acabar com a preguiça e ociosidade, que avultam entre nos, (...). População para isto, affiançamos que não nos fallece. O que é preciso é uma lei, que torne a colonisação nacional um facto real, quanto é indispensável a cultura do nosso terreno”*<sup>165</sup>

É interessante perceber, nesse discurso, que braços nacionais para tal empreendimento havia, mas necessitavam e deveriam estar e ser sujeitos de “enquadramentos”. Enquadramentos estes que passavam por uma lei específica e um maior controle por parte das autoridades da Província.

Assim, nesta parte do texto, “Das falas...”, conseguimos vislumbrar junto as polifonias que foram atravessadas e atravessaram outras falas e

<sup>164</sup> Jornal **O Mercantil**, Desterro, n. 649 de 21/07/1867.P. 1, cl.2.

<sup>165</sup> Jornal **O Cruzeiro**, Desterro, n. 41 de 26/07/1860.P. 1; Em PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado..., op. Cit. P. 89, consta que este periódico circulou em 1860. Tinha como objetivo “(..), considerar o Brasil na sua política, na sua literatura e na sua administração e especialmente advogar os interesses da Província de Santa Catarina”. Era trissemanal sua circulação.

significados, ao ter ao centro e ao largo de seus interesses o imigrante alemão, muitos foram, também, os interesses desvelados pelo grupo dirigente. Os quais mostraram discursos que discorreram acerca de “outras” inúmeras questões mas tendo sempre à margem interesses “nacionais”: Nação, povo, progresso, urbanidade, fronteira, industrialização e agricultura, entre outros. Estas polifonias havidas na Desterro estavam nas “bordas” de falas com especificidades locais: higiene da população e da cidade, ausência de indústrias, enquadramento do caboclo, do ribeirinho, do sertanejo, dominar a floresta: o “inferno verde”, a produção agrícola, e vantagens e desvantagens na “aquisição” de imigrantes alemães.

Então, a partir de Desterro, nas falas produzidas ou “imitadas” por um segmento de sua população, a elite, todo um ideário é apresentado. Este ideário que trazia ao fundo um sempre crescente desejo de aformoseamento do espaço, do homem e das idéias, operava através de táticas de “alumiar” e “enuviar” certas questões na Província e para a Província de Santa Catarina. Onde, também, podemos constatar que a validade, permanência e ressurgência de toda uma discursividade estavam presentes a todo momento.

Nos jornais que circularam no período, interesses do Império e da elite situada no Rio de Janeiro e São Paulo estavam presentes. Os artigos e opiniões sobre a Nação, progresso e agricultura era tratados com freqüência e tendo sempre um reiterado apoio, por parte dos representantes locais, para que se galgasse tais projetos. Mas, identificamos que outros temas, os quais não tinham uma unanimidade garantida, eram apresentados com uma maior cerimônia. Estes artigos mais “perigosos”, geralmente eram de outros jornais de outras Províncias, os quais seriam, então reeditados nos periódicos desterrenses. Além disto, a publicação de romances e histórias que traziam e ofereciam modelos aformoseantes, sempre estavam presentes nestes jornais. Verificamos com isto que os “formadores de opinião” de Desterro comungavam, de forma voluntária ou não, das opiniões e idéias que circulavam no Império. Pois além desta dita “circulação de idéias” o próprio governo central, ao seu turno, patrocinava uma outra circulação que reforçava esta, que era a

“circulação de corpos”<sup>166</sup>: os presidentes e vice-presidentes das Províncias e outras altas autoridades já haviam ocupado tais cargos ou cargos semelhantes em outras Províncias do Império.

Com isto garantia-se que sempre haveria uma uniformidade de procedimentos, idéias e “lealdades” a serem defendidas e executadas por parte dos representantes do governo central, quando em exercício de tais cargos nas Províncias. Como podemos verificar na Província Catarinense houve a vinda de homens que tinham passado por esta “circulação de corpos” e que aqui faziam a “circulação de idéias”. Estas idéias que circulavam pela Província, em particular, junto da figura do Presidente da Província e outros “figurões” tinha uma origem comum. A quase unanimidade destas pessoas, particularmente os homens que ocuparam o cargo de presidente da Província de Santa Catarina, eram bacharéis em direito formados em São Paulo, Olinda e Rio de Janeiro, todos haviam “bebido” na mesma fonte.

Para Desterro e em Desterro eram produzidas várias polifonias pretendia-se construir ou buscar um outro modelo para a “cidade”. Os homens e mulheres, os luso-brasileiros da periferia da elite, a qual revezava-se entre si, estavam sempre na “alça de mira” de um discurso aformoseador. Como exemplo a ser seguido por estes “caboclos” da cidade são trazidas as novidades da Corte, da Capital do Império e de fora do País: Paris e Londres, eram o máximo do “sonho consumista” de então.

Na Desterro, assim, surgem discursos que defendem práticas as quais levariam a cidade e os seus habitantes a uma proximidade com o progresso e urbanidade. Então, apoiar os defensores da abolição seria algo necessário para um povo civilizado, ao mesmo tempo que reduziam as falas ligadas as técnicas e táticas escravagistas: venda e compra de escravos, recompensas para quem recapturasse as “peças” inconformadas que fugiam, dentro destes discursos observamos um “silêncio” que trazia um novo desejo: “novos” homens e mulheres seriam necessários para o surgimento e presentificação da “sociedade do futuro”. Portanto, discursivamente, para o negro, o “não tão

---

<sup>166</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem...*, op. Cit. P.188.

branco”, o desqualificado e desajustado, lugares e endereços específicos foram criados: a “correção” e a “filantropia”, aos merecedores da “piedade” pública por não serem capazes de subir ao degrau da civilidade, foi, assim, tônica dos discursos.

Portanto, com a valorização do trabalho e tendo-se no imigrante alemão o trabalhador “ideal”, apresentou-se, assim, a solução. O discurso, a época liberal, situava Santa Catarina como um local onde o imigrante iria viver “abonadamente” e participar de uma “nova onda” de progresso, econômico, social e político. Através da unicidade cromática, aquela meio branca, pensaram os “ideólogos de plantão” que fosse possível transformar toda uma sociedade e as “tramóias” construídas culturalmente, ao nível do vivido, pelos residentes, os nativos, os nacionais. O “calor da hora”, assim, definia as cores e os tons dos discursos publicados ou republicados nos jornais em Desterro.

*“O conhecimento pós-moderno, sendo total não é determinístico, sendo local, não é descritivo. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica”.*

Boaventura de Souza Santos

*“Tu diz, tu diz, então não digo ...”*

Fala dos “antigos” residentes da Ilha de S. C.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, o texto não o conteúdo, iremos tecer algumas considerações acerca das idéias, sujeitos e situações que nos acompanharam no percurso destas páginas. Como toda velha e boa “história”, que nos contam os bons contadores de “causos”, deve ter um início, um meio e um fim. Mas, sempre tem um “mas”, a mesma história é e será recontada pelos “olhares” de um outro contador de história em um outro lugar e época. E com certeza os “ouvintes” ficarão encantados com aquela história. Uma vez que o encantamento daquela “platéia” irá ocorrer pelo fato dela, a história, fazer

sentido para o “contador” que acredita no que “diz”, e também por fazer “sentido” junto aos “espectadores”.

Então, de nossa parte, buscamos “contar” uma história que tenha e faça sentido, muitos sentidos, que fosse polifônica. Polifônica por ter muitos ambientes, muitos falares, muitos silêncios significativos e principalmente “pessoas” que “mostraram-se” de várias formas. Mas cada história tem um estilo, uma forma, um “jeito de ser” e uma crença de que é daquela forma que ela deve ser “contada”, feita.

A história que “contamos”, redigimos, assemelha-se a uma viagem. Como em toda viagem existem os preparativos – sacolas, passagens, roteiros, rodoviária, “veículo” e “pé na estrada”. Não realizamos uma “viagem”, história, onde a preocupação ficasse no preparar a saída, entrar em um veículo: o carro, e pronto, “já chegamos”. Não realizamos o percurso, nesta viagem, através de um veículo comum, mas sim através de um bom e velho ônibus que poderia requerer conserto e baldeação dependendo do lugar e caminho. O “percurso” que realizamos é o da “velha” estrada colonial, aquele que margeia os rios, cheio de curvas, pontes e “paradas” para o café, “o papo na estação”.

Neste trajeto, nossa história não tem só saída e chegada, como é normal nas viagens de ônibus leito, realizadas nas “rodovias” de alta velocidade, geralmente no período noturno. Nossa “história” foi realizada de “dia” e em um ônibus comum – quem não se lembra deste tipo de viagem, a do “pinga-pinga”? – onde ao término dela estamos, com certeza, “cheios” de lembranças e novas idéias. Pois, neste percurso passamos por lugares estranhos, por paisagens bonitas e “avistamos” pessoas de todos os “tipos”. A cada curva desta “estrada” ficamos imaginando o que “teria” do outro lado. Ficamos aliviados ao perceber que após a curva existia outra paisagem “diferente” das já avistadas antes.

Ao olharmos esta paisagem que apresenta-se a nossa frente, através da “janela” do ônibus, vamos comparando com outras paisagens que “trazemos” em nossa memória: belas, feias ou diferentes. Continuamos tecendo imagens, imaginando. Os olhos estão fixados naqueles momentos que

capturamos, aqueles fragmentos que avistamos. Queremos ver tudo, entender tudo, mas temos que ter consciência que são só fragmentos, a “paisagem” que avistamos da janela do “ônibus” é só um “detalhe”, uma “citação”, de um todo que some no horizonte de nossa percepção, tudo faz sentido.

Além daquelas “novidades” que olhamos “lá fora”, de dentro do ônibus, nossos ouvidos, nossos sentidos, estão captando outros “dados”. As vozes dos “colegas” de viagem – nessas viagens que vão para o “interior” podemos escutar os sotaques, os trejeitos, as maneiras de “ser e viver” da gente da terra – são polifonias que dizem “tudo”. Olhamos para os detalhes presentes dentro do “ônibus”, nesta parte da nossa história: as roupas, as malas, as cores e a cromaticidade da pele, dos cabelos, um “cadinho” cultural.

Da metade para o fim da viagem, todos sabemos o “tamanho” de cada viagem, só não sabemos o tempo de duração e os “percursos” que fará o ônibus, outras realidades vão emergindo, tendo visibilidade. O tempo e o percurso, nos caminhos do “sertão”, não estão no centro do problema. A “parada do café” pode ser curta ou longa, podemos ver coisas e fazer coisas, aí o tempo passa, e, também, pode haver um “empecilho” no trajeto: um pontilhão quebrado ou uma barreira que caiu, então temos que pegar um “desvio”. Neste percurso, além dos “desvios” que os “empecilhos” obrigaram, passamos por “outras estradas”, outras histórias. Avistamos aquelas estradas retas, asfaltadas, aquelas por onde passam os “passageiros” deitados, dormindo, nos ônibus leitos que trafegam na madrugada. Sabemos que este “ônibus” veio de outra região, passou por “outras” estradas as quais também ligam-se, por sua vez, a outras estradas, mas parou na estação que embarcamos. Fazemos todo este percurso, pelo “interior”, neste ônibus. E ao final da nossa “viagem” descemos do ônibus e temos consciência que ele continuou a sua viagem.

Mas, a nossa “viagem”, a nossa história, neste texto, está relacionada com o Brasil da segunda metade do século XIX. Período decisivo para o País e para o seu povo: “novas” idéias, homens e projetos estavam ensaiando sua apresentação no palco brasileiro. Assim, para percorrermos os meandros deste período da nossa história, elegemos como fio condutor os discursos que

margearam a vinda, chegada e fixação de imigrantes alemães na Província de Santa Catarina, a partir de Desterro. Ao optarmos por este “fio condutor” construímos como meta, no “nosso caminho”, capturar fragmentos das polifonias que foram veiculadas nas mais variadas formas que permitem uma expressão, compreensão de idéias, interesses e “personagens”, todos “envolvidos” em torno e ao largo dos discursos realizados sobre e a partir do imigrante alemão.

O percurso junto ao nosso “fio condutor”, o imigrante alemão em Santa Catarina, teve seu “início”, de uma forma um tanto quanto alegórica, em Desterro. Pois é em Desterro, aquela cidade onde a sua elite sentia-se desterrada, que ocorreram as “visibilidades” sobre o imigrante alemão. Consideramos que em algum “lugar” de alguma “forma”, “alguém” em “um” discurso disse: “Os alemães estão chegando”. Pronto, toda uma nova realidade foi construída, “falada”, a partir desta constatação, a chegada do outro – o alemão.

Consideramos que ao anunciar “alguém está chegando”, quem o faz encontra-se dentro de uma cultura particular. Com seus valores, crenças e espaços definidos, pronto para por-se em “guarda”, caso suspeite de alguma “tramóia”. Assim, ao produzir um discurso o faz a partir de um estoque cultural que foi construído em termos nacional e local. Então, “este homem” que viu ao longe, talvez fundeado, em uma das baías internas da Ilha de Santa Catarina, um barco que trazia imigrantes alemães, estava carregado de “estoques sociais” que representavam um estrato da sociedade brasileira de então.

Neste contexto, portando, é que realizamos um percurso pelos meandros da história do Brasil. Colhendo “fragmentos”, com o propósito de perceber os significados inscritos na e à margem da fala do “homem” que mencionou “os alemães estão chegando”. Neste discurso podemos identificar um conjunto de questões: de onde saíram, porque saíram, o quê “querem”, como chegaram aqui, “quem” deixou eles virem e “quem” deve dar “lugar” para eles, entre outras inúmeras possibilidades discursivas.

O Brasil deste período, 1850-1890, passou por vários “altos e baixos” no seu sistema produtivo, sendo que de meados do século XIX em diante a “estrutura cafeeira” passou a ser o centro do sistema produtivo. Temos, então uma economia agro-exportadora. As regiões de São Paulo e Minas Gerais tornam-se o polo desta “nova” modalidade econômica. Neste cenário tem-se a formação de uma camada dirigente com a coloração toda particular: os “barões de café”, que ocupam o centro da cena econômica e política do Império. Esta “nova” elite, que de novo só havia as mansões e os títulos, “adentra” ao poder central e passa a discursar sobre e para os seus interesses.

Dentre os “interesses” apregoados pela elite cafeeira – agrário-urbana – como não podia deixar de ser, o setor rural era o centro. Mas, estes discursos estavam sempre visando manter o “status quo” da forma de produção e das “relações de produção” vigentes: os escravos é que sentiam o “peso” destas relações de produção.

Com a “imposição” externa, da parte dos interesses ingleses principalmente, a manutenção do instituto da escravidão, outros discursos sobre Nação, território e “tipo” de homem brasileiro, passam a ocupar espaços as margens dos discursos que versavam sobre a produção cafeeira: a falta de mão-de-obra e de indústrias no Brasil, ente outras “faltas” que os “burocratas de plantão”, que já existiam naquele tempo, sabiamente identificaram.

Nestes discursos acerca do que necessitava existir para o progresso da Pátria foi percebido no imigrante o “salvador da lavoura”. Pois, neste momento, os discursos, as idéias e práticas, abolicionistas estavam ampliando-se perigosamente sua validade. Era necessário “mudar” para ficar tudo como dantes. O homem negro e escravo, neste mundo de “senhores de café”, era apresentado ao fim e ao cabo como algo a ser excluído, escondido e esquecido, tudo em nome do “novo” mundo ou “admirável mundo novo”. Desta forma, todos teriam uma “igualdade”, uma igualdade entre os membros de cada “andar” da sociedade imperial. Onde esta sociedade, na idéia de sociedade progressista, poderia ser vista através da cor: o último andar, a última “pedra” da pirâmide social, teria uma cor alva como a “neve”, e conforme ia-se

descendo neste “edifício” chegava-se ao “porão” que teria uma cor “parda” e estaria abarrotado dos “enjeitados”, os “incapazes”, os “culpados” pela situação em que encontrava-se o Brasil.

Os “ecos” destes discursos, no mesmo período mas em regiões outras, como foi o caso de Desterro, eram “captados” pelos representantes locais do Império. E, que, por seu turno e risco reelaboravam polifonias para atender os seus interesses e o da Província. Assim, podemos considerar que as polifonias estavam carregadas de aspectos de validade, permanência e ressurgência. O que pode ser percebido junto aos discursos veiculados no período. Certas falas possuíam validade mas não tinham condições de permanência, foi a situação que envolveu a mão-de-obra nacional quando foi pensada como substituta da mão-de-obra escrava. A mão-de-obra imigrante é que tinha validade e permanência discursiva no momento.

As circunstâncias do momento, os discursos “branqueadores”, foram entraves que reduziram a permanência de um discurso válido que era o da mão-de-obra nacional. De outro lado polifonias que versavam sobre questões raciais, “tipo brasileiro” e inferioridade do homem escravo, permaneceram por um logo período junto aos “semeadores” de “novas” idéias. Discursos que não tinham validade permaneceram durante muito tempo em evidência, pois, a época, a “ciência” pregada por alguns pensadores brasileiros, afirmava que estas idéias tinham “cunho científico”, portanto verdadeiras. Assim, é interessante verificar a idéia de validade em um discurso para a época de sua produção, o que irá influir na sua permanência por um longo ou curto período, e a sua ressurgência em tempos e em espaços outros.

Neste contexto foi identificado no imigrante o “homem ideal” para substituir, também, a mão-de-obra escrava. Com o imigrante várias “ausências” seriam automaticamente preenchidas e corrigidas. O modelo de homem que a Nação exigia teria no imigrante o “professor” a ser seguido. A falta de vontade para o trabalho, a falta de espírito pátrio, a “falta” de cor e outras faltas, teriam no imigrante sua presença ou a forma de corrigi-las. Então, foi criada toda uma estrutura, burocrática, logística e de propaganda, para “atrair” o imigrante, em

especial o imigrante alemão. Por todas as circunstâncias vistas, configurava-se, como premente a presença deste homem e mulher nas “paisagens” do Brasil. O que indicava, nos discursos e depois na prática, um jogo de cena que tudo levava a realização das “formas do mesmo”.

Podemos entender, diante do exposto, como o governo imperial criou as condições para o surgimento das várias formas de imigração: de responsabilidade do Governo Central e das Províncias; de responsabilidade das Companhias de Colonização; e, também, houve as imigrações espontâneas. Verificamos que a imigração que dependeu do Governo, a oficial, sofreu críticas e teve resistências juntos aos membros da elite. O Poder Legislativo das Províncias e do Império, um segmento de seus representantes, produziu um “ambiente polifônico”, que dificultava a imigração apoiada pelo governo. Os custos da imigração e a sua forma eram o centro dos debates. Diante do elevado custo da imigração para os governos “foi aberto” espaço para as Companhias de Colonização, bem como “incentivada” a vinda de imigrantes que pudessem sobreviver por “conta própria”.

E, é na Província de Santa Catarina que verificamos os contrastes entre o desejado e o real, para a imigração, quando da chegada dos imigrantes. A recepção, “as quarentenas”, o deslocamento, a “posse da terra” e o “viver da terra”, foram momentos decisivos para todos os envolvidos no “esquema”. Mas, ao imigrante alemão “esperava” a floresta, viver e produzir nas regiões de colonização era a parte mais difícil e a “definitiva”.

O imigrante alemão, em particular, tinha como referência, em termo de ambiente rural, as áreas de plantações e florestas na Europa. Ao vislumbrar o “inferno verde” muitos ficaram, com certeza, estarecidos. O solo, o clima, os seres da floresta e a própria vegetação, eram completamente diferentes daquilo que conheciam na Alemanha. Este foi o ambiente que esperava os que queriam “fazer-se na América”.

Agora, com referência ao imigrante, devemos considerar que ao tornar-se emigrante, isto é, sair da “Alemanha”, este homem o fez sob a imposição da sobrevivência. Sobrevivência física em primeiro lugar, o resto é “detalhe”, assim

falam os que sentem a “barriga”. Mas, a margem desta premente e absoluta necessidade, ficar vivo, verificamos a existência de uma outra necessidade: realizar os sonhos tão sonhados, pensados na Alemanha. Sonhos estes que foram acalentados pelos “pregadores” brasileiros que andaram, neste período, pelos países europeus divulgando a “visão do paraíso”. Estas propagandas, que eram de interesse do Império brasileiro, divulgaram todo um conjunto de vantagens que o imigrante iria encontrar e obter no Brasil. Mas, principalmente, que teria aqui um grande “palmo de terra”.

Foi neste entremeio que verificamos um desnivelamento discursivo entre o que queriam para os imigrantes os “senhores de café”: um imigrante preocupado em só “ganhar a vida”. Entretanto, apresentou-se, também, um outro imigrante, diferente do desejado, aquele que queria não só ajudar a “fazer o Brasil” mas , e principalmente, “fazer-se no Brasil”. E, ao buscar fazer-se na nova terra o imigrante foi o centro de um discurso, que apresentou uma breve permanência. Pois, para uma sociedade formada dentro e ao lado das tramas da escravidão, perceber que o imigrante estava buscando condições para a sua autonomia era algo que não poderia ser admitido, é “revoltante”: é coisa de “revoltosos”. Assim, uma ressurgência polifônica é apresentada onde um conjunto de aspectos negativadores é ampliado sobre o imigrante e a imigração. Surgem discursos que os consideram: vadios, criminosos, arruaceiros e ingratos, entre outros termos desabonadores.

Mas estes discursos negativos não obtiveram uma permanência longa, sua validade não encontrou porto junto a elite dirigente, que neste momento, final do século XIX, estava pensando em outras “coisas”: uma outra forma de governo e regime. Então, outros discursos ocuparam o centro da cena, ficando as questões da imigração em um plano secundário.

As falas “do trono” que versaram sobre: Nação, povo, progresso, fronteira, industrialização e agricultura, tiveram ressonâncias em Desterro. Estes discursos quando divulgados na cidade, nos seus “periódicos”, estavam nas “margens” das polifonias que tratavam de interesses locais: urbanização da

cidade, ausência de fábricas, dominar a floresta, problemas na agricultura e os “prós e contras” da imigração alemã.

Em Desterro, através dos discursos que tratavam da imigração e do imigrantes, trazia nas suas “entrelinhas”, um ideário pensado pela elite local para a cidade e seus habitantes. Discursos que mostraram um crescente “desejo” de embelezamento do espaço, do homem e das idéias, estavam sendo colocados em prática. Ampliavam e reduziam o “brilho” de certas polifonias dependendo do interesse em jogo. Nisto podemos identificar a validade, permanência e ressurgência de todo um conjunto discursivo que estava ocorrendo. Para a cidade de Desterro o seu grupo dirigente, que revezava-se entre si, buscava “modelos” para “vestir” a cidade. Como exemplo a ser seguido pelos “caboclos da cidade” de Desterro eram buscadas as “coisas” e as idéias da Corte, da Capital do Império, ou até de Paris ou Londres.

Na cidade “do Desterro”, assim, surgiram discursos que defendiam práticas visando conduzir a cidade e os seus residentes para um mundo de progresso e urbanidade. Por conseguinte, apoiar os defensores do término da escravidão era algo necessário e civilizado. Ao largo, via-se a redução dos discursos ligados as táticas e técnicas da escravaria. Observamos que no silêncio sobre as “coisas dos escravos”: compra e venda de escravos, aluguel de escravos e “oferta” de mocinhas negras e carinhosas, entre outras ofertas, estava nascendo um outro discurso. Um discurso que falava das qualidades que deveriam ter o homem, a mulher e a cidade, para “chegar” no futuro.

Desta forma, valorizar o trabalho, a educação, a urbanidade, a higiene, a obediência, o cumprimento de horários, o respeito aos “interesses” da lei e outros “respeitos” era algo necessário. E tinha-se ao centro desta visibilidade discursiva o imigrante. O discurso, a época liberal, colocava Santa Catarina como um lugar “ideal” onde o imigrante viveria em “estado de graça” e iria participar, “ativamente” do progresso econômico, social e político da Província. Este era um discurso aformoseante para tudo e a todos. Onde uma verdadeira “onda” iria varrer os desenquadrados socialmente.

Podemos considerar que inúmeras e atravessadas polifonias sobre o imigrante foram construídas e divulgadas. Estas tinham sua validade ratificada quando versavam acerca das qualidades consideradas necessárias, como: ser trabalhador, ser agricultor, ser industrioso, ser patriota e ser homem e mulher de cor branca. Mas, esta validade com o tempo perdeu o seu sentido, sua justificativa junto aos interessados, a elite. Isto ocorreu pela mudança nos e dos interesses do grupo dirigente. O homem visto no imigrante: o “modelo” de homem para a Nação, agora era visto, pelos idealizadores da “Nação brasileira”, no homem brasileiro. Assim o agricultor imigrante teve, em termos discursivos, sua validade “contestada” por conta das condições “insalubres” presentes no meio rural. A adaptação do agricultor imigrante foi custosa e demorada em função das adversidades existentes na área rural brasileira, de então.

Verificamos então que os discursos sobre o imigrante alemão, de uma forma particular, apresentaram várias direções. Podiam ter uma permanência longa junto aos “periódicos” quando falavam de sua capacidade “modeladora” para trabalho, educação, religião e operosidade. Em contrapartida certos discursos esboroavam-se de forma rápida, pois haviam servido há certos interesses ou sua validade estava ancorada em interpretações não válidas ao período, também. Foi o caso dos discursos que pregavam sobre o imigrante alemão pouco afeito a “roça”, pois não levavam em consideração as questões de adaptação deste ao meio ambiente brasileiro.

Portanto, consideramos que certos discursos, polifonias, tiveram sua validade e reussurgência presentes ao falarem sobre o imigrante alemão e as questões que envolveram e margearam a imigração diretamente ligadas com interesses definidos e defendidos pela elite local ou junto a Corte. E estes discursos com seus interesses explícitos ou “silenciados” “marcaram” os espaços, corpos e mentes dos habitantes da Cidade, Província e País. Assim, ao falar sobre as questões que estiveram ligadas direta e indiretamente ao imigrante alemão, estaremos falando de todos os “passageiros” daquele ônibus que fez aquele percurso particular. Estaremos falando também daquele

possível “morador” da Desterro que um dia provavelmente anunciou aos seus patrícios que alguém estava chegando.

Assim, chegamos ao “encerramento” desta visão particular sobre as circunstâncias que estiveram ao centro e ao largo da imigração alemã em Santa Catarina na segunda metade do século XIX.

*"Há mais de 3000 anos, o livro tem sido a consciência da humanidade, testemunho da sua cultura. Sem os textos – que eles hajam sido escritos em papiro, pedra ou pergaminho – que saberíamos nós do nosso passado, da civilização dos povos, da sua arte e da sua poesia, da sua história e da sua religião?"*

A.G. Hamman

*"Dé sóli parido a sóli murrido"*

Fala dos "antigos" residentes da Ilha de S. C.

## FONTES CONSULTADAS

### 1 – Documentos:

**CORRESPONDÊNCIA** do Ministério dos Negócios da Agricultura (...) para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1889.

**FALA** do Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, 01/03/1859, 28 p.

**FALA** do Presidente da Província de Santa Catarina, João Thomé da Silva, 21/03/1875, 125 p.

**FALA** do Presidente da Província de Santa Catarina, José Bento de Araújo, 06/03/1877, 32 p.

**OFÍCIO** do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1889.

**OFÍCIOS** do inspetor de terras para o Presidente da Província de Santa Catarina [1850-1870].

**RELATÓRIO** do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, 01/03/1868. 42p.

**RELATÓRIO** do Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, 23/09/1859, 97 p.

**RELATÓRIO** do Presidente da Província de Santa Catarina, Joaquim Bandeira de Gouvêa, 07/01/1872.42p.

**RELATÓRIO** do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Manuel Pinto de Lemos, 10/05/1880. 23 p..

## **2 – Periódicos:**

“**JORNAL** do Commercio”.

Jornal “A província”.

Jornal “A Regeneração”

Jornal “A União”.

Jornal “Abolicionista”.

Jornal “ A Redempção”.

“**BOLETIM** da Sociedade Central de Imigração”.

Jornal “O Cacique”.

Jornal “O Conservador”.

Jornal “O Correio Oficial de Santa Catarina”.

Jornal “O Cruzeiro”.

Jornal “O Despertador”.

Jornal “O Mensageiro”.

Jornal “O Mercantil”.

## **3 – Artigos:**

AGUIAR, Roberto. A utilização de tipos ideais na pesquisa sobre o sagrado. Ciência e Trópicos. v. 5, n. 2. Jul./Dez. 1977. P. 231- 236.

- BRUN, Jacques Le. Da crítica textual à leitura do texto. Projeto História: Trabalhos da memória. São Paulo : EDUC. n. 17, Nov. 1998. P.45-54.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. Tempo: Dossiê teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará. v. 1, n. 2, Dez. 1996. P.07-30.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Histórico. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.P.97-113.
- CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação. Estudos Avançados, v. 11, n. 5. São Paulo: USP. Jan/Abr. 1991. P. 173 - 191.
- LOWENTHAL, Deivid. Como conhecemos o passado. Projeto História: Trabalhos da memória. São Paulo: EDUC. n. 17, Nov. 1998. P.63-201.
- NAXARA, Marcia Regina Capelari. A construção da identidade: um momento privilegiado. In: Revista Brasileira de História: política e cultura. São Paulo: ANPUH, 1991,v.1, n. 23/24. P. 181-201.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. A colonização alemã na área fronteiriça à Ilha de Santa Catarina: observações geográficas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª fase, n. 2, 1980. P. 131-145.
- SABOYA, Vilma Elizia Trindade de. A Lei de Terra (1850) e a política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. Revista Brasileira de História: Historiografia propostas e práticas. São Paulo: Contexto, v. 15, n. 30, 1995. P. 115-136.
- SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: FINEP/UFRJ, n. 42, Out. 1983. P. 01-15.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Ano 9, Out. 1994. P. 103 - 121.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil : uma revisão da bibliografia. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. n. 25, 1988. P. 03 - 55.

#### **4 – Monografias, dissertações e teses:**

- ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo: PUC. 1989. 216 p. Dissertação (Mestrado em História - PUC/SP).
- BARRETO, Cristiane Monique. Eles estão em festa: “o lado não sério das elites germânicas na virada do século XIX em Itajaí”. Itajaí: Univali, 1993. 29p. Monografia (Especialização em História – Univali/SC).

FLORES, Maria Bernadete Ramos. História demográfica de Itajaí, uma população em transição: 1866-1930. Florianópolis: UFSC, 1979. 172p. Dissertação (Mestrado em História- UFSC).

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Os filhos da falha : assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828 – 1887). São Paulo : PUC. 1990.329p. Dissertação ( Mestrado em História – PUC/SP).

RUSSO, Hilena do Amaral. O discurso liberal na imprensa escrita de Itajaí (1910-1920). Itajaí: Univali, 1991. 93p. Monografia (Especialização em História – Univali/SC).

## 5 – Livros:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, RENAUX, Maria Luiza. Caras e modas dos migrantes e imigrantes. Im: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. v. 2. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997. 523p.

BACCEGA, Maria Aparecida. Palavra e discurso: literatura e história. São Paulo: Ática, 1995. 96 p.

BAKHTIM, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1995. 195 p.

BALDESSAR, Quintino David. Imigrantes: sua história, costumes e tradições. Brasília: Ed. do autor, 1991. 276p.

BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1977. 216 p. P. 01-83.

BERGER, Paulo (org.) Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: U.F.S.C., 1984. 355 p.

BIBLIOTECA Pública do Estado (Santa Catarina). Catálogo de Jornais Catarinenses: 1850-1989. Florianópolis: F.C.C. 1990. 192 p.

BOBBIO, Norberto...et. ali. Dicionário de Política. 2. v. 7. Ed. Brasília: UNB. 1995.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 7. Ed. Campinas: UNICAMP, [199-?]. 96p.

BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 127 p.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1992. 354p.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

- CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- CANDIDO, Antônio (org.). Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. 134p.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial e teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. 435 p.
- CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 208p.
- CHARTIER, Roger (org.). Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. 268 p.
- CHARTIER, Roger. A história cultural : entre prática e representações. Rio de Janeiro : Bertrand, 1990. 244p.
- COSTA, Cruz. Pequena história da República. 3. Ed. São Paulo : Brasiliense, 1989. 146p.
- COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos decisivos. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Idaulo. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1982.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Os colonos alemães e a fumiçultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul (1849-1881). Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. 184p.
- D' EÇA, Othon Gama. Homens e algas. 2. Ed. Florianópolis: SEE, 1978. 154p.
- DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- DEBRUN, Michel. A "conciliação" e outras estratégias. São Paulo: Brasiliense, 1983. 174p.
- DREHER, Martim Norberto. Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984. 287 p.
- FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América. São Paulo: EDUSP. 1999. 584p.
- FERNANDES, Florestam. A integração do negro na sociedade de classes. V.1. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 1992. 92 p. P. 32-69.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. A farrá do boi: palavras, sentidos e ficções. Florianópolis: UFSC, 1997.255p.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.79p.

- FOUQUET, Carlos. O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. São Paulo: IHS, 1974.
- FREYRE, Gilberto. Nós e a Europa Germânica: em tomo de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX. Rio de Janeiro: Grifo, 1971. 168 p.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 27. Ed. São Paulo: Nacional, 2000. 276p.
- GALLOTTI, Eloy (org.). Florianópolis: homenagem ou humilhação. Florianópolis: Insular, 1995.84p.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 278-321.
- GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras, Santa Catarina, 1875-1900. Florianópolis: U.F.S.C., 1987. 590 p.
- GUINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, Sinais: Morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 220 p. P. 143-179.
- HALL, Stuart. Identidade cultural. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997. 61 p.
- HERING, Maria Luiza Renoux. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987. 328p.
- HOBBSAWAM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. 3.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 343 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 326p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Tentativas de mitologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 13. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis : UFSC, 1981. 120p.
- IANNI, Octávio. Classe e Nação. Petrópolis: Vozes, 1986. 139p.
- JOCHER, Toni Vidal. Pouso do imigrantes. Florianópolis: Papa-livro, 1992. 276p.
- KLUEGER, Urdá Alice. Verde vale. 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 204p.
- KLUG, João. Imigração e Luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro. Florianópolis: Papa-Livro, 1994. 240 p.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997. 124 p.

- KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: UFRGS, 1991. 167 p. P. 07-83.
- LANDES, David S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 664 p. P. 302-368.
- LANDO, Aldair Marli, BARROS, Elaine Cruxém. A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica. 2. Ed. Porto Alegre: Movimento, 1981, 94 p.
- LAPA, José do Amaral. A economia cafeeira. São Paulo: Brasiliense, 1983. 120p.
- LAPLANTINE, François, TRINDADE, Liane. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1997. 82 p.
- LAZARRI, Beatriz Maria. Imigração e ideologia : reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850 – 1875). Porto Alegre : ESTSLB; Universidade de Caxias do Sul, 1980. 134p.
- LAZARTE, Rolando. Max Weber: ciência e valores. São Paulo : Cortez, 1996. 118p.
- MAYER, Arno J. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Cia das Letras, 1987. 351 p. P. 267-317.
- MOELLMANN, Leatrice. A obra inédita de Carlos de Faria e a guerrilha literária em Santa Catarina. Florianópolis : UFSC, 1994. 210p.
- MOURA, Cloves. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. 3. Ed. São Paulo: LECH, 1981. 282p.
- NABUCO, Joaquim. O abolicionista. São Paulo: Publifolha, 2000. 183p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org). Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993. 171 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso. 4. Ed. São Paulo: Pontes, 1996. 276 p. P. 149-175.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos. 3. Ed. São Paulo: UNICAMP, 1995. 189 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996. 150 p.
- PAULI, Evaldo. Desafio aos olhos azuis. Florianópolis: Lunardelli, 1978. 207 p.
- PECHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997. 68 p.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: U.F.S.C, 1994. 210 p.

- PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro (1831-1889). Florianópolis: [texto datilografado], 1993. 92 p.
- PEREIRA, Moacir. Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1992. 172 p. P. 15-44.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930). 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, 89 p.
- PIAZZA, Walter Fernando, HUBENER, Laura Machado. Santa Catarina: história da gente. 2. Ed. 1987. 151p.
- PIAZZA, Walter Fernando. A epopéia açóricu-madeirense 1748-1756. Florianópolis: UFSC, 1992.
- PIAZZA, Walter Fernando (org.). Dicionário político catarinense. Florianópolis : ALESC, 1985. 636p.
- PINTO, Virgílio Noya. Comunicação e cultura no Brasil. São Paulo : Ática, 1986. 77p.
- PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 22. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PRADO JR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- REICHEL, Heloisa Johns... et. al. América Latina e Historiografia. Porto Alegre: Unisinas, 1996. P. 99-127.
- REIS, José Carlos. Nouvelle Histoire: e tempo histórico. São Paulo: Ática, 1994. 165p.
- REIS, José Carlos. A história, entre a filosofia e a ciência. São Paulo : Ática, 1996. 96p.
- RENAULT, Delso. Indústria, escravidão e sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 186 p.
- RICHTER, Klaus. A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis: UFSC. 1986.
- ROBIN, Regine. História e lingüística. São Paulo: Cultrix, 1977. P. 89-134.
- ROCHE, Jean. A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. 2.v. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil. Florianópolis : UFSC, 1992. 111p.
- SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. 194p.
- SANTOS, Janete Nardelli dos. Santo Amaro da Imperatriz: "paraíso das águas". Florianópolis: EDEME, 1994. 191p.

- SCHULZ, John. O exercito na política: origem da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: EDUSP, 1994. 224p.
- SCHUTEL, Duarte Paranhos. A massambu. Florianópolis. UFSC, 1998. 176p.
- SCHUTEL, Duarte Paranhos. A Massambu. Florianópolis: Movimento, 1988. 174 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Circulo do livro.309p.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974 [120 p.].
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e Cultura no Brasil. Brasília: UNB, 1990. 103 p.
- SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica: A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. 222 p.
- SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1977. 317 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro : Graal, 1977. 583p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Literatura e história no Brasil contemporâneo. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1987. 64p.
- [SOUTO, Américo A]. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina : século XVII - 1960. Florianópolis : CEAG-SC, 1980.P.60-75.
- SOUZA, Sara Regina Silveira de. A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX. Florianópolis: IOESC, 1981. 220p.
- STAM, Robert. BAKHTIM: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992. 104p.
- VASCONCELLOS, Aulo Sanford de. O monólogo de um Deodato Alvin. Florianópolis : Insular, 1997. 173p.
- WILLENS, Emílio. Aculturação dos Alemães no Brasil: Estudos Antropológicos dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Nacional, 1946.

*"Assim é, se lhe parece".*

Luigi Pirandello